

Relatório de Gestão

MPC-PA 2023



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2023

Ministério Público de Contas do Estado do Pará

Composição

Biênio 2022-2024

Patrick Bezerra Mesquita
Procurador-Geral de Contas
Stephenson Oliveira Victer
Subprocurador-Geral de Contas
Deila Barbosa Maia
Corregedora-Geral
Stanley Botti Fernandes
Ouvidor
Danielle Fátima Pereira da Costa
Procuradora de Contas
Silaine Karine Vendramin
Procuradora de Contas
Felipe Rosa Cruz
Procurador de Contas
Guilherme da Costa Sperry
Procurador de Contas

Gestão Administrativa

Caio Anderson Da Silva Dantas
Secretário-geral
Felipe Silva Arrivabene
Departamento de Inovação e Planejamento
Nazaré Do Socorro Gillet Das Neves
Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios
Simone Braga Chaves Martins
Departamento Administrativo
Aline Ribeiro Brigido
Departamento de Finanças e Orçamento
Cezar Barroso dos Santos
Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações
Rosana Gabrielle Magno Gonçalves
Departamento de Comunicação Institucional
Elielton Chaves Costa
Departamento de Gestão de Pessoas
Silvane De Fátima Silva Baltazar
Secretaria Processual
Ana Marly Lameira Da Silva
Auditoria e Controle Interno
Samuel Almeida Bittencourt
Assessoria Jurídica

Equipe Técnica de Elaboração

Ana Marly Lameira Da Silva
Chefe de Departamento | AUDIN
Felipe Silva Arrivabene
Chefe de Departamento | DIP
Rosana Gabrielle Magno Gonçalves
Chefe de Departamento | DECOM
José Pereira do Canto
Analista Ministerial – Especialidade Administração | DIP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C759 Contas do Pará, Ministério Público de

Relatório de Gestão Anual 2023 – Belém, 2024

84 f.: il.

Inclui bibliografia e anexo(s).

1. Ministério Público de Contas 2. Relatório. 3. Gestão Anual I.
Ministério Público de Contas do Pará. II. Título

CDDir 341.385

LISTA DE SIGLAS

PPA – Plano Plurianual

LOA – Lei Orçamentária Anual

LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias

DFIN – Departamento de Finanças e Orçamento

DIP – Departamento de Inovação e Planejamento

DACC – Departamento de Aquisições Compras e Convênios

DADM – Departamento Administrativo

DGP – Departamento de Gestão de Pessoas

SECPRO – Secretaria Processual

DECOM – Departamento de Comunicação

DTIT – Departamento de Tecnologia e Telecomunicações

ASJUR – Assessoria Jurídica

CEAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

CAO – Centro de Apoio Operacional

NLLC- Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

PCA – Plano de Contratações Anual

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. SECRETARIA-GERAL.....	6
2. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (DFIN).....	13
3. DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO (DIP)	19
4. DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS (DACC)	22
5. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (DADM).....	29
6. DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP).....	39
7. DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (DECOM)	47
8. SECRETARIA PROCESSUAL (SECPROC).....	53
9. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES (DTIT) .	61
10. ASSESSORIA JURÍDICA (ASJUR).....	69
11. CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL (CEAF).....	72
12. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL (CAO).....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	83
ANEXO I – AVALIAÇÃO AÇÕES DO PLANO PLURIANUAL (EXERCÍCIO 2023)	84

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão é o documento que tem por objetivo fornecer informações e análises necessárias acerca da gestão de entidades governamentais aos órgãos de controle, como os Tribunais de Contas, e, principalmente, ao verdadeiro dono e senhor dos recursos públicos - o povo.

Instrumento fundamental de transparência, debruça-se sobre o desempenho da gestão pública no período avaliado e tem por escopo:

i) **Avaliação de Desempenho Institucional:** apresenta os resultados alcançados pelo órgão em relação às suas metas e objetivos estratégicos, destacando os principais indicadores de desempenho e os resultados alcançados em cada área de atuação.;

ii) **Análise da Gestão de Recursos Humanos:** aprecia a gestão dos recursos humanos do órgão, incluindo a distribuição de pessoal, a realização de concursos públicos, a capacitação dos servidores e a implementação de políticas de valorização e desenvolvimento profissional. o desempenho operacional, ou seja, a atuação do órgão em relação às metas e aos objetivos estabelecidos nos planos e programas de gestão;

iii) **Exame da Gestão Orçamentária e Financeira:** apresenta a execução orçamentária e financeira do órgão, incluindo a arrecadação de receitas, a realização de despesas, o cumprimento das metas fiscais e a eficiência na aplicação dos recursos públicos;

iv) **Verificação das Ações de Transparência e Prestação de Contas:** destaca as medidas adotadas para promover a transparência na gestão pública, como a divulgação de informações financeiras e relatórios de atividades.

É dizer, portanto, que o Relatório de Gestão se descortina como importante ferramenta de controle social, viabilizando que a sociedade, como um todo, possa avaliar o desempenho da gestão pública e cobrar eficiência na administração dos recursos públicos.

Nesta toada, o presente relatório, agora modernizado no intento de atingir seu real objetivo, qual seja, atuar como ferramenta essencial para avaliar o desempenho e a prestação de contas do órgão perante a sociedade, bem como de orientar a tomada de decisões para aprimorar sua atuação e cumprir sua missão institucional, compila as principais atividades realizadas no Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA) no exercício de 2023.

Caio Anderson da Silva Dantas
Secretário-Geral
Biênio 2022-2024

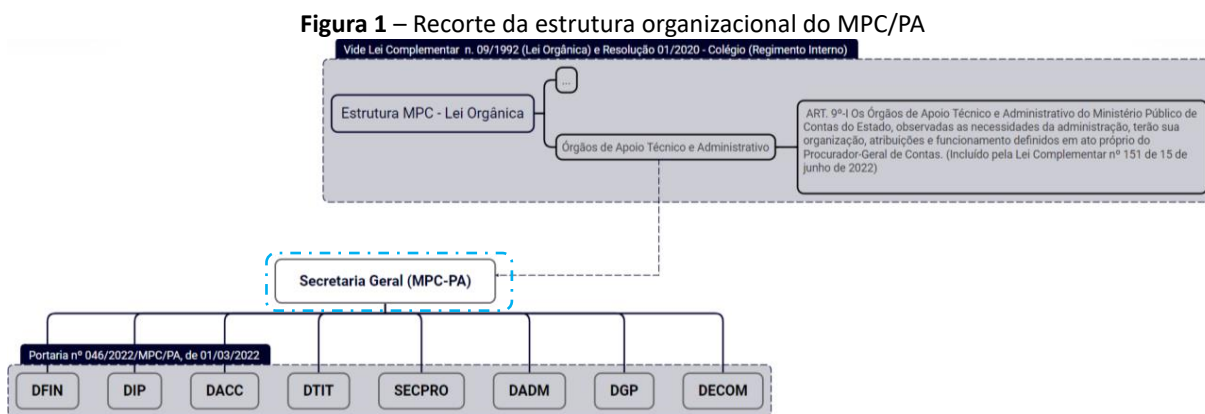
1. SECRETARIA-GERAL

1.1. Sobre A SECRETARIA-GERAL

1.1.1. Atribuições e competências

Na estrutura administrativa do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA, conforme estabelece o artigo 2º, §1º da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, de 01/03/2022 (*Quadro de Organização Estrutural dos órgãos e serviços de apoio técnico e administrativo do Ministério Público de Contas do Estado do Pará MPC/PA*), dentre as suas competências está a de coordenar e conduzir os esforços do órgão em direção às finalidades públicas que o ordenamento jurídico lhe reservou, bem como liderar e gerir conflitos dos órgãos a ela vinculados por força da estrutura organizacional. Além destas, outras podem ser acessadas no documento completo [aqui](#).

1.1.2. Posição da SECRETARIA-GERAL na estrutura de organizacional do MPC/PA



Fonte: Elaboração própria, com base em documentos institucionais (2024)

1.2. Ações/Atividades realizadas pela SECRETARIA-GERAL em 2023

1.2.1. Execução de atos delegados pelas portarias nº 425/2022-MPC/PA e 030/2023-MPC/PA

Inicialmente, há de se anotar que a delegação de atribuições é utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com o objetivo de assegurar maior celeridade às decisões dos assuntos de interesse público e da própria administração.

Considerando isso, cabe registrar que, no ano de 2022, o Procurador-Geral de Contas do MPC/PA editou as Portarias nº 118/2022 - MPC/PA, 379/2022 - MPC/PA, e, posteriormente, a Portaria nº 425/2022- MPC/PA, instrumentos através dos quais delegou atribuições ao Secretário do Ministério Público de Contas do Estado relacionadas a atos de gestão de pessoal.

Já no ano de 2023, foi editada a Portaria 030/2023 – MPC/PA, que ampliou o rol de delegações ao Secretário do Ministério Público de Contas, conferindo a este a atribuição para decidir sobre requerimentos dos servidores relativos a:

I - férias, licenças e demais afastamentos, inclusive conversões em pecúnia, observado o disposto na legislação pertinente;

II – averbações de tempo de serviço e de tempo de contribuição;

III – gratificação de titulação;

IV – concessão de auxílios;

V – expedição de declarações e certidões;

VI – autorização de viagem e deferimento de diárias e passagens, para participação em eventos ou atividades de interesse institucional fora do local de trabalho;

VII – escala de trabalho, sobreaviso ou plantões;

VIII – inserção em regime de teletrabalho ou trabalho semipresencial, exceto quando o servidor estiver lotado em órgão cuja titularidade e/ou coordenação tenha sido atribuída a membro;

IX – autorização de substituições em geral;

X – alteração de lotação;

XI – inclusão de dependente para efeito de dedução no imposto de renda retido na fonte.

Também foram delegadas as atribuições relativas a:

I – autorização e empenho de despesas relativas a Suprimento de Fundos;

II – requerimentos dos membros do Ministério Público de Contas do Estado, exceto do Procurador-Geral de Contas ou quem estiver lhe substituindo, relativos aos pedidos de viagens com deferimento de diárias e/ou passagens, para participação em eventos ou representação institucional fora do local de trabalho;

III – instituição e designação de integrantes para compor comissão ou grupo especial de trabalho.

Por fim, foi delegada também ao Secretário, a possibilidade de empenhar e liquidar as despesas decorrentes das atribuições supracitadas.

Historiada a sequência de delegações, consolida-se, a seguir, no Quadro 1 – Portarias emitidas na vigência das Portarias nº 425/2022 e 030/2023, os atos executados, no ano de 2023, pelo Secretário do MPC/PA por meio de delegação do Procurador-Geral de Contas, na vigência das Portarias nº 425/2022 e 030/2023.

Quadro 1 – Portarias emitidas na vigência das Portarias nº 425/2022 e 030/2023

Portarias	
Assunto	Quantidade
Afastamento para casamento	3
Afastamento por falecimento	1
Alteração de Férias	18
Auxílio Natalidade	2
Averbação de tempo de serviço	15
Diárias	163
Férias	140
Licença-Prêmio	10
Gratificação de Titulação	14
Instituição de grupo de trabalho	1
Suspensão de Férias	9
Suspensão de Licença-Prêmio	3
Licença para acompanhar pessoa doente da família	1
Licença para tratamento de saúde	11

Licença-Maternidade	2
Substituição de Chefia	3
Suprimento de Fundos	13
Torna sem efeito	4
TOTAL	413

Fonte: Secretaria-Geral/MPC-PA (2024)

Além dos atos executados por Portaria, a Secretaria do MPC/PA é responsável pela emissão de Certidões e Declarações, bem como decisões sobre escala de trabalho, sobreaviso ou plantões e inserção em regime de teletrabalho ou trabalho semipresencial.

Assim, registre-se que, conforme informações prestadas pelo Departamento de Gestão de Pessoas, no ano de 2023, foram emitidas, ainda, 08 (oito) Certidões e 07 (sete) Declarações por esta Secretaria, no uso das atribuições delegadas pelas referidas Portarias.

1.2.2. Execução de atos delegados pelas portarias nº 309/2023-MPC/PA e 315/2023-MPC/PA

No ano de 2023, as competências atribuídas ao Secretário foram ampliadas, tendo em vista que além da matéria de pessoal, também foram delegadas atribuições relacionadas aos processos licitatórios.

Neste sentido, foi editada a Portaria 309/2023-MPC/PA, que em seguida, foi revogada pela Portaria 315/2023-MPC/PA de 15/06/2023, a qual elenca as seguintes atribuições:

- I - designar Agente de Contratação, Leiloeiros, Pregoeiros, Agentes de Compras, Equipe de Apoio, Comissão de Contratação, Gestores e Fiscais de Contratos;
- II - designar comissões para os fins previstos no § 2º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021;
- III - autorizar:
 - a) a realização de licitação, em qualquer modalidade;
 - b) as contratações decorrentes de atas de registros de preços geradas a partir de licitações realizadas pelo próprio MPC-PA ou derivadas da condição de órgão participante em certames promovidos por outros órgãos e entidades públicos, em Sistema de Registro de Preços, bem como aquelas provenientes da adesão, como órgão não participante, a atas de registro de preços firmadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, observados os requisitos previstos nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - c) a adesão de órgãos ou entidades da Administração Pública às atas de registro de preços gerenciadas pelo MPC-PA, de acordo com o disposto no art. 86, § 2º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021;
 - d) bem como das relacionadas às inexigibilidades previstas no art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021;
- IV aprovar o estudo técnico preliminar e o termo de referência ou projeto básico;
- V - revogar a licitação, por motivo de convivência e oportunidade, ou proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, observada a legislação de regência;
- VI - deferir e assinar atestados de capacidade técnica;
- VII - adjudicar o objeto e homologar os procedimentos licitatórios;

VIII - assinar editais, atas de registro de preço, acordos, contratos e termos aditivos;
IX - autorizar a prorrogação e apostilamento dos contratos celebrados.

Delineadas atribuições, detalha-se, a seguir, no Quadro 2 – **Contratos** administrativos e termos aditivos; e na sequência os quadros 3 – **Portarias** de designação de fiscais de emitidas; e 4 – **Editais** de processos licitatórios e contratações diretas lançados, os atos executados, pelo Secretário do MPC/PA, na vigência das Portarias nº 309/2023 e 315/2023.

Quadro 2 – Contratos administrativos e termos aditivos executados na vigência das Portarias nº 309/2023 e 315/2023

Contratos administrativos	
Contrato	Contratado
Contrato Nº 18/2023	MAIS GÁS INDÚSTRIA DE GASES LTDA
Contrato Nº 19/2023	BRACOM ESTACIONAMENTOS LTDA
Contrato Nº 20/2023	CONTROLE JURÍDICO TREINAMENTOS LTDA
Contrato Nº 21/2023	BANCO DO BRASIL S/A
Contrato Nº 22/2023	EDITORA FÓRUM LTDA
Contrato Nº 23/2023	TORINO INFORMÁTICA LTDA
Contrato Nº 24/2023	HTM SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA
Contrato Nº 25/2023	CLARO S.A
Contrato Nº 26/2023	MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA
Contrato Nº 27/2023	MSS MÓVEIS CORPORATIVOS LTDA
Contrato Nº 28/2023	NASCIMENTO MDF E FERRAGENS LTDA
Contrato Nº 29/2023	AC COMÉRCIO LTDA
Contrato Nº 30/2023	INOVAWAY TECNOLOGIA LTDA
Contrato Nº 31/2023	TC COMERCIO DE SERVICOS E TECNOLOGIA LTDA
Contrato Nº 32/2023	ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A
Contrato Nº 33/2023	VERTENTE EMPREENDIMENTO LTDA
Contrato Nº 34/2023	EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ
Termos aditivos	
	Termo Aditivo nº 02 do Contrato nº 19/2021
	Termo Aditivo nº 01 do Contrato nº 16/2022
	Termo Aditivo nº 01 do Contrato nº 22/2022
	Termo Aditivo nº 01 do Contrato nº 18/2022
	Termo Aditivo nº 01 do Contrato nº 21/2022
	Termo Aditivo nº 02 do Contrato nº 07/2023
	Termo Aditivo nº 01 do Contrato nº 19/2022
	Termo Aditivo nº 03 do Contrato nº 26/2021
	Termo Aditivo nº 04 do Contrato nº 14/2019
	Termo Aditivo nº 03 do Contrato nº 12/2020
	Termo Aditivo nº 03 do Contrato nº 23/2021
	Termo Aditivo nº 04 do Contrato nº 02/2022
	Termo Aditivo nº 03 do Contrato nº 03/2022
	Termo Aditivo nº 04 do Contrato nº 12/2020
	Termo Aditivo nº 01 do Contrato nº 05/2023
	Termo Aditivo nº 09 do Contrato nº 10/2020
	Termo Aditivo nº 01 do Contrato nº 19/2023
	Termo Aditivo nº 08 do Contrato nº 10/2020

Fonte: Secretaria-Geral/MPC-PA (2024)

Quadro 3 – Portarias de designação de fiscais de emitidas na vigência das Portarias nº 309/2023 e 315/2023

Portarias de designação de fiscais			
28/2023/SGCC/DACC	29/2023/SGCC/DACC	30/2023/SGCC/DACC	31/2023/SGCC/DACC
33/2023/SGCC/DACC	34/2023/SGCC/DACC	36/2023/SGCC/DACC	37/2023/SGCC/DACC
38/2023/SGCC/DACC	39/2023/SGCC/DACC	40/2023/SGCC/DACC	42/2023/SGCC/DACC
43/2023/SGCC/DACC	44/2023/SGCC/DACC	45/2023/SGCC/DACC	46/2023/SGCC/DACC
47/2023/SGCC/DACC	48/2023/SGCC/DACC	49/2023/SGCC/DACC	51/2023/SGCC/DACC

Fonte: Secretaria-Geral/MPC-PA (2024)

Quadro 4 – Editais de processos licitatórios e contratações diretas lançados na vigência das Portarias nº 309/2023 e 315/2023

Editais	
PREGÃO ELETRÔNICO	02/2023
	04/2023
	05/2023
	06/2023
	07/2023
DISPENSA ELETRÔNICA	04/2023
	05/2023
	06/2023
	07/2023
	08/2023
	09/2023
Inexigibilidades	
Termo de inexigibilidade de licitação nº 14/2023	
Termo de inexigibilidade de licitação nº 15/2023	
Termo de inexigibilidade de licitação nº 16/2023	
Termo de inexigibilidade de licitação nº 17/2023	
Termo de inexigibilidade de licitação nº 18/2023	
Termo de inexigibilidade de licitação nº 19/2023	
Termo de inexigibilidade de licitação nº 20/2023	
Termo de inexigibilidade de licitação nº 21/2023	
Termo de inexigibilidade de licitação nº 22/2013	
Termo de inexigibilidade de licitação nº 23/2023	
Termo de inexigibilidade de licitação nº 24/2023	
Termo de inexigibilidade de licitação nº 25/2023	
Termo de inexigibilidade de licitação nº 26/2023	

Fonte: Secretaria-Geral/MPC-PA (2024)

1.2.3. Ações previstas para o ano de 2023 no Plano de Gestão 2022-2024

Neste tópico, destaca-se o cumprimento, por parte desta Secretaria, das ações estabelecidas, para o ano de 2023, no Plano de Gestão 2022-2024 – já estruturado nos moldes estabelecidos pela Revisão do Planejamento Estratégico 2019/2024, ocorrida no ano de 2021.

Deste modo, o referido instrumento de gestão designou, à Secretaria deste Ministério Público de Contas, as seguintes atividades:

a) Revisão da Lista dos Processos de Trabalho prevista na Resolução n. 020/2019 – Colégio – MPC/PA

b) Avaliar a contratação de consultoria para mapeamento/aperfeiçoamento de processos;

c) Elaborar Rotina Gerencial de Reuniões.

No tocante ao item “a”, cumpre-nos informar que a lista de Processos de Trabalho, prevista na Resolução n. 020/2019, foi efetivamente revisada no ano de 2022, resultando em um total de 132 processos identificados.

Considerando a atualização da lista de processos, a ação de mapeamento prevista para o ano de 2023 corresponde a um total de 98 (noventa e oito) procedimentos, número equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) dos processos de trabalhos devidamente identificados.

Assim, foram mapeados 21 (vinte e um) novos processos, sendo que destes, 3 (três) processos não constavam da lista originária, elevando o rol de processos identificados para um total de 135 (cento e trinta e cinco), o que permitiu alcançar a meta estabelecida no planejamento estratégico para o período e o atingimento do **total de 102 (cento e dois procedimentos mapeados)**, conforme a listagem abaixo – que pode ser conferida na página da intranet do órgão:

- Agendamento do salão nobre e sala de reuniões
- Alteração de horário da jornada de trabalho
- Concessão de folga - justiça eleitoral
- Confecção do Boletim Ministerial
- Elaboração do Plano de Gestão
- Elaboração do relatório de gestão fiscal
- Emissão de atestado de capacidade técnica
- Encaminhar para perícia médica na Seplad
- Encaminhar para perícia médica no INSS
- Exclusão de Membro da distribuição
- Expedição de certidão
- Expedição de recomendação
- Interrupção ou suspensão de férias de servidor
- Pedido de cessão de servidor
- Produção de estudo técnico *ex officio*
- Prorrogação ou renovação de cessão de servidor
- Realização de evento institucional
- Ressarcimento a outros órgãos - servidores cedidos
- Solicitação de Dados Pessoais
- Solicitação de licença para tratamento de saúde
- Solicitação de licença por motivo de doença em pessoa da família

Quanto ao item “b”, considerando o avançado estágio de mapeamento e aperfeiçoamento de processos, em entendimento com o Departamento de Inovação e

Planejamento, chegou-se à conclusão quanto à desnecessidade de contratação de consultoria para realizar tais atividades.

No tocante ao item “c”, cumpre-nos registrar que, desde o ano de 2022, está consolidada reunião mensal, que congrega, além dos Departamentos, outros setores estratégicos deste Ministério Público de Contas, como o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e Centro de Apoio Operacional (CAO).

Por fim, calha o registro de que as ações previstas no Plano de Gestão para o biênio 2022-2024 estão em fase final de implementação por esta Secretaria, motivo pelo qual antevemos pleno êxito no cumprimento da totalidade das metas estabelecidas tanto no Plano de Gestão 2022-2024, quanto no plano Planejamento Estratégico 2019-2024.

2. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (DFIN)

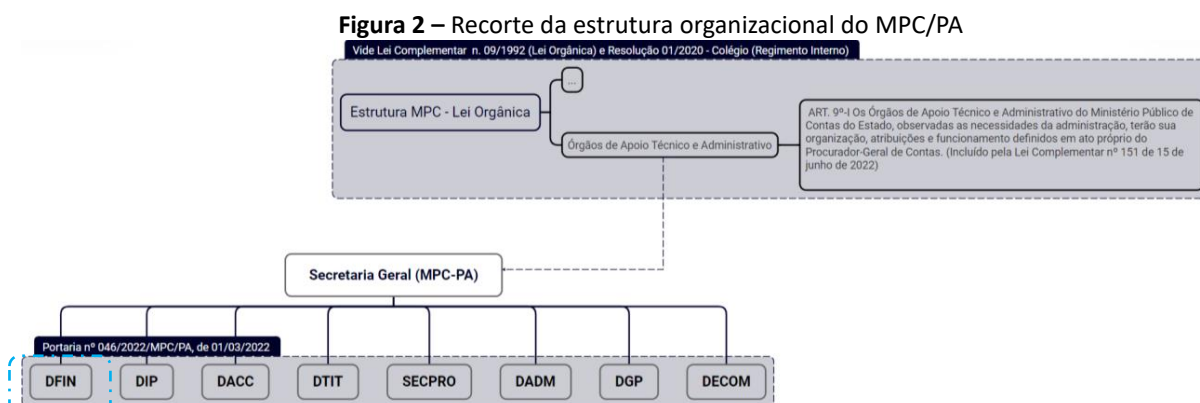
1.1. Sobre o DFIN

O DFIN é a Unidade responsável pela execução orçamentária e financeira do MPC/PA (UG 370101); e pela execução apenas orçamentária do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do estado do Pará - IGPPS - MPC Fundo Financeiro (UG 840227) e Fundo Previdenciário (UG 840237).

1.1.1. Atribuições e competências do DFIN

Conforme estabelece o artigo 5º da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, de 01/03/2022 (*Quadro de Organização Estrutural dos órgãos e serviços de apoio técnico e administrativo do Ministério Público de Contas do Estado do Pará MPC/PA*), dentre as suas competências está a de coordenar, orientar, supervisionar e executar as atividades relacionadas ao planejamento orçamentário e financeiro do Ministério Público de Contas, auxiliando, sob o ponto de vista técnico, a Gestão Financeira do órgão e interagindo junto aos órgãos competentes nos assuntos de natureza orçamentária e financeira. Além destas, outras podem ser acessadas no documento completo [aqui](#).

1.1.2. Posição na estrutura de organização do MPC/PA

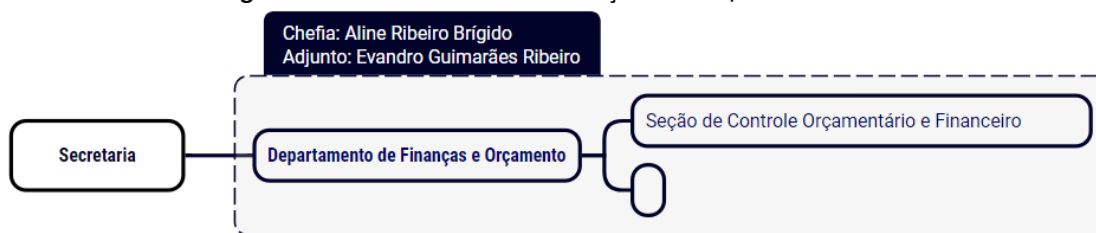


Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

1.1.3. Escopo da atuação do DFIN nos demais processos de Gestão de Orçamentária

Conforme Parágrafo único. do 5º da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, o DFIN ainda conta com a Seção de Controle Orçamentário e Financeiro que, em conjunto com o Departamento de Inovação e Planejamento, é o setor responsável pelo monitoramento do Plano Plurianual – PPA; pelo aprimoramento do controle orçamentário e financeiro; e por elaboração de estudos em matéria orçamentária e financeira, conforme Figura 3 – Recorte das áreas de atuação do DFIN/MPC-PA.

Figura 3 –Recorte das áreas de atuação do DGP/MPC-PA



Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

1.2. Ações/Atividades realizadas pelo DFIN em

1.2.1. Execução Orçamentária

A execução orçamentária do MPC/PA em 2023 é demonstrada na Tabela 1 – Execução Orçamentária 2023/2022, a qual é possível fazer uma comparação com o ano anterior, conforme a seguir.

Tabela 1 – Execução Orçamentária 2023/2022

Especificação	UG 370101 (Valores em R\$)		%
	2023	2022	
Orçamento Inicial	59.135.142,00	49.821.081,00	18,69
(+) Suplementação	9.401.336,00	2.190.100,25	329,26
(-) Cancelamento de Dotação	9.401.336,00	2.619.060,44	258,96
(+) Movimento de Crédito	-	(1.396.830,08)	0
(-) Contenção de Crédito	1.156.625,73	(133.039,81)	769,38
(=) Autorização Final	57.978.516,27	47.862.250,92	21,14
(-) Valor Empenhado	55.136.437,68	36.963.914,39	49,16
(=) SALDO NÃO MOBILIZADO	2.842.078,59	10.898.336,53	73,92

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – DFIN/MPC-PA (2024).

Não foi possível demonstrar a execução orçamentária das Unidades Gestoras – UG’s 840227 e 840237, pois o novo Sistema de Execução Financeira e Orçamentária do Estado do Pará – SIAFE não gera o Demonstrativo de Informações do Orçamento Programa Anual – DIOPA, do qual essas informações eram extraídas até 2022.

O orçamento final autorizado para a UG 370191 (MPC/PA), da ordem de R\$ 57.978.516,27, foi 21,14% maior que o autorizado no exercício de 2022. Pelo cotejo entre os saldos orçamentários não mobilizados nos dois últimos exercícios, infere-se que o saldo orçamentário de 2023 foi 73,92% menor que o do ano anterior.

1.2.2. Execução Financeira

A execução financeira do MPC/PA em 2023 é demonstrada na Tabela 2 – Execução Financeira no exercício de 2023, conforme dados extraídos do balanço financeiro do exercício de 2023, a seguir.

Tabela 2 – Execução Financeira no exercício de 2023

Especificação	Execução 2023 (Valores em R\$)
A – SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2022	56.214.940,90
B – Recebimentos para Execução Orçamentária	71.864.768,34
C – Sub Soma (A + B)	128.079.709,24
D – Recebimentos Extraorçamentários	90.585.702,89
E – TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS (C + D)	218.665.412,13
F – Despesa Orçamentária Executada pelo MPC/PA	55.136.437,68
G – Transferências Financeiras Realizadas	9.629.053,12
H – Sub Soma (F + G)	64.765.490,80
I – Pagamentos Extraorçamentários	88.588.045,71
J – SOMA DOS PAGAMENTOS (H + I)	153.353.536,51
L – SALDO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2024 (E – J)	65.311.875,62

Fonte: MPC/PA - Balanço Financeiro do Exercício de 2023 (2024)

1.2.3. Fluxo de Caixa

O fluxo de caixa do MPC/PA em 2023 é demonstrado na Tabela 3 – Execução Financeira no exercício de 2023, conforme dados extraídos do balanço financeiro do exercício de 2023, a seguir.

Tabela 3 – Fluxo de Caixa do exercício de 2023

Especificação	Fluxo de Caixa (Valores em R\$)
A – Recebimentos para Execução Orçamentária	71.864.768,34
B – Recebimentos Extraorçamentários	90.585.702,89
C – Soma dos recebimentos (A + B)	162.450.471,23
D – Despesa Orçamentária Executada pelo Órgão	55.136.437,68
E – Transferências Financeiras Realizadas	9.629.053,12
F – Pagamentos Extraorçamentários	88.588.045,71
G – Soma dos pagamentos (D + E + F)	153.353.536,51
H – RESULTADO DO FLUXO DE CAIXA EM 2023 (C – G)	9.096.934,72
I – Saldo Financeiro ao Final do Exercício de 2023 (para 2024)	65.311.875,62
J – Saldo Financeiro Inicial do Exercício de 2023 (de 2022)	56.214.940,90
L – VARIAÇÃO DO SALDO FINANCEIRO (I – J)	9.096.934,72

Fonte: MPC/PA - Balanço Financeiro do Exercício de 2023 (2024)

1.2.4. Despesa Total do exercício de 2023

A despesa total do MPC/PA em 2023 é demonstrada na Tabela 4 – Despesa Total do exercício de 2023, conforme dados extraídos do balanço orçamentário do exercício de 2023, a seguir.

Tabela 4 – Despesa Total do exercício de 2023

Especificação	UG 370101	UG 840227	UG 840237	TOTAL	%
Pessoal e encargos sociais	40.473.070,08	7.680.671,01	45.457,10	48.199.198,19	76,67
Outras despesas correntes	13.648.478,90	-	-	13.648.478,90	21,71
Investimentos	1.014.888,70	-	-	1.014.888,70	1,62
SOMA	55.136.437,68	7.680.671,01	45.457,10	62.862.565,79	100

Fonte: MPC/PA - Balanço Orçamentário 2023 (2024)

A Despesa com PESSOAL E ENCARGOS atingiu o montante de R\$ 48.199.198,19, representando 76,67% dos gastos totais e correspondendo a um acréscimo de 29,67% em relação ao exercício de 2022 (R\$ 37.169.256,60)

Já as OUTRAS DESPESAS CORRENTES somaram a importância de R\$ 13.648.478,90, representando **21,71%** dos gastos totais e correspondeu a um acréscimo de 106,23% em relação ao exercício de 2022 (R\$ 6.618.189,77), justificado em grande parte pelas despesas com o Seminário realizado pelo MPC/PA em abril/2023, pelos gastos com diárias e passagens e ainda pelas despesas para a implantação da nova sede das procuradorias de contas.

As despesas com INVESTIMENTOS somaram a importância de R\$ 1.014.888,70, representando 1,62% dos gastos totais e correspondeu a um aumento de 766,4% em relação ao exercício de 2022 (R\$ 117.097,79).

Tabela 5 – Patrimônio exercício de 2023

Especificação	2023	2022
Bens Móveis	3.290.131,95	2.353.851,79
Bens Imóveis e Instalações	2.375.608,54	2.297.000,00
(–) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	1.426.376,24	1.268.295,27
Total Ativo Não Circulante	4.239.364,25	3.382.556,52

Fonte: MPC/PA - Balancete de verificação 2023 (2024)

O acentuado crescimento das despesas com Investimento, em relação a 2022 (766,4%), decorreu, principalmente, da aquisição de mobiliários e equipamentos tendo em vista guarnecer o imóvel locado em 2023, para abrigar as Atividades finalísticas do MPC/PA (sede das Procuradorias de Contas).

1.2.5. Aderência à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

Objetivando assegurar o equilíbrio das contas públicas, a Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidades Fiscal – LRF), dentre outras providências, estabelece limites de gastos e endividamentos, que devem ser observados pelos gestores. As limitações da LRF contemplam a Dívida Pública, as Operações de Crédito, as despesas com Pessoal e Encargos, etc. Dentre essas limitações, a que incide diretamente sobre a movimentação de fundos do MPC/PA, refere-se à despesa total com pessoal (artigos 19 e 20 da LRF).

Tendo como base de cálculo a Receita Corrente Líquida, são os seguintes os limites para despesas total com pessoal aplicáveis a este Órgão Ministerial: **(i)** Limite Máximo: 0,20%, **(ii)** Limite Prudencial: 0,19%, e **(iii)** Limite de Alerta: 0,18%.

O Quadro 6 – Percentual da Despesa de Pessoal sobre RCL Ajustada a seguir demonstra a aderência do MPC/PA ao que dispõe a LRF, com relação à despesa total com pessoal.

Quadro 6 – Percentual da Despesa de Pessoal sobre RCL Ajustada

A – Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL Ajustada)	36.069.091.339,21
B – Despesa Líquida com Pessoal e Encargos, para efeitos da LRF	42.825.811,97

C – Percentual (B/A x 100)	0,12%
----------------------------	-------

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre 2023 (2024)

A despesa total com pessoal do MPC/PA, sem abatimento do IRRE, situa-se, portanto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.2.6. Restos a Pagar

No exercício de 2023 foram inscritas em restos a pagar despesas no montante de R\$ 1.617.334,99, dos quais R\$ 667.621,00 correspondiam a restos a pagar processados e R\$ 949.713,99, restos a pagar não processados.

Para a inscrição e pagamento de despesas em restos a pagar, foi considerado o limite das disponibilidades financeiras do órgão, conforme demonstrado Figura 4 – Consulta a disponibilidades financeiras do exercício 2023 no SIAPE, a seguir.

Figura 4 – Consulta a disponibilidades financeiras do exercício 2023 no SIAPE

Detalhamento Detaconta

Elemento	Registro de Conta Corrente	Saldo Anterior - Débito	Saldo Anterior - Crédito	Débitos do período	Créditos do período	Saldo Final - Débito	Saldo Final - Crédito	Detalhar
370101	02500000001-000000	0,00	43.757.800,53	0,00	0,00	0,00	43.757.800,53	
370101	02755000023-000000	0,00	94.000,00	0,00	0,00	0,00	94.000,00	
370101	01500000012-000000	0,00	0,00	0,00	631.248,41	0,00	631.248,41	
370101	01500000001-000000	0,00	0,00	11.442.960,84	16.499.182,63	0,00	5.056.221,79	
370101	02500000012-000000	0,00	11.933.123,50	0,00	0,00	0,00	11.933.123,50	

Fonte: SIAFE/PRODEPA (2024)

As despesas executadas como Restos a Pagar atenderam aos requisitos estabelecidos nos artigos 15 a 19 do Decreto Estadual nº 2.767, de 21 de novembro de 2022.

1.2.7. Despesa de Exercícios Anteriores – DEA

A execução da despesa sob a rubrica DEA, em 2023, conforme demonstrada na Tabela 6 – Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), executadas em 2023, atendeu aos requisitos de instrução processual disciplinados pelo Decreto Estadual nº 2.767, de 21 de novembro de 2022, artigo 20, § 1º, que estabeleceu normas e procedimentos para o encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício de 2022.

Tabela 6 – Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), executadas em 2023

Especificação	2023	
	(R\$)	%
319092 – Pessoal	67.544,63	58,4
339092 – Outras Despesas Correntes – ODC	47.554,20	41,1
319192 – Pessoal Requisitado	581,21	0,5
Soma	115.680,04	100,0

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – DFIN/MPC-PA (2024).

1.3. Resultados obtidos e oportunidades de melhoria

Resultados/êxitos	Oportunidades de melhorias
Cumprimento das atribuições	Correção de falhas nas inconsistências das informações extraídas do SIAFE.
Implantação do novo Sistema de Administração Financeira do Estado – SIAFE	Pleno funcionamento do Sistema de Administração Financeira do Estado – SIAFE.
Mais celeridade ao funcionamento das atividades de orçamento e finanças por conta do novo SIAFE.	

3. DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO (DIP)

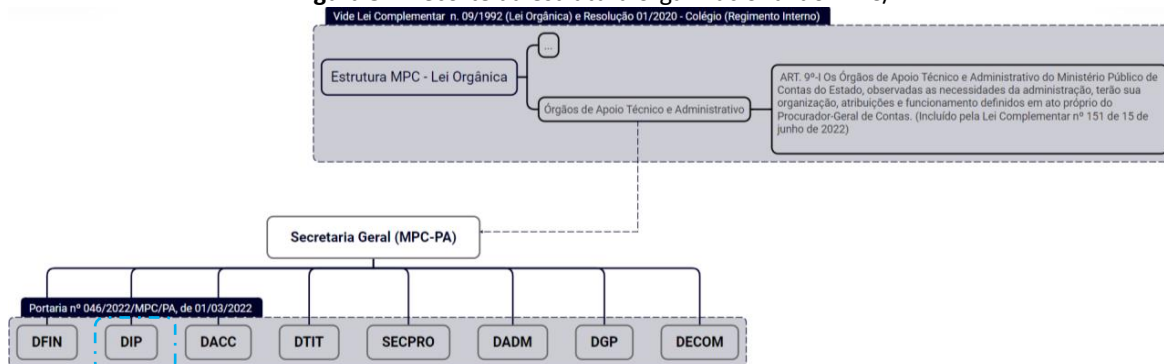
3.1. Sobre o DIP

3.1.1. Atribuições e competências do DIP

Conforme estabelece o artigo 6º da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, de 01/03/2022 (*Quadro de Organização Estrutural dos órgãos e serviços de apoio técnico e administrativo do Ministério Público de Contas do Estado do Pará MPC/PA*), dentre as suas competências estão as de criar e difundir a cultura de planejamento como ferramenta de gestão e de melhoria contínua dos processos de trabalho do órgão no âmbito do Ministério Público de Contas. Além destas, outras podem ser acessadas no documento completo [aqui](#).

3.1.2. Posição do DIP e de suas seções na estrutura de organização do MPC/PA

Figura 5 – Recorte da estrutura organizacional do MPC/PA

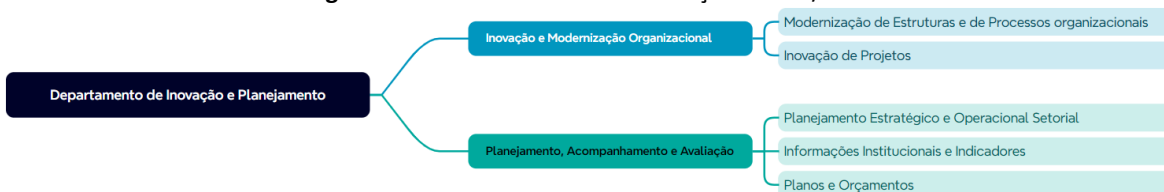


Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

3.1.3. Escopo da atuação do DIP nos demais processos de planejamento

O DIP é uma unidade de apoio técnico administrativo subordinada diretamente à Secretaria-Geral e tem por finalidade, conforme Portaria n. 046/2022, coordenar, articular, monitorar e avaliar o processo de planejamento estratégico e de gestão do MPC/PA, bem como desenvolver ações para melhoria da qualidade das metodologias utilizadas no planejamento institucional, propor ações de desenvolvimento organizacional por meio da modernização de estruturas e processos administrativos, aperfeiçoamento da estrutura, organização e funcionamento das unidades do MPC/PA; além de formentar a inovação em suas diversas frentes de atuação, conforme Figura 6 – Recorte das áreas de atuação do DIP/MPC-PA que, em que pese não seja formalizada, é uma forma de demonstrar suas áreas de atuação.

Figura 6 – Recorte das áreas de atuação do DIP/MPC-PA



Fonte: Elaboração própria/DIP (2024)

Para desenvolver suas atividades, o DIP conta com equipe de 2 colaboradores – Analistas Ministeriais - Especialidades Controle Externo (1) e Administração (1).

3.2. Ações/Atividades realizadas pelo DIP em 2023

As atividades desempenhadas pelo DIP no ano de 2023 estão distribuídas conforme área de atuação na seguinte Tabela 7 – Atividades de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Inovação abaixo:

Tabela 7 – Atividades de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Inovação.

Tipo	Quantidade	Setor/Área/Depto apoiado/impactado
Planejamento	10	Todos do MPC/PA
Monitoramento	03	Todos do MPC/PA
Avaliação	05	Todos do MPC/PA
Inovação	05	Todos do MPC/PA
Total	23	Todos do MPC/PA

Fonte: Elaboração própria/DIP (2024)

Desse volume de atividades desempenhadas pelo DIP destacam-se a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2023, bem como a construção dos painéis de acompanhamento de indicadores do plano estratégico a fim de gerenciar os objetivos e das iniciativas estratégicas do Plano Estratégico 2019-2024, do plano de gestão bianual 2022-2024 e da central financeira-orçamentária. Ademais, diversos estudos de impactos financeiro-orçamentários e análises estratégicas foram realizadas em 2023. A construção dos painéis de monitoramento e a avaliação de dados e indicadores utilizaram-se das ferramentas *Microsoft Sharepoint* e *Power BI*.

3.2.1. Outras atividades

Além das atividades mencionadas anteriormente, foram elaborados os relatórios de atividades do departamento e de avaliação dos resultados dos programas do PPA 2020-2023 referentes ao ano de 2022.

Ademais, a equipe do DIP participou de comissões como de *Gestão por Competências* e elaboração do *Plano de Logística Sustentável (PLS)/Sustentabilidade*, bem como de diversas ações de desenvolvimento de competências (capacitações), das quais boa parte das horas foram validadas para atribuição de Gratificação de Desempenho e Produtividade (GDP). Dentre essas ações, destacam-se as participações em ações externas, tais como as oficinas de elaboração de programas do PPA 2024-2027, da LDO 2024 e da LOA 2024, bem como o 7º Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições.

3.3. Resultados obtidos e oportunidades de melhoria

Resultados/Êxitos	Oportunidades de melhorias
Fomento à cultura do planejamento e inovação	Aumento da equipe (2 servidores +1 estagiário)
Nas atividades de monitoramento e avaliação - Plano de Gestão: das 27 iniciativas dispostas no Plano Estratégico, quanto ao PG 2022-2024 das 79 ações, mais de 60% foram concluídas	Análise e melhorias das estruturas e processos organizacionais do MPC-PA

Construção de central estratégica (painéis de acompanhamento orçamentário, de gestão e de sustentabilidade)	Construção/Conclusão do Painel de Indicadores do Plano Estratégico
Melhorias na construção do Plano de Contratações Anual com lista <i>Sharepoint</i> e painel de acompanhamento vinculado	Aprimoramento do Painel de acompanhamento do Plano bianual de gestão
	Aprimoramento e divulgação do Painel de acompanhamento do PCA
	Aprimoramento e divulgação do Painel de MPC Sustentável
	Processos Internos (POPs e Fluxos) do DIP
	Construção do painel da Corregedoria com processos finalísticos
	Comunicação interna no Departamento
	Fomentar à cultura da gestão do conhecimento
	Fomento à cultura <i>data driven</i>

4. DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS (DACC)

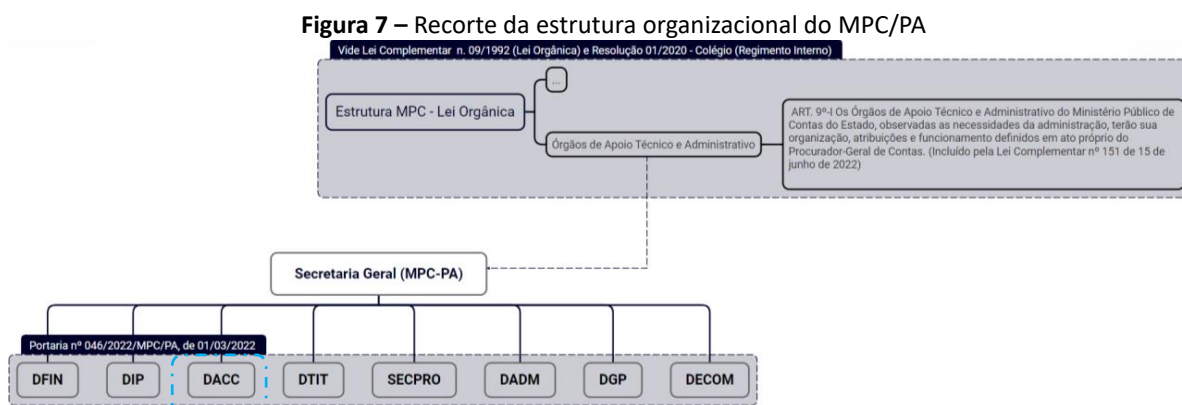
4.1. Sobre o DACC

O DACC, na estrutura organizacional do MPC-PA, é vinculado à Secretaria-Geral do MPC/PA e possui as seções de Gestão de Contratos e Convênios e de Aquisições. Além de poder desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade, conforme necessário para o bom funcionamento do órgão, ressalta-se que o trabalho operacional desempenhado por este departamento é crucial para o pleno funcionamento deste *parquet* de contas, garantindo a execução eficiente das atividades-meio e contribuindo para a consecução dos objetivos institucionais.

4.1.1. Atribuições e competências

Conforme estabelece o artigo 7º da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, de 01/03/2022 (*Quadro de Organização Estrutural dos órgãos e serviços de apoio técnico e administrativo do Ministério Público de Contas do Estado do Pará MPC/PA*), dentre as suas competências está a de organizar, gerenciar e executar atividades relacionadas às licitações, dispensas, inexigibilidades e a gestão de Convênios e Contratos Administrativos no âmbito do Ministério Público de Contas. Além destas, outras podem ser acessadas no documento completo [aqui](#).

4.1.2. Posição do DACC e de suas seções na estrutura de organização do MPC/PA

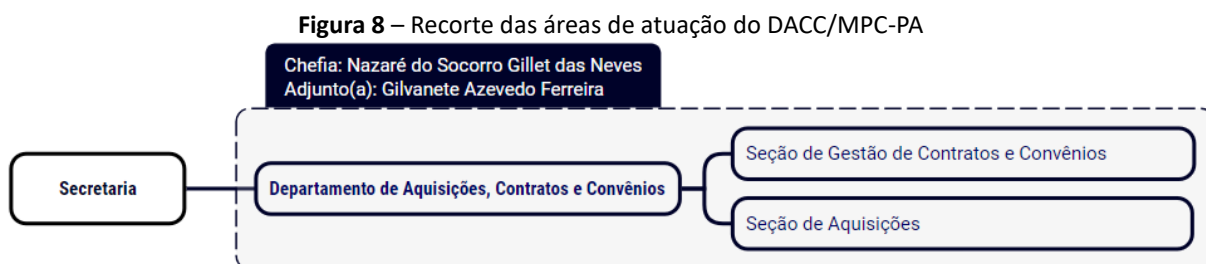


Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

4.1.2.1. Demais áreas de atuação do DACC/ MPC/PA

Conforme §1º e §2º do 7º da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, o DACC ainda conta com a seção de Gestão de Contratos e Convênios, responsável pela elaboração de minutas e formalização de contratos, aditivos, apostilas e outros instrumentos similares, acompanhamento e controle dos prazos contratuais e dos convênios, bem como análise das vantagens econômicas das renovações contratuais; e da seção de Aquisições, responsável pela elaboração dos editais de licitações e execução de todos os demais atos vinculados aos processos licitatórios, procedimentos necessários às dispensas de licitação e inexigibilidade, bem como pela condução das cotações eletrônicas, pesquisas de mercado e confecção das

atas de registro de preços, apoiando e atuando de forma integrada às demais áreas do Departamento, conforme Figura 8 – Recorte das áreas de atuação do DACCDM/MPC-PA, a seguir.



Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

4.1.2.2. Escopo da atuação do DACC nos processos de contratação

Quadro 6 – Escopo da atuação do DACC nos processos de contratação

Etapa	Setor responsável	Procedimento	Artefatos gerados
Planejamento da contratação	Setor demandante	Estudo das necessidades	DOD (documento de operacionalização da demanda) ou DFD (Documento de Formalização da demanda)
		Levantamento das soluções disponíveis no mercado	Estudo Técnico Preliminar - ETP
		Estimativa de preços	Pesquisa de mercado
		Especificação detalhada do objeto e das condições de sua execução e aceitação	Análise de Risco Termo de Referência ou Projeto Básico.
Seleção do fornecedor/prestador a ser contratado	DACC /Seção de Aquisição	Elaboração do edital e anexos	Edital e anexos.
		Cadastro do procedimento nos sistemas oficiais	Documentos de Habilitação
		Publicidade e transparência	Relatórios do certame
		Realização do procedimento licitatório.	Seleção e proposta Julgamento Habilitação Recurso, se houver Adjudicação e Homologação
Gestão do Contrato	DACC/Seção de Gestão de Contratos e Convênios	Gestão do contrato	Contratos, Convênios, Termos Aditivos, Apostilamentos e outros
			Gerenciamento
	Setor demandante/Fiscalização	Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato	Relatórios
			Recebimentos e atestos Notificações e outros

Fonte: Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios – DACC-MPC/PA.

4.2. Ações e atividades realizadas pelo DACC em 2023

4.2.1. Licitações, Adesões à Atas de Registro de Preços e Contratações diretas

As contratações do MPC/PA, decorrentes do Plano de Contratações Anual – PCA/-2023 e de outras demandas prioritárias para atendimento ao Plano de Gestão, foram originadas dos procedimentos dispostos na Tabela 8 – Procedimentos decorrentes Plano de Contratações Anual – PCA/ 2023, a seguir.

Tabela 8 – Procedimentos decorrentes Plano de Contratações Anual – PCA/ 2023

Especificação	Quantidade de Procedimentos		
	2022	2023	Varição (%)
I – Licitação:	6	7	16,67
<i>Pregão Eletrônico</i>	5	7	40,00
<i>Leilão</i>	1	0	-100,00
II – Adesão à Atas de Registro de Preços	3	6	100,00
III – Contratação Direta:	35	36	2,86
<i>Inexigibilidade</i>	18	25	38,89
<i>Dispensa (*)</i>	17	11	-35,29
TOTAL GERAL (I + II + III)	44	49	11,36

Fonte: Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios – DACC-MPC/PA.

Nota: (*) Inclui Dispensa por cotação eletrônica e dispensa tradicional.

Sobre o aumento substancial no número de adesões à atas de registro de preço no ano de 2023, cumpre destacar que, durante o regular procedimento de pesquisa de mercado, constatou-se que em alguns casos a adesão se demonstrou mais vantajosa do que a realização de um procedimento licitatório convencional. Essa conclusão se lastreou em aspectos relativos à vantajosidade econômica, através da comparação dos preços das atas com aqueles praticados no mercado, à economia processual, envolvendo o uso racional do tempo e dos recursos públicos, e ainda à segurança jurídica, com a análise criteriosa dos instrumentos a serem aderidos.

Em resumo, as adesões às atas de registro de preços permitiram ao MPC/PA obter preços mais vantajosos, além de simplificarem o processo de compra, proporcionando uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis, sem prejuízo da legalidade e da transparência.

Sobre as contratações diretas, é importante contextualizar que, para aplicação efetiva da Lei nº 14.133/2021, houve a necessidade urgente de ampla capacitação de membros e servidores, agregando competências e conhecimentos para sua atuação finalística ou como integrantes das equipes de contratação. Além disso, na esteira do art. 173 do referido diploma normativo, o MPC/PA atuou em parceria com o TCE-PA na qualificação dos servidores dos diversos órgãos jurisdicionados no que tange à aplicação do novo regime jurídico das contratações.

Para além dessa temática, a gestão priorizou o desenvolvimento contínuo da equipe, alinhado com as exigências legais e as demandas específicas do órgão. Como resultado desse foco na capacitação, houve um aumento significativo nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação. Neste contexto, ressalta-se que serviços de treinamento e aperfeiçoamento são complexos e específicos, requerendo expertise e experiência particular, motivando a utilização desta modalidade de contratação para efetivar a agenda de capacitação do público interno e externo.

4.2.2. Procedimentos de contratação realizados

As contratações do MPC/PA, no exercício de 2023, mobilizaram recursos financeiros da ordem de R\$ 4.320.533,96, conforme demonstrado a seguir, na Tabela 9 - Procedimentos de contratação realizados e valores contratados, por modalidade e departamento demandante em 2023.

Tabela 9 – Procedimentos, e valores contratados, por modalidade e departamento demandante

Especificação	Procedimentos							%	Valor contratado (R\$)	%
	DADM	DTIT	DECOM	CEAF	DGP	DFIN	TOTAL			
I – Licitação (*)	2	2	2	1	0	0	7	13,73	1.551.978,54	35,92
II – Adesão à ARP	2	3	1	0	0	0	6	13,73	889.927,84	20,60
III – Contratações diretas	7	1	2	24	1	1	36	72,54	1.878.627,58	43,48
<i>Inexigibilidade</i>	1	0	0	24	0	0	25	--	935.244,21	--
<i>Dispensa (**)</i>	6	1	2	0	1	1	11	--	943,383,37	--
SOMA (I + II + III)	11	6	5	25	1	1	49	100	4.320.533,96	100

Fonte: Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios – DACC-MPC/PA.

Notas: (*) Somente Pregão Eletrônico; (**) Dispensa por cotação eletrônica e dispensa tradicional.

As informações analíticas acerca dos procedimentos licitatórios e das contratações diretas estão disponíveis para consulta pública clicando [aqui](#).

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF tem se dedicado à capacitação de membros, servidores e jurisdicionados para enfrentar os desafios decorrentes da implementação da nova lei de licitações. Para isso, em 2023, investiu consideravelmente na contratação de profissionais reconhecidos por sua especialização e expertise na área de licitações, resultando em um aumento significativo no número de procedimentos de contratação direta por inexigibilidade.

A unidade que mais produziu instrumentos para os procedimentos licitatórios foi o Departamento Administrativo, seguido do Departamento de T.I e Telecomunicações, Departamento de Comunicação, Departamento de Gestão de Pessoas e Departamento Financeiro. Os referidos setores empreenderam esforços para cumprir as demandas aprovadas no Plano de Contratação Anual – PCA e os procedimentos necessários para garantir a expansão física do MPC/PA e proporcionar infraestrutura adequada à nova Sede das Procuradorias.

4.2.3. Performance dos certames licitatórios realizados por categoria

Tabela 10 - Performance dos certames licitatórios realizados por categoria em 2023

Categoria do objeto	A – Itens licitados	B – Itens homologados	C – Itens Fracassados ou Cancelados	(B / A) %
Serviços	34	34	0	100,00%
Material de Consumo	66	65	1	98,48%
Material Permanente	27	27	0	100,00%
Obras, serviços de engenharia, e projetos	6	6	0	100,00%
Outros	17	14	3	82,35%
TOTAL	150	146	4	97,33%

Fonte: Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios – DACC-MPC/PA.

4.2.4. Processos para abertura em 2024

Quadro 7 – Compras homologadas em 2023

Especificação	2022	2023
Valor estimado	1.026.611,82	2.980.217,09
Valor homologado	864.338,36	1.551.978,54
Economia gerada	162.273,46	1.428.238,55
% de economia gerada	15,8%	47,93%

Fonte: Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios – DACC-MPC/PA.

Nota: Somente pregão eletrônico.

Os preços dos produtos e serviços podem variar ao longo do tempo devido a fatores como sazonalidade, flutuações econômicas, mudanças na oferta e demanda, entre outros. Portanto, é oportuno esclarecer que o valor homologado sofreu influência desses fatores, refletindo as condições de mercado mais favoráveis no momento da aquisição.

Além disso, durante o processo de contratação, foram realizadas negociações com os fornecedores para obter melhores condições de preço. Essas negociações resultaram em descontos e/ou ajustes nos valores inicialmente estimados, contribuindo significativamente para a redução do custo final.

É importante ressaltar que todas as etapas do processo de contratação foram conduzidas de acordo com os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, garantindo a lisura e a transparência das ações realizadas.

4.2.5. Gestão de Contratos e convênios

4.2.5.1. Contratos vigentes em 2023

Tabela 11 - Contratos vigentes em 2023 por unidade demandante

Unidade demandante	Contratos vigentes		Valor contratado	
	Quantidade	%	R\$	%
DTIT	28	37%	2.517.222,35	33,00%
PGC	3	4%	1.637.162,20	22,00%
DECOM	3	4%	1.580.578,30	21,00%
DADM	25	33%	1.148.184,62	15,00%
CEAF	10	14%	628.083,41	8,00%
DACC	2	3%	49.740,00	1,00%
DEFIN	4	4%	21.544,80	0%
DGP	1	1%	5.277,00	0%
Total	76	100%	7.587.792,68	100,00%

Fonte: Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios – DACC-MPC/PA.

Tabela 12 - Contratos vigentes em 2023 por categoria

Categoria	Contratos vigentes		Valor contratado	
	Quantidade	%	R\$	%
Ação Educacional	10	13	1.752.403,41	22
Aluguel	2	3	898.740,84	11
Contrato de T.I.	13	17	1.991.273,44	25
Material de Consumo	6	8	365.793,94	5
Material Permanente	13	17	900.018,16	12
Obras/Reformas/Projetos	4	5	329.375,96	4
Outros	4	5	145.774,86	2
Serviço de Terceiros	23	30	1.271.016,72	16
Terceirização	1	2	252.743,30	3
Soma	76	100	7.907.140,63	100

Fonte: Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios – DACC-MPC/PA.

4.2.5.2. Convênios e Termos de Cooperação Técnica vigentes em 2023

Os convênios, termos de cooperação e parcerias firmados representam alianças estratégicas e colaborativas que visam impulsionar o desenvolvimento e fortalecimento das instituições envolvidas, conforme detalhado no Quadro 8 - Convênios, acordos e termos de cooperação.

Através dessas parcerias, busca-se promover a sinergia de recursos, conhecimentos e expertise, visando aprimorar a eficácia e a eficiência de ações conjuntas em benefício da sociedade.

Quadro 8 - Convênios, acordos e termos de cooperação

Modalidade	Quantitativo
Concessão de desconto por Instituição Educacional	02
Termo de Execução Descentralizada	01
Acordo e Termo de Cooperação	18
Crédito Consignado	02
Mestrado Profissional	01
Mapeamento de competências	01

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP/MPC-PA (2024).

4.3. Outras ações relevantes

Os procedimentos licitatórios, no ano de 2023, foram realizados com base na lei nº 14.133/2021, salvo em casos excepcionais.

Promoveu-se ainda a orientação de servidores e fornecedores sobre os procedimentos licitatórios e contratuais sob a ótica da nova lei de licitações, visando o aperfeiçoamento das práticas e o cumprimento das normas vigentes.

Além disso, fomentou-se a transparência nas contratações públicas, de modo a tornar acessíveis ao público interno e externo as informações sobre os procedimentos licitatórios, contratos e convênios, disponibilizando os documentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sítio do MPC/PA, sempre com a finalidade de prestar contas sobre a utilização dos recursos públicos.

4.3.1. Participação em Comissões

- Comissão de *Processos Administrativos Sancionatórios*, instituída pela Portaria n.º 181/2022/MPC/PA, de 02/05/2022, com objetivo de apurar as responsabilidades administrativas no caso de irregularidades cometidas por licitantes ou contratados: Servidora Gilvanete Azevedo Ferreira;
- Elaboração do *Plano Anual de Contratações para o exercício 2024*, com objetivo de dar cumprimento à Resolução nº 18/2022 – Colégio, de 08/08/2022 (Política de Governanças das Contratações): Servidora Nazaré do Socorro Gillet das Neves;
- Comissão Gestora do *Plano de Logística Sustentável (PLS)*, instituída pela Portaria n.º 465/2023/MPC-PA, de 06/09/2023, com objetivo de elaborar o PLS do órgão: Servidor Akyson Ferreira da Silva.

4.4. Resultados obtidos e oportunidades de melhoria

Resultados/êxitos	Oportunidades de melhorias
Capacitação de Agentes de Contratação	Revisão e aprimoramento das normas internas relacionadas às contratações públicas
Transparência na divulgação das informações	Padronização dos documentos de instrução dos processos de contratação
Adaptação às novas plataformas eletrônicas	Fortalecimento das ações de monitoramento da fiel execução dos contratos.
Melhor monitoramento do macroprocesso das contratações públicas	Aprimoramento da cultura de gerenciamento de riscos
Incentivo à participação de novos licitantes	
Adoção de ações para práticas sustentáveis	
Atuação de vanguarda na aplicação da Lei n. 14.133/2021 no Estado do Pará	

5. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (DADM)

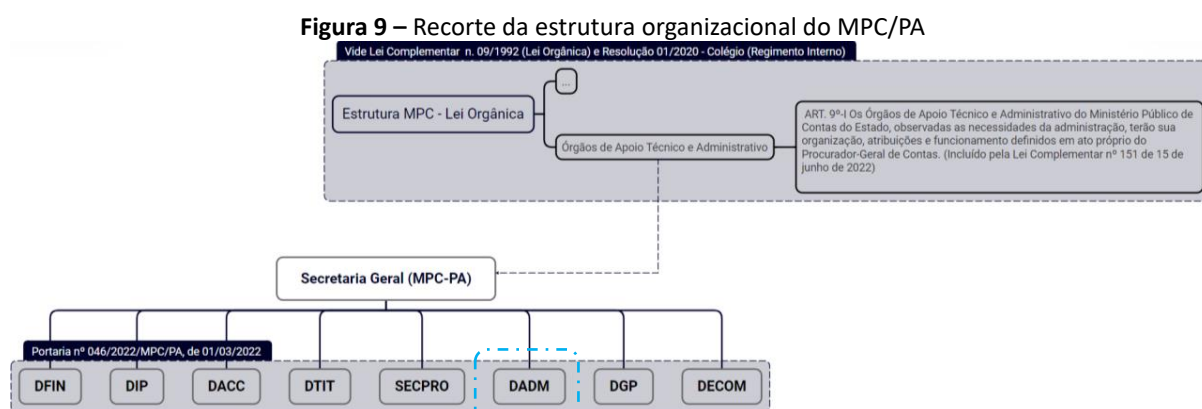
5.1. Sobre o DADM

O DADM, na estrutura organizacional do MPC-PA, é vinculado à Secretaria Geral do MPC/PA e possui as seções de Logística, Manutenção e Segurança e de Material e Patrimônio. Além de poder desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade, conforme necessário para o bom funcionamento do órgão, ressalta-se que o trabalho operacional desempenhado por este departamento é crucial para o pleno funcionamento deste *parquet* de contas, garantindo a execução eficiente das atividades-meio e contribuindo para a consecução dos objetivos institucionais.

5.1.1. Atribuições e competências do DADM

Conforme estabelece o artigo 10º da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, de 01/03/2022 (*Quadro de Organização Estrutural dos órgãos e serviços de apoio técnico e administrativo do Ministério Público de Contas do Estado do Pará MPC/PA*), dentre as suas competências está a planejar, organizar, dirigir e monitorar as atividades de apoio administrativo no âmbito do Ministério Público de Contas. Além desta, outras podem ser acessadas no documento completo [aqui](#).

5.1.2. Posição do DADM e de suas seções na estrutura de organização do MPC/PA

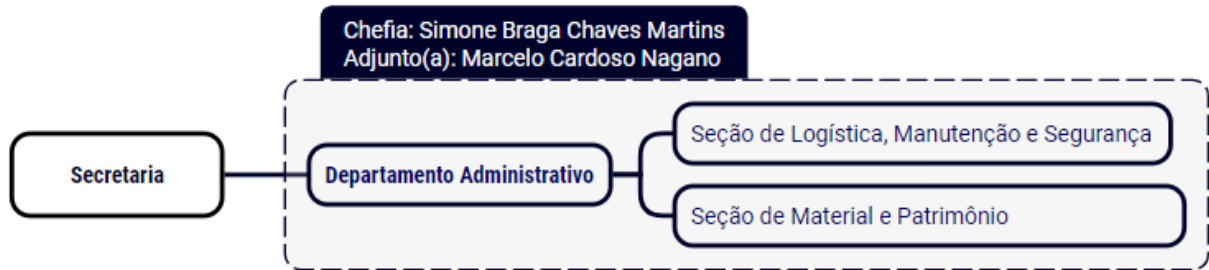


Fonte: Elaboração própria, com base em documentos institucionais (2024)

5.1.3. Escopo das demais áreas de atuação do DADM/ MPC/PA

Conforme §1º e §2º do 10º da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, o DADM ainda conta com a Seção de Material e Patrimônio, responsável pela execução das atividades de manutenção, acondicionamento e níveis de consumo dos materiais disponíveis no almoxarifado e atendimento de requisições, assim como os materiais permanentes, propondo, quando cabível, o desfazimento, em observância aos critérios legais, de padronização e sustentabilidade; e a Seção de Logística e Transportes, responsável pela execução das atividades relacionadas ao apoio logístico, assim como pela frota de veículos do órgão, coordenando a escala de trabalho dos motoristas e a disponibilidade dos automóveis para atendimento das demandas institucionais, conforme Figura 10 – Recorte das áreas de atuação do DADM/MPC-PA.

Figura 10 – Recorte das áreas de atuação do DADM/MPC-PA



Fonte: Elaboração própria, com base em documentos institucionais (2024)

5.2. Ações/Atividades realizadas pelo DADM em 2023

5.2.1. Programa de manutenção predial

Com o objetivo de manter a vida útil prevista para as edificações e equipamentos, é realizado um programa anual de manutenções, com atividades de diagnóstico, avaliação, manutenção e correção dos sistemas, equipamentos e ambientes, através dos serviços de manutenção preventiva e corretiva que visam garantir a plena capacidade e condição de funcionamento contínuo, seguro e eficiente de todos os ambientes de trabalho, preservando as características e desempenho, mantendo o estado de uso, bem como na recuperação deste estado, e ainda manter o patrimônio do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

5.2.1.1. Manutenções preventivas e corretivas: Equipamentos

Quadro 9 – Relação de Manutenções preventivas e corretivas em equipamentos

Objeto	Tipo de manutenção	Periodicidade	Qt.
Elevador	Programada	Mensal	12
	Corretiva	Conforme Demanda	05
Aparelhos de Ar-Condicionado	Programada	Trimestral	152
	Corretiva	Conforme Demanda	22
Gerador	Programada	Quadrimestral	03
	Corretiva	Conforme Demanda	02
Extintores	Programada	Anual	13
Veículos oficiais	Programada	Anual	02
	Corretiva	Conforme Demanda	01

Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

5.2.1.2. Manutenções preventivas e corretivas: Predial

Quadro 10 – Relação de Manutenções preventivas e corretivas predial

Objeto	Tipo de manutenção	Periodicidade
Impermeabilizações e tratamentos em telhados, lajes, rufos e calhas	Corretiva	Conforme Demanda
Limpeza e desinfecção reservatórios de água	Programada	Trimestral
Manutenções elétricas	Corretiva	Conforme Demanda
Manutenções hidráulicas	Corretiva	Conforme Demanda
Pintura	Corretiva	Conforme Demanda
Substituição de esquadrias em madeira	Corretiva	Conforme Demanda

Substituição de forros em gesso e madeira	Corretiva	Conforme Demanda
Substituição de Lâmpadas	Corretiva	Conforme Demanda
Substituição de louças sanitárias	Corretiva	Conforme Demanda
Substituição de piso intertravado	Corretiva	Conforme Demanda
Substituição telhas e madeiramento de telhado	Corretiva	Conforme Demanda

Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

5.2.1.3. Prestação de Serviços

Quadro 11 – Relação de prestação de serviços

Objeto	Tipo	Periodicidade
Abastecimento de água – sede adm.	Contínuo sem DEMO*	Mensal
Análise bacteriológica da água	Contínuo sem DEMO	Mensal
Cessão de Policiais da PMPA	Termo de Execução Descentralizada	Mensal
Controle de Pragas	Contínuo sem DEMO	Trimestral
Correspondência	Contínuo sem DEMO	Mensal
Elaboração de Projetos arquitetônicos e complementares	Por escopo	Por escopo
Energia Elétrica – sede administrativa	Contínuo sem DEMO	Mensal
Gerenciamento de fornecimento de combustível	Contínuo sem DEMO	Mensal
Locação de Estacionamento	Contínuo sem DEMO	Mensal
Locação Sede das Procuradorias	Contínuo sem DEMO	Mensal
Sanitização	Contínuo sem DEMO	Mensal
Seguro Predial	Contínuo sem DEMO	Anual
Seguro Veicular	Contínuo sem DEMO	Anual
Serviço de Limpeza e Conservação	Contínuo com DEMO	Mensal

Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

*DEMO – Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

5.2.2. Aquisições

Quadro 12 – Relação de aquisição de bens de consumo e bens permanentes

Objeto	Tipo
Água mineral	Bens de Consumo
Equipamentos eletroeletrônicos	Bens Permanentes
Gás GLP	Bens de Consumo
Gêneros alimentícios	Bens de Consumo
Material de expediente	Bens de Consumo
Material para manutenção predial	Bens de Consumo
Mobiliários	Bens Permanentes
Placas de Comunicação Visual	Bens de Consumo

Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

5.2.3. Contratos Licitatórios

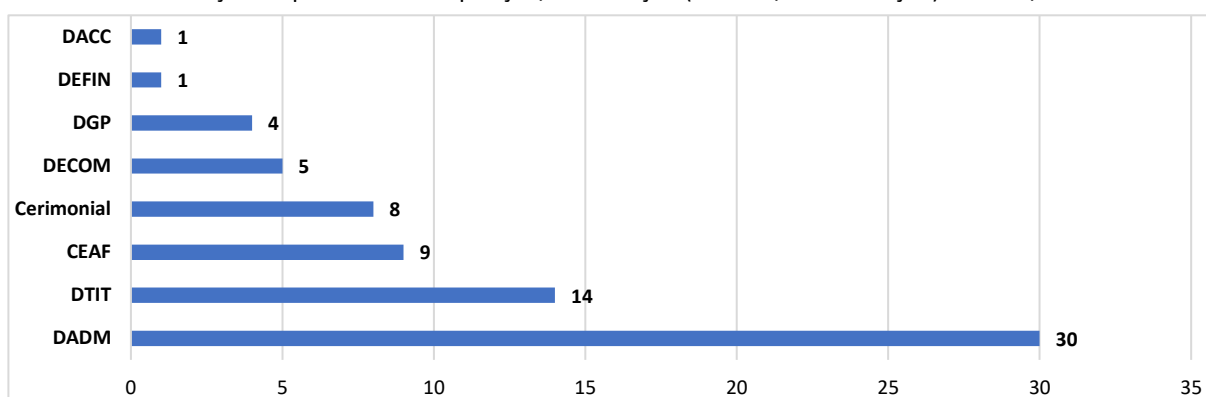
O Departamento Administrativo é responsável por identificar e/ou atender as demandas de aquisições e contratações referentes às atividades operacionais do MPC/PA, elaborar os documentos da fase interna da licitação, quais sejam: Estudo Técnico Preliminar –

ETP; Análise de Risco; Termo de Referência e Mapa Comparativo de Preços de acordo com as legislações vigentes, e prestar apoio técnico às licitações.

Ressalte-se que nos processos para aquisições e contratações do MPC/PA estão previstos no PCA – Plano de Contratações Anual. No ano de 2023 foram previstos 30 (trinta) processos para o DADM/PA de um total de 72 (setenta e dois) do Órgão.

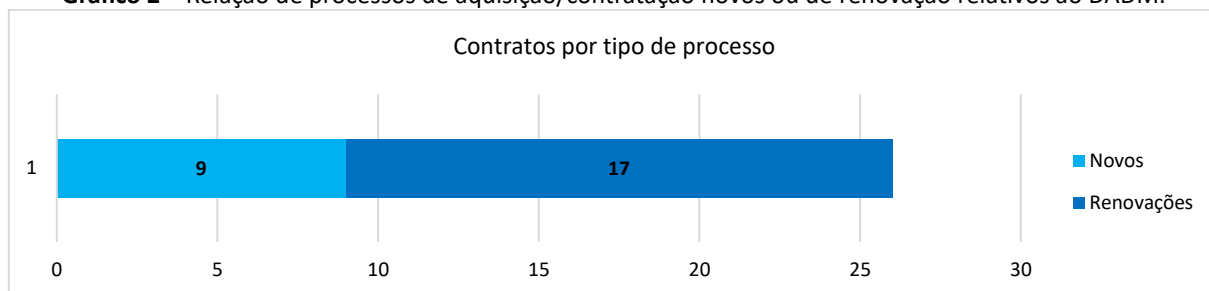
Depreende-se, portanto, que notadamente o Departamento Administrativo é o setor demandante com o maior número de processos para aquisições/contratações, conforme demonstrado no Gráfico 1 – Relação de processos de aquisição/contratação (novos e/ou renovação) do MPC/PA em 2023, o que demanda grande musculatura da equipe para a execução das tarefas de acordo com as resoluções do Órgão e as normas vigentes.

Gráfico 1 – Relação de processos de aquisição/contratação (novos e/ou renovação) do MPC/PA em 2023.



Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

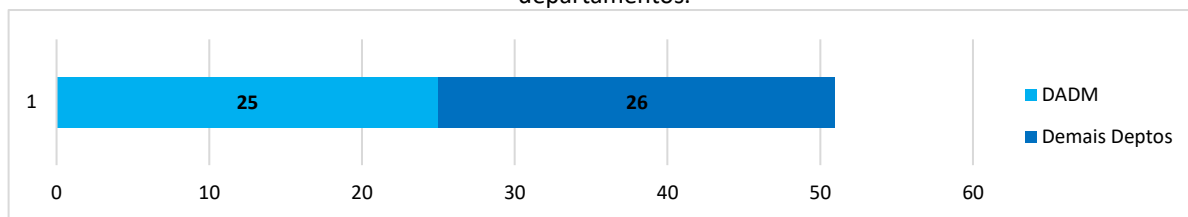
Gráfico 2 – Relação de processos de aquisição/contratação novos ou de renovação relativos ao DADM.



Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

Para que os fornecimentos e contratações ocorram de acordo com os respectivos contratos e/ou instrumentos substitutivos, o Departamento Administrativo no ano de 2023 esteve responsável pela fiscalização de 26 (vinte e seis) contratos administrativos – sendo 9 novos; e 17 renovações -, do total de 51 (cinquenta e um) do Órgão, o que corresponde a mais de 50% (cinquenta por cento), além de gerenciar Atas de Registro de Preços (ARPs) e um Termo de Execução Descentralizada (TED), os quais em sua grande maioria requerem acompanhamento rotineiro, junto aos fornecedores e atividades burocráticas, que demandam bastante tempo e atenção deste departamento.

Gráfico 3 – Quantidade de Contratos gerenciados pela equipe do DADM x gerenciados pelos demais departamentos.



Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

Quadro 13 – Relação de contratos fiscalizados pela equipe do DADM

Item	Contrato	Objeto	Periodicidade	Tipo
1	1003597564	Energia elétrica	Mensal	Prestação de serviço contínuo s/ DEMO
2	9912507517	Correspondência	Mensal	Prestação de serviço contínuo s/ DEMO
3	04/2019 MPC/PA	Manutenção elevador	Mensal	Manutenção prev. e corr. de equipamentos.
4	14/2019 MPC/PA	Limpeza e desinfecção reservatórios de água	Trimestral	Manutenção Predial Preventiva
5	10/2020/MPC/PA	Limpeza e conservação	Mensal	Prestação de Serviço Contínuo com DEMO
6	02/2021 MPC/PA	Manutenção ar-condicionado	Trimestral	Manutenção prev. e corr. de e equipamentos
7	05/2021 MPC/PA	Controle de pragas e sanitização	Mensal	Prestação de serviço contínuo s/ DEMO
8	23/2021/MPC/PA	Elaboração de projetos	Por Escopo	Prestação de Serviço
9	26/2021/MPC/PA	Elaboração de projetos	Por Escopo	Prestação de Serviço
10	15/2022 MPC/PA	Seguro predial - sede administrativa	Anual	Prestação de serviço contínuo s/ DEMO
11	18/2022MPC/PA	Combustíveis	Mensal	Prestação de serviço contínuo s/ DEMO
12	22/2022 MPC/PA	Seguro veicular	Anual	Prestação de serviço contínuo s/ DEMO
13	05/2023 MPC/PA	Análise bacteriológica	Mensal	Prestação de serviço contínuo s/ DEMO
14	08/2023/MPC/PA	Manutenção gerador	Quadrimestral	Manutenção prev. e corr. de equipamentos
15	10/2023 MPC/PA	Locação Sede das Procuradorias	Mensal	Locação
		Condomínio Sede das Procuradorias	Mensal	Prestação de serviço contínuo s/ DEMO
16	13/2023 MPC/PA	Manutenção predial.	Por Escopo	Manutenção Predial
17	18/2023 MPC/PA	Recarga extintores	Anual	Prestação de serviço contínuo s/ DEMO
18	19/2023 MPC/PA	Estacionamento Sede das Procuradorias	Mensal	Locação
19	27/2023 MPC/PA	Fornecimento de mobiliário	Esporádica	Aquisição
20	28/2023 MPC/PA	Equipamentos eletroeletrônicos	Esporádica	Aquisição
21	29/2023 MPC/PA	Equipamentos eletroeletrônicos	Esporádica	Aquisição
22	30/2023 MPC/PA	Equipamentos eletroeletrônicos	Esporádica	Aquisição
23	33/2023 MPC/PA	Sistema de Proteção e Combate ao Incêndio - SPCI	Por Escopo	Manutenção Predial

24	NE 275/2023	Aquisição de GLP (gás de cozinha)	Esporádica	Aquisição
25	NE800/2023	Confecção de Placas de Com. Visual	Esporádica	Prestação de Serviços
26	S/C	Abastecimento de água	Mensal	Prestação de serviço contínuo s/ DEMO

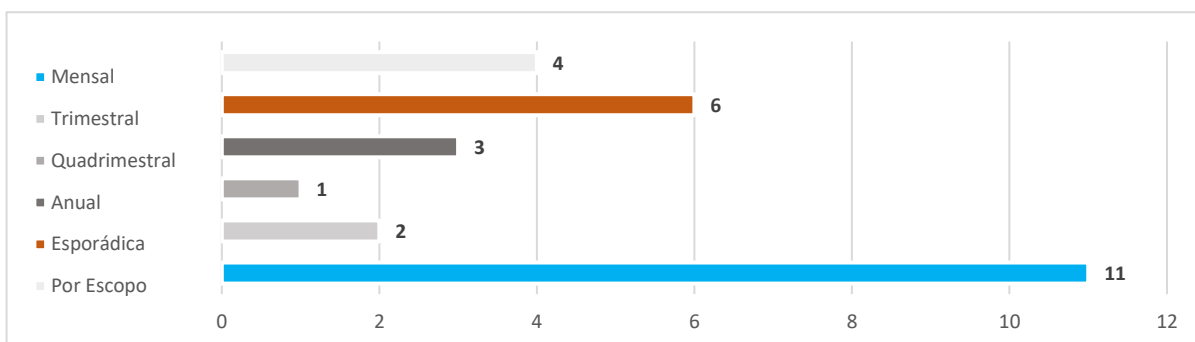
Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

Quadro 14 – Relação de ARPs e TED gerenciados pela equipe do DADM

Item	Contrato	Objeto	Periodicidade	Tipo
27	ARP 10/2023	Fornecimento de Gêneros Alimentícios	Esporádica	Aquisição
28	ARP 11/2023	Fornecimento de Material de Expediente e uso geral	Esporádica	Aquisição
29	ARP 12/2023	Fornecimento de Água Mineral	Esporádica	Aquisição
30	TED 01/2024	Cessão de Policiais Militares	Mensal	Termo de Execução Descentralizada

Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

Gráfico 4 – Periodicidade dos contratos gerenciados pela equipe do DADM



Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

5.3. Outras ações/atividades

5.3.1. Bens patrimoniais

O Departamento Administrativo é responsável por realizar o cadastro dos bens permanentes adquiridos pelo MPC/PA, de acordo com os dados da Nota Fiscal e Nota de Empenho, no “Sistema de Controle de Bens Patrimoniais – 2.0”, conforme encaminhamento do Departamento de Finanças e Orçamento – DFIN.

Ao final de cada exercício financeiro, é realizado o inventário dos bens móveis permanentes, que consiste no levantamento e identificação dos objetos.

Em 2023, conforme Portaria nº 607/2023/MPC/PA, foi instituído o Grupo de Trabalho para a realização do inventário patrimonial do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

Cabe ainda ao Departamento Administrativo a identificação, para autorização pela Administração do Órgão do competente Desfazimento de Bens Inservíveis ao MPC/PA, e posterior elaboração do processo de desfazimento. O próximo deverá ocorrer no ano de 2024.

Tabela 13 – Relação de Bens Patrimoniais

Descrição	Valor
Total de Bens Adquiridos em 2023	R\$ 926.130,16
Total de Bens Baixados em 2023	R\$ 0,00
Total de Bens Imóveis em 2023	R\$ 2.297.000,00
Total de Bens Móveis em 2023	R\$ 1.798.084,81
Total de Bens Patrimoniais – 2023	R\$ 4.095.084,81

Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

5.3.2. Expansão Física do MPC/PA

Após estudo técnico para ampliação física do MPC/PA, elaborado por este Departamento Administrativo, em 02/05/2023 foi celebrado o Contrato nº 10/2023 para locação, na modalidade “*Built to Suit*” do imóvel no Ed. Quadra Corporate para a instalação da Sede das Procuradorias de Contas do MPC/PA.

O DADM elaborou o layout, o programa de necessidades de arquitetura e o Termo de Referência para a nova Sede das Procuradorias; fiscalizou a elaboração dos projetos complementares e a execução da obra; identificou as necessidades de mobiliários e equipamentos e elaborou os documentos da fase interna de licitação para às aquisições de mobiliários e equipamentos eletroeletrônicos para o novo imóvel, bem como realizou a fiscalização da montagem e durante os meses de maio a outubro, foram realizadas as obras (pela Contratada) com a fiscalização diária da equipe do DADM, dentre as suas diversas atribuições, para assegurar a qualidade da obra e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Quadro 15 – Cronograma de execução da expansão física do MPC/PA em 2023

Descrição/Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Finalização do Estudo Técnico pelo DADM/MPC/PA	■	■	■	■								
Aceite da proposta de locação pelo locador				■								
Assinatura do Contrato					■							
Início das obras/projetos complementares (locador)					■	■	■	■	■	■		
Fiscalização da elaboração dos projetos e das obras pela equipe do DADM/MPC/PA				■	■	■	■	■	■	■	■	■
Elaboração de documentos da fase interna para licitação de móveis e equipamentos pelo DADM/MPC/PA				■	■	■	■					
Recebimento de mobiliários e equipamentos											■	■
Montagem e organização da nova Sede das Procuradorias												■

Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

Figura 11 – Registro do Descerramento de Placas da Sede das Procuradorias do MPC/PA



Fonte: *Instagram MPC/PA*(2024)

Figura 12 – Registro de autoridades na Sede das Procuradorias do MPC/PA



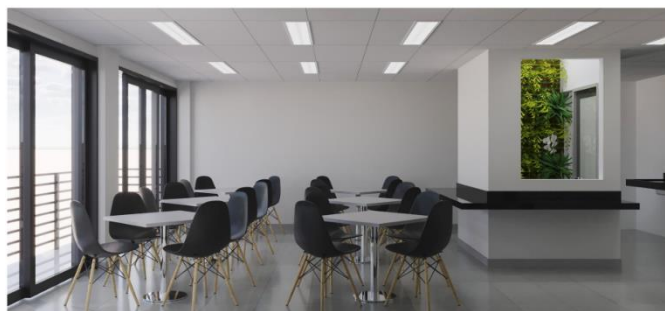
Fonte: DECOM (MPC-PA)

5.3.3. Reforma da Sede Administrativa

Concomitantemente à expansão física do MPC/PA, foi dado seguimento aos projetos arquitetônicos e complementares para a reforma no edifício da Sede Administrativa.

A reforma visará a reestruturação dos ambientes para adequar os departamentos da área administrativa e especialmente a modernização das instalações de infraestrutura do prédio (instalações elétricas, sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), projeto de geração de energia elétrica através de sistemas fotovoltaicos, telecomunicações, sistemas de automação predial e segurança, projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico, instalações hidrossanitárias, comunicação visual e acessibilidade).

Figura 13 – Projeto para o refeitório da Sede Administrativa



Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

Figura 14 – Projeto para as circulações internas da Sede Administrativa



Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

Figura 15 – Projeto para a revitalização da fachada posterior da Sede Administrativa



Fonte: Departamento Administrativo – DADM/MPC-PA

5.3.4. Participação na Comissão para elaboração do Plano de Logística Sustentável

O Plano de Logística Sustentável está sendo desenvolvido com a orientação servidores da área de planejamento do Tribunal de Contas do Estado – TCE-PA, por meio do Termo de Cooperação firmado entre as instituições.

O DADM, conforme determinação da Portaria 348/2023/MPC-PA vem contribuindo com o fornecimento de dados obtidos através de levantamentos acerca de equipamentos e consumos relativos à sua área de atuação, notadamente sobre as demandas operacionais do Órgão, tais como: combustíveis, energia, água, água mineral, materiais descartáveis, materiais de expediente, manutenções prediais e de equipamentos, dentre outros.

5.4. Resultados obtidos e oportunidades de melhoria

Resultados/êxitos	Oportunidades de melhorias
Elaboração e execução eficiente da expansão física do MPC/PA, com a implantação da nova Sede das Procuradorias, garantindo a entrega dentro do prazo.	Diante do aumento expressivo das demandas administrativas e operacionais, identificamos a necessidade premente de aumentar o quadro funcional do Departamento Administrativo, para que a sobrecarga de trabalho sobre a equipe existente não possa comprometer à eficiência na prestação dos serviços e impactar negativamente na qualidade do atendimento às demandas do MPC/PA.
Fiscalização rigorosa da execução da obra, resultando em um ambiente de trabalho moderno, funcional e	Investimento em capacitação e qualificação dos servidores, visando aprimorar as competências técnicas e gerenciais necessárias para o desempenho eficiente das atribuições do Departamento

adequado às necessidades dos membros e servidores do MPC-PA.	Administrativo, promovendo a colaboração em busca de melhorias constantes.
Fiscalização efetiva de 26 (vinte e seis) contratos geridos por este Departamento.	Implementação de sistemas informatizados e tecnologias de gestão administrativa, sobretudo no que diz respeito à gestão patrimonial e controle de plantões.
Elaboração de documentos da fase interna das licitações para novos processos e elaboração de documentos para renovações.	Adoção de modelos simplificados e normatizados para aquisições e prorrogações contratuais de objetos e de serviços de baixo valor, a fim de otimizar os processos internos, proporcionando maior agilidade, eficiência e eficácia na execução das atividades e reduzindo o custo operacional.
Gestão eficaz dos processos de aquisição de materiais, mobiliário e equipamentos, assegurando a padronização e a qualidade dos recursos disponibilizados para as atividades do órgão.	
Manutenção regular da frota de veículos e dos serviços de transporte, garantindo a mobilidade e segurança das atividades externas realizadas pelo MPC-PA.	
Administração eficiente dos bens e recursos, incluindo a condução do levantamento e registro de todo o patrimônio institucional.	
No entanto, também identificamos áreas passíveis de aprimoramento, especialmente no que diz respeito à capacidade operacional diante do expressivo aumento das demandas.	

6. DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP)

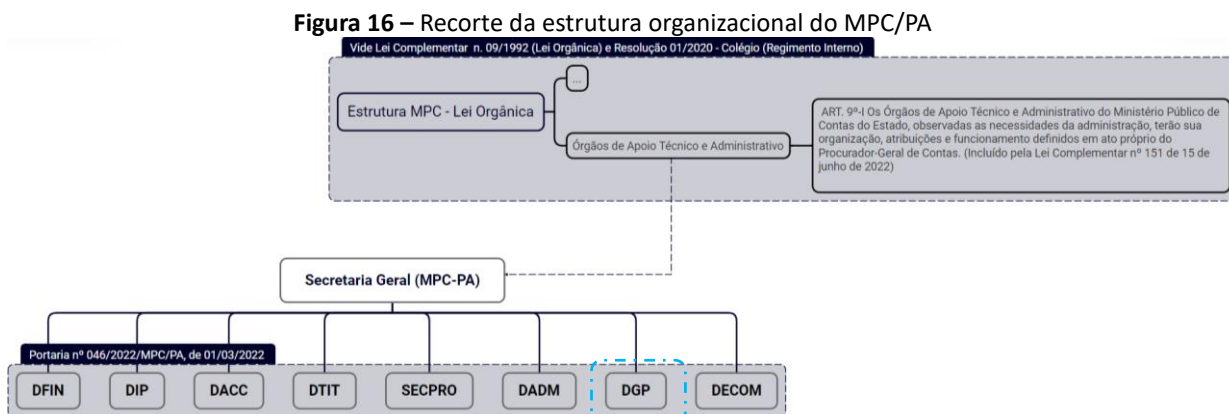
6.1. Sobre o DGP

O Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) é um setor de apoio técnico e administrativo vinculado à Secretaria do órgão, que, além das atribuições que lhe são próprias, é responsável pela organização dos fluxos e rotinas de trabalho adstritas à sua esfera de atribuições, bem como pelo gerenciamento dos servidores nele lotados.

6.1.1. Atribuições e competências do DGP

Conforme estabelece o artigo 11 da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, de 01/03/2022 (*Quadro de Organização Estrutural dos órgãos e serviços de apoio técnico e administrativo do Ministério Público de Contas do Estado do Pará MPC/PA*), dentre as suas competências está a de planejar, organizar, monitorar e executar as atividades relacionadas a admissão, exoneração, cadastro funcional, lotação e movimentação de membros e servidores; concessão de vantagens e direitos de membros e servidores, ativos, inativos e pensionistas; remuneração de membros, servidores e estagiários; execução e operacionalização de folha de pagamento no âmbito do Ministério Público de Contas. Além destas, outras podem ser acessadas no documento completo [aqui](#).

6.1.2. Posição do DGP e de suas seções na estrutura organizacional do MPC/PA

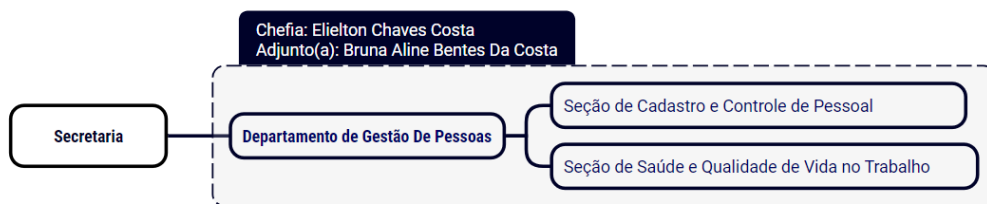


Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

6.1.2.1. Escopo da atuação do DGP nos demais processos de Gestão de Pessoas

Conforme §1º e §2º do artigo 11 da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, o DGP ainda conta com a Seção de Cadastro e Controle de Pessoal, setor responsável pela execução das atividades relacionadas ao registro e atualização dos sistemas informatizados, arquivos e documentos referentes a membros, servidores e estagiários com informações de competência do Departamento; e a Seção de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, responsável por nortear e implementar práticas de ações e/ou projetos de segurança, de bem-estar e de qualidade de vida no trabalho direcionadas a membros e servidores no órgão, conforme Figura 17 – Recorte das áreas de atuação do DGP/MPC-PA.

Figura 17 –Recorte das áreas de atuação do DGP/MPC-PA



Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

Para o desempenho de suas funções, o DGP conta atualmente com 06 (seis) servidores efetivos do quadro e 01 (um) estagiário de pós-graduação, desenvolvendo as mais diversas tarefas do departamento e das suas respectivas seções.

As tarefas de competência deste departamento são, em geral, executadas com o auxílio do sistema intitulado Ficha Funcional, onde são registradas todas as informações funcionais de membros e servidores, ativos e inativos, e de pensionistas, tais como, admissão, concessão de vantagens e direitos, férias, licenças e outros afastamentos, quebra do vínculo com o órgão, entre outros. Também colabora para a consolidação das missões do DGP o Sistema de Folha de Pagamento, por meio do qual são efetuadas as folhas de pagamento e construído o histórico financeiro dos diversos colaboradores do órgão.

6.2. Ações/Atividades realizadas pelo DGP em 2023

6.2.1. Provisamento do Quadro de Pessoal

No ano de 2023, com o advento da Lei nº 9.852, de 12 de janeiro de 2023, houve alteração no quantitativo de cargos efetivos e comissionados que compõem o quadro de pessoal deste MPC, conforme demonstrado na Tabela 14 – Quantitativo de cargos efetivos 2022-2023, a seguir.

Tabela 14 – Quantitativo de cargos efetivos 2022-2023.

Cargo efetivo	Quantidade de cargos por ano	
	2022	2023
Analista Ministerial – Especialidade: Administração	3	8
Analista Ministerial – Especialidade: Ciências Contábeis	3	7
Analista Ministerial – Especialidade: Comunicação Social	1	3
Analista Ministerial – Especialidade: Controle Externo	16	18
Analista Ministerial – Especialidade: Direito	3	13
Analista Ministerial – Especialidade: Engenharia Civil	1	2
Analista Ministerial – Especialidade: Tecnologia da Informação	3	4
Assistente Ministerial de Controle Externo	6	6
Assistente Ministerial de Informática	2	2
Auxiliar Ministerial de Controle Externo	4	4
Cargos em extinção (atualmente ocupados)	11	11
TOTAL	53	78

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP/MPC-PA (2024).

Por outro lado, cabe destacar que, além dos 25 (vinte e cinco) cargos efetivos criados pela sobredita lei, também existia 01 (um) cargo pendente de preenchimento, proveniente de vacância em virtude de falecimento de servidor, resultando no total de 26 (vinte e seis) vagas

a serem preenchidas. Desse total, foram providos cargos, conforme demonstrado na Tabela 15 – Provimento de cargos efetivos 2023.

Tabela 15 – Provimento de cargos efetivos 2023.

Cargo efetivo	Quantidade de provimentos no ano	
	2023	
Analista Ministerial – Especialidade: Administração	2	
Analista Ministerial – Especialidade: Ciências Contábeis	1	
Analista Ministerial – Especialidade: Controle Externo	2	
Analista Ministerial – Especialidade: Direito	7	
Analista Ministerial – Especialidade: Engenharia Civil	1	
Analista Ministerial – Especialidade: Tecnologia da Informação	1	
TOTAL	14	

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP/MPC-PA (2024).

Nessa direção, um dos indicadores associado ao objetivo estratégico de *Modernizar a Governança de Pessoas* é o provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal do órgão, cuja meta era prover 100% desses cargos até 2023. Neste ponto cabe ressaltar que a meta e o resultado estiveram sob a égide da lei n. 8.596/2018, portanto a meta traçada no Plano Estratégico foi cumprida.

No entanto, em virtude do aumento no quantitativo de cargos (*vide* Lei nº 9.852, de 12 de janeiro de 2023), ainda restam 12 cargos efetivos a serem preenchidos, significando que o órgão encerrou o ano de 2023 com aproximadamente 85% dos cargos efetivos providos.

No que tange a alteração no quantitativo de cargos em comissão, o aumento se deu conforme demonstrado na Tabela 16 – Quantitativo de em comissão 2022-2023, a seguir.

Tabela 16 – Quantitativo de em comissão 2022-2023

Cargo efetivo	Quantidade de cargos por ano	
	2022	2023
Secretário	1	1
Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Contas	1	1
Chefe de Departamento ou de outros órgãos assemelhados	0	10
Chefe de Gabinete	8	9
Assessor Ministerial	21	26
TOTAL	31	47

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP/MPC-PA (2024).

Cabe mencionar que, ao final de 2023, dos 47 (quarenta e sete) cargos em comissão existentes, apenas 39 (trinta e nove) estavam ocupados, restando 08 (oito) a serem preenchidos. Do total de cargos ocupados, 14 (quatorze) deles são exercidos por servidores efetivos, representando uma proporção de 36%, bem acima da mínima exigida por lei (10%).

6.2.2. Plano de Cargos, Carreira e Remuneração

O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC/PA) desempenha um papel crucial na valorização e no desenvolvimento dos seus servidores, garantindo uma estrutura sólida e transparente para a progressão profissional dentro da instituição. Ao estabelecer critérios claros para promoções e aumentos salariais, o plano motiva os colaboradores a aprimorarem suas competências e qualificações,

contribuindo para a excelência na prestação dos serviços públicos. Em última análise, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração não apenas reconhece o mérito e o empenho dos servidores, mas também assegura a continuidade da missão do MPC/PA de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e pela transparência na gestão governamental.

A Lei nº 9.852, de 12 de janeiro de 2023, além de promover alterações no quantitativo de cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança, também trouxe em seu bojo alterações significativas no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, como: previsão da gratificação de plantão, alteração da estrutura remuneratória dos cargos em comissão, alteração do público-alvo e da forma de cálculo do valor a ser pago a título de Gratificação de Desempenho e Escolaridade (GDP) e mudança do público-alvo da gratificação de titulação (GTIT).

6.2.2.1. Avaliação de Desempenho e Produtividade

No ano de 2023, foram realizados 02 (dois) ciclos de avaliação de desempenho e produtividade, sendo realizada também a apuração do quantitativo de horas de capacitação protocoladas nos respectivos ciclos, conforme demonstrado no Quadro 16 – Avaliação de Desempenho e Produtividade-2023, abaixo.

Quadro 16 – Avaliação de Desempenho e Produtividade-2023

Ciclo avaliativo	Quant. de avaliados	Mín.de 45 horas de capacitação
Outubro de 2022 a março de 2023	71 servidores	47 servidores
Abril de 2023 a setembro de 2023	80 servidores	61 servidores

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP/MPC-PA (2024).

Conforme é possível perceber, nem todos os servidores avaliados cumpriram a carga horária mínima de 45 horas de capacitação, em cada ciclo avaliativo, requisito necessário para o alcance da pontuação máxima na quota capacitação que compõe parte da Gratificação de Desempenho e Produtividade (GDP). Isso se deve ao fato de a Lei nº 9.852, de 12 de janeiro de 2023, ter alterado a estrutura remuneratória dos cargos em comissão, excluindo a verba relativa à GDP.

Desse modo, embora o desempenho dos servidores ocupantes de cargo em comissão seja normalmente avaliado, por não receberem a aludida verba, não estão solicitando a averbação das horas de capacitação realizadas.

6.2.2.2. Titulação

A gratificação de titulação é uma parcela pecuniária concedida aos servidores que ocupam cargos efetivos no Ministério Público de Contas do Estado do Pará, como forma de reconhecimento pela obtenção de certificados ou diplomas que comprovem a conclusão de cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*), cursos de graduação, mestrado e doutorado. Essa gratificação funciona como um estímulo para os servidores buscarem aprimoramento acadêmico. Dessa forma, além de valorizar a qualificação profissional dos servidores, a gratificação de titulação contribui para o aumento da qualidade dos serviços

prestados pelo Ministério Público de Contas, promovendo um ambiente de trabalho mais qualificado e incentivando o desenvolvimento contínuo dos seus servidores.

Dessa forma, no ano de 2023, o DGP analisou o seguinte quantitativo de processos de concessão de gratificação de titulação: Pós-graduação *lato sensu* (Especialização ou MBA), 11; Pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado), 2. Nesse aspecto, cabe mencionar que a maioria dos aludidos processos tem por interessado os servidores efetivos empossados no ano de 2023, o que demonstra a admissão de mão-de-obra qualificada.

Além disso, cabe mencionar também que, com a nova redação dada pela Lei nº 9.852, de 12 de janeiro de 2023, a gratificação de titulação (GTIT) que, antes era um direito previsto para servidores efetivos e comissionados, passou a ser um benefício concedido exclusivamente aos servidores efetivos do MPC/PA.

6.2.2.3. Progressão na carreira

O PCCR prevê a possibilidade de progressão funcional dos servidores efetivos ao longo do seu vínculo funcional com o MPC, podendo a movimentação ocorrer por dois critérios: antiguidade e merecimento. A primeira ocorre a cada 365 dias de efetivo exercício ininterrupto no órgão e a segunda ocorre a cada 02 (dois) anos mediante avaliação realizada por comissão especial designada para essa finalidade, em ambos os casos devem ser observados os demais critérios definidos em regulamento próprio. A quantidade de servidores avaliados e o tipo de progressão podem ser visualizados na Tabela 17 – Avaliação de Desempenho e Produtividade-2023, a seguir.

Tabela 17 – Avaliação de Desempenho e Produtividade-2023

Tipo de Progressão	Quantidade de servidores
Antiguidade	57
Merecimento	21
Total	78

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP/MPC-PA (2024).

Cabe mencionar que, apesar de a última avaliação para progressão por merecimento ter ocorrido em maio de 2022, referente ao ciclo avaliativo maio/2020 a abril/2022, a progressão dos servidores em estágio probatório só pode ser concretizada após a efetivação destes na carreira, o que aconteceu nos meses de março e abril de 2023.

Além disso, o elevado quantitativo de progressões por antiguidade, além de ter sido impactado pela efetivação na carreira dos servidores em estágio probatório, também foi afetado pela aplicação da Resolução nº 19.469/2022-TCE/PA no âmbito deste MPC, a qual possibilitou a contagem do tempo de efetivo exercício laborado no período de 28/05/2020 a 31/12/2021, antes vedado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, de 27/05/2020.

6.2.2.4. Benefícios

No ano de 2023, , conforme sintetizado no Quadro 18 – Utilização dos benefícios por servidor/membros em 2023, este MPC concedeu 03 (três) tipos de benefícios, todos de natureza jurídica indenizatória e pagos em pecúnia, quais sejam: auxílio-alimentação, valor

pago, por dia trabalhado, aos membros e servidores em efetivo exercício; auxílio-saúde, verba destinada ao reembolso de despesas com saúde de membros e servidores, ativos e inativos, incluindo os dependentes, desde que atendido os critérios estabelecidos em normativo próprio e respeitado o teto do benefício; auxílio-natalidade, valor correspondente a um salário mínimo pago pelo nascimento de filho, mediante requerimento e apresentação da certidão de nascimento da criança.

Quadro 17 – Utilização dos benefícios por servidor/membros em 2023

Tipo de benefício	Quantidade de servidores/membros
Auxílio-alimentação	102
Auxílio-saúde	112
Auxílio-natalidade	2

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP/MPC-PA (2024).

Nessa direção cabe esclarecer que, apesar de o auxílio-transporte, verba destinada ao custeio parcial das despesas mensais realizadas com o deslocamento residência-trabalho-residência dos servidores ativos, ser um benefício previsto no âmbito deste MPC/PA, não consta nos registros de pessoal deste departamento nenhum servidor usufruindo do aludido benefício, bem como não houve nenhum requerimento no ano de 2023.

6.2.3. Programa de Estágio no MPC-PA

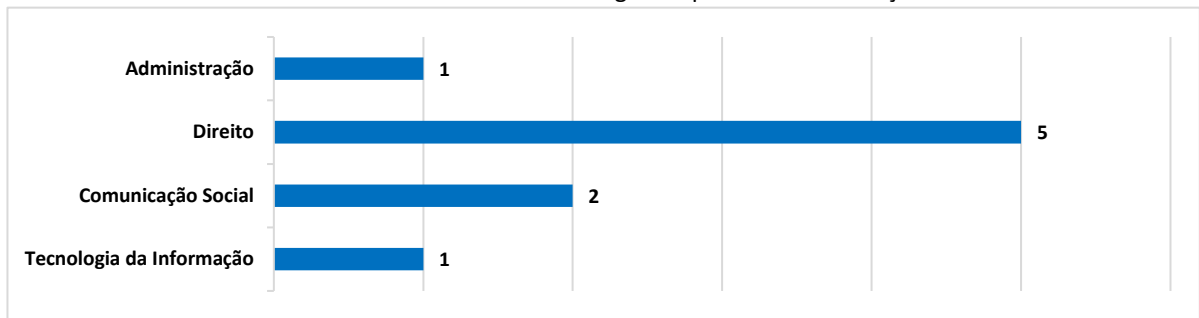
O Programa de Estágio deste MPC se destina ao estágio não obrigatório, de caráter pedagógico e supervisionado, de alunos de graduação e de pós-graduação em áreas de conhecimento que tenham pertinência com funções ministeriais e necessárias à boa gestão do órgão, respeitados os critérios estabelecidos na Resolução nº 12/2016-MPC/PA-Colégio.

O estágio de graduação e de pós-graduação no MPC/PA é de suma importância para a formação acadêmica e profissional dos estudantes. Essa experiência prática permite que os estagiários apliquem os conhecimentos teóricos adquiridos na universidade em situações reais, desenvolvendo habilidades específicas e adquirindo uma compreensão mais profunda das atividades realizadas pelo órgão. Além disso, o estágio proporciona uma oportunidade única de vivenciar o ambiente de trabalho do MPC/PA, contribuindo para a formação de profissionais mais qualificados e preparados para atuar no campo da fiscalização e controle das contas públicas.

Desde a implementação do programa (2016), o órgão tem optado por delegar as funções administrativas de gerência do estágio à empresa especializada na administração de estágios. Em 2023, a empresa contratada para essa função foi o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), sendo alterado o quantitativo de vagas de estágio de 18 (dezoito) para 25 (vinte e cinco).

Ao final de 2023, o MPC/PA contava com o seguinte quantitativo de vagas de estágio preenchidas: Graduação, 2; Pós-Graduação, 7; sendo possível verificar as áreas de atuação/formação das vagas preenchidas no Gráfico 5 – Quantidade de estagiários por área de formação em 2023, a seguir.

Gráfico 5 – Quantidade de estagiários por área de formação em 2023



Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP/MPC-PA (2024).

6.3. Outras ações

6.3.1. Gestão por competência

Ao final de 2023, este MPC celebrou convênio com a Universidade Federal do Pará – UFPA, com a interveniência administrativa e financeira da Fundação Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa -FADESP, tendo por objeto o “*Mapeamento de competências do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, visando a implantação de ações de gestão por competências*”.

O referido objeto é oriundo do planejamento estratégico deste MPC, previsto para o período de 2019-2024, estando relacionado ao objetivo de “*modernizar a governança de pessoas*”, integrando a perspectiva pessoas, aprendizado e inovação.

O mapeamento de competências é a etapa inicial para implementação da gestão por competências no MPC/PA, sendo um instrumento importante para o aprimoramento dos trabalhos da instituição. Ao identificar e desenvolver as competências necessárias para o desempenho eficaz das suas funções, o MPC/PA pode atuar de forma mais estratégica e alinhada com os objetivos institucionais de fiscalização das contas públicas e defesa do patrimônio estadual.

A gestão por competências possibilita uma melhor alocação dos recursos humanos, promovendo a produtividade e a eficiência na execução das tarefas. Além disso, ao incentivar o desenvolvimento profissional contínuo dos seus membros e servidores, o MPC/PA fortalece sua capacidade de enfrentar os desafios complexos do cenário fiscal e administrativo, contribuindo para a melhoria da gestão pública e o fortalecimento da democracia no Estado do Pará.

Nesse aspecto, cabe mencionar que a assessoria fornecida pela UFPA é realizada por meio do Laboratório de Gestão do Comportamento Organizacional (GESTCOM) daquela IES, que é especializado em desenvolver metodologias para a gestão de pessoas na administração pública, tendo auxiliado diversos órgão públicos no mapeamento de competências.

Desse modo, os trabalhos foram iniciados com uma reunião de alinhamento entre as equipes para estabelecimento do cronograma detalhado do projeto, sendo definidas como etapas iniciais o envio dos documentos institucionais pelo MPC, bem como a cessão e implantação do Sistema Gestcom no ambiente deste Parquet de Contas, as demais etapas do projeto foram agendadas para execução em 2024.

6.3.2. Mapeamento de processos

O mapeamento de processos é uma ferramenta fundamental para a administração eficiente do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC/PA). Ele engloba a identificação, análise e documentação detalhada de todas as etapas envolvidas em cada processo realizado pelo órgão, desde o início até a sua conclusão.

A importância do mapeamento de processos para o órgão reside na sua capacidade de proporcionar uma visão clara e abrangente de como as atividades são executadas, permitindo identificar gargalos, desperdícios e oportunidades de melhoria.

Com base nessas informações, a instituição pode otimizar seus procedimentos, aumentar a eficiência operacional, a qualidade e a consistência na execução das suas atribuições de fiscalização das contas públicas e defesa do patrimônio estadual.

Além disso, o mapeamento de processos facilita o treinamento de novos servidores, promove a padronização de práticas e contribui para uma gestão mais transparente e orientada a resultados no âmbito deste Parquet de Contas.

No ano de 2023, foram mapeados mais 11 (onze) processos de trabalho do departamento de gestão de pessoas. Com isso, a unidade conta com um total de 48 (quarenta e oito) fluxogramas dos mais diversos processos relacionados à área de gestão de pessoas, os quais servem para orientar tanto os servidores que atuam no departamento, em suas rotinas de trabalho, quanto membros e servidores na solicitação de suas demandas.

6.4. Resultados obtidos e oportunidades de melhoria

Resultados/êxitos	Oportunidades de melhorias
Nomeação e posse de novos servidores	Utilizar o mapeamento de competências para o desenvolvimento e aprimoramento de processos de gestão de pessoas como avaliação de desempenho, seleção de membros, servidores e estagiários, ações de reconhecimento e capacitação.
Formalização do Convênio com a UFPA para mapeamento de competências, clima organizacional e dimensionamento da força de trabalho.	Promover ações de intervenção com base na pesquisa de clima organizacional.
Criação da Seção de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho.	Propiciar o aprimoramento do desempenho das unidades que compõem o MPC, com a quantidade ideal de servidores em cada setor, calculada com base no dimensionamento da força de trabalho.
Ampliação do número de servidores do DGP	Desenvolver política de saúde e qualidade de vida no trabalho, bem como ações e programas de caráter continuado.

7. DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (DECOM)

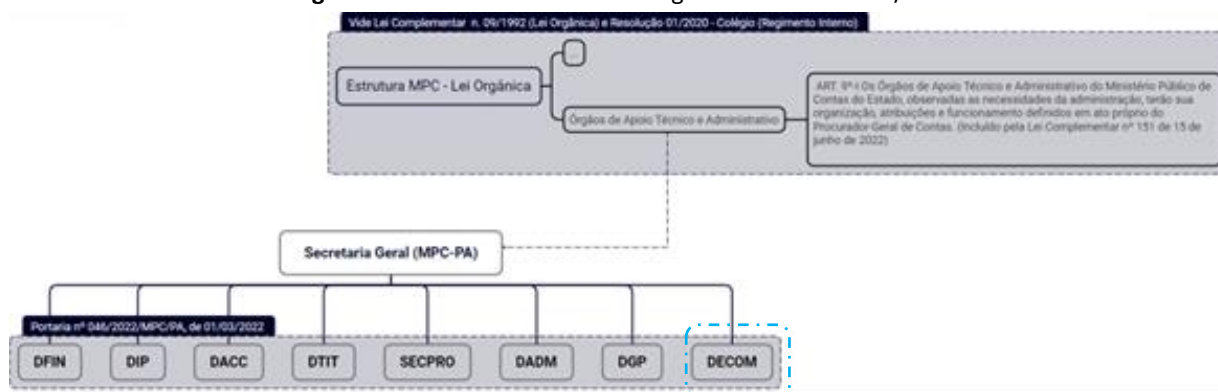
7.1. Sobre o DECOM

7.1.1. Atribuições e competências

O Departamento de Comunicação Institucional (DECOM) – conforme o artigo 12 da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, de 01/03/2022 (Quadro de Organização Estrutural dos órgãos e serviços de apoio técnico e administrativo do Ministério Público de Contas do Estado do Pará MPC/PA), é responsável, dentre outras competências, por propor, coordenar, implementar e acompanhar as políticas e diretrizes relativas à comunicação institucional do Ministério Público de Contas junto aos diversos públicos de interesse do órgão. Dentre as atribuições também estão a gestão do Marketing Institucional, produção de conteúdo jornalístico e publicitário, gerenciamento de redes sociais e a coordenação de eventos e cerimoniais. Para saber mais detalhes sobre as atribuições, clique [aqui](#).

7.1.2. Posição do DECOM e de suas seções na estrutura de organização do MPC/PA

Figura 18 – Recorte da estrutura organizacional do MPC/PA

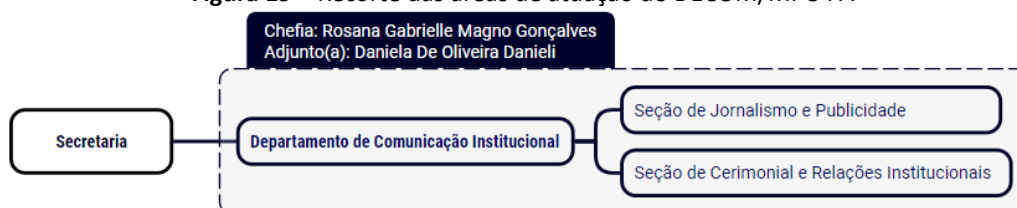


Fonte: Elaboração própria, com base em documentos institucionais (2024)

7.1.3. Escopo das demais áreas de atuação do DECOM/MPC/PA

Com a edição da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, o DECOM passou a contar com eixos de atuação, conforme ilustrados na Figura 19 – Recorte das áreas de atuação do DECOM/MPC-PA. Desse modo, a execução das atividades do departamento é realizada a partir das seções de Jornalismo e Publicidade (SJP), e de Cerimonial e Relações Institucionais (SCRI).

Figura 19 – Recorte das áreas de atuação do DECOM/MPC-PA



Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

7.2. Ações/Atividades realizadas pelo DECOM em 2023

Cabe destacar que, na atuação deste *Parquet* de contas, se tem o objetivo estratégico “fortalecer o relacionamento interinstitucional por meio da participação/promoção de eventos em conjunto com outros órgãos/instituições”. Assim, além das ações elencadas nas subseções seguintes, em 2023, o Decom esteve na linha de frente da organização do II Seminário MP de Contas e Sociedade, além de ter prestado apoio na cobertura jornalística/publicitária e no cerimonial das ações educacionais coordenadas e organizadas pelo CEAF/MPC-PA.

7.2.1. Seção de Jornalismo e Publicidade (SJP)

7.2.1.1. Comunicação Jornalística

No eixo de atuação Comunicação Jornalística, no ano de 2023, foram executadas 52 ações do tipo “publicação de notícias (*internet* e *intranet*), as quais resultaram em 14.098 acessos ao portal *web* do MPC-PA, conforme Tabela 18 - Notícias (*internet* e *intranet*); e, para isso, o DECOM considerou o levantamento mensal, tanto de notícias internas, quanto de notícias externas, a fim de extrair o número total de acessos aos conteúdos publicados.

Tabela 18 - Notícias (*internet* e *intranet*)

Mês	Quantidade	Número de Acessos
Janeiro	2	643
Fevereiro	3	805
Março	10	3.552
Abril	8	4.290
Maiο	4	1.380
Junho	4	1.073
Julho	0	0
Agosto	9	754
Setembro	1	116
Outubro	4	653
Novembro	4	600
Dezembro	3	232
Total	52	14.098

Fonte: Decom/MPC-PA

Como observado na tabela acima, os meses com maior número de acessos foram os de março e abril. Os números refletem o interesse do público interno e externo nas notícias relativas ao II Seminário MP de Contas e Sociedade. O evento aconteceu em abril, mas o conteúdo noticioso começou a ser publicado em meados de março.

7.2.1.2. Comunicados Internos

Ainda na parte da comunicação jornalística, a emissão de comunicados foi uma das tarefas mais demandas ao DECOM, conforme detalhado na Tabela 19 - Comunicados. Foram demandados 262 comunicados internos por unidade do órgão, bem como pelo TCE-PA e outros órgãos.

Tabela 19 - Comunicados Internos

Demandante	Quantidade
PGC	13
SECRETARIA	5
6° PC	1
CEAF	51
DADM	54
DECOM	19
DACC	1
DTIT	33
DGP	26
DFIN	12
DIP	1
OUVIDORIA	6
CERIMONIAL	16
EXTERNO (TCE-PA e outros órgãos)	24
Total	262

Fonte: Decom/MPC-PA

Nota (*): Período coletado: desde a implantação da plataforma teams até o dia 22 de fevereiro de 2024.

Destacam-se acima os números do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e do Departamento Administrativo (DADM), em decorrência das comunicações sobre cursos e capacitações, e sobre a rotina logística, operacional e de segurança do órgão.

7.2.1.3. Publicidade

E um dos êxitos da implementação das ações de publicidade institucional tem sido a utilização das mídias digitais, *Instagram*, *Facebook* e *Youtube*, que aproximaram o MPC-PA da sociedade paraense. O resultado está demonstrado na Tabela 20 – Seguidores nas redes sociais e incremento ao longo dos anos.

Tabela 20 – Seguidores nas redes sociais e incremento ao longo dos anos

Ano	Facebook			Instagram			Total todas as mídias	Incremento	
	Seguidores	Incremento	%	Seguidores	Incremento	%	Seguidores	Total	%
2020	-	-	-	1308	-	-	1308	1308	100%
2021	2102	-	-	2012	704	54%	4114	4114	315%
2022	3300	1198	57%	3289	1277	63%	6589	2475	60%
2023	3400	100	3%	4706	1417	43%	8106	1517	23%
Total	3400	1298	62%	4706	3398	260%	8106	6798	520%

Fonte: DECOM/MPC-PA (2024).

Nota (*): Período coletado: 2020 a dezembro de 2023.

Como informado anteriormente, apenas no *Instagram* e no *Facebook* houve um aumento de 520% ao longo dos anos.

Cabe destacar, ainda, que nos últimos dois anos o DECOM reforçou a presença do MPC-PA nas redes sociais, com atenção especial ao perfil do *Instagram* (@mpcontaspa). O trabalho teve como objetivo o crescimento orgânico do órgão na rede, por meio do aumento do número de publicações estratégicas, ou seja, *posts* feitos a partir da análise de métricas e monitoramento dos conteúdos publicados.

Nesse período, foram realizadas 186 produções de conteúdo publicitário para a mídia social mais utilizada, sendo 119 publicações no *feed* e 67 no *reels* do *Instagram*. Esse detalhamento das informações pode ser conferido na Tabela 21 - Levantamento de postagens no *Instagram* do MPC-PA e no Quadro 18 - Comparativo bianual por tipo de *post*.

Tabela 21 - Levantamento de postagens no *Instagram* do MPC-PA

Mês	2022	2023
Janeiro	6	18
Fevereiro	8	9
Março	11	17
Abril	23	28
Maiο	20	13
Junho	18	14
Julho	6	10
Agosto	20	20
Setembro	27	14
Outubro	20	17
Novembro	10	15
Dezembro	13	11
Total	182	186

Fonte: Instagram (2024).

Quadro 18 - Comparativo bianual por tipo de *post*.

Ano	Post Feed	Post Reels	Total
2022	136	46	182
2023	119	67	186

Fonte: Instagram (2024).

Os levantamentos acima demonstram o aumento dos posts do tipo *reels*, decorrentes das análises realizadas pelo DECOM, as quais demonstraram que o *Instagram* passou a priorizar o alcance de produtos audiovisuais. Assim, a estratégia utilizada em 2023, alinhada com a produção de conteúdos em formato de vídeos *reels*, possibilitou o crescimento orgânico do alcance, do engajamento e do número de seguidores do perfil @mpcontaspa

7.2.2. Cerimonial e Relações Institucionais (SCRI)

7.2.2.1. Cerimonial

Já no cerimonial, as ações se desdobram, dentre outras, em ações internas, eventos promovidos pelo MPC-PA, participação em eventos, participações em cerimônias diversas. Das 844 ações executadas, o destaque é para a expedição de correspondências, com 449 ações, sendo o maior volume. Esses dados podem ser visualizados no Quadro 19 - Síntese das atividades realizadas pelo Cerimonial no exercício de 2023, o qual apresenta um resumo quantitativo das atividades realizadas pelo Cerimonial no último ano.

Quadro 19 - Síntese das atividades realizadas pelo Cerimonial no exercício de 2023

Descrição	Quantidade
Ações Internas realizadas pelo MPC	19
Eventos promovidos pelo MPC-PA	7

Visitas de cortesia (realizadas e recebidas)	19
Reuniões Externas de trabalho	36
Participação em eventos	32
Participações em Cerimônias de Posse	9
Acompanhamento em Capacitações (Palestras, Cursos, Seminários e Congressos)	21
Comendas recebidas	3
Acompanhamento em Plenário	87
Correspondências expedidas	449
Agendamentos realizados	162

Fonte: DECOM/ Cerimonial e Relações Institucionais (SCRI)/MPC/PA (2024)

7.2.2.2. Relações Institucionais (RI)

Por sua vez, no campo das relações institucionais, as ações são voltadas para produção de boletins, relatórios, *clipping*, além do monitoramento diário do Diário Oficial do Estado (DOE), conforme sintetizadas no Quadro 20 - Síntese das atividades de Relações Institucionais no exercício de 2023. Dessas ações, destaca-se a elaboração de *clipping* diário com monitoramento de *sites* institucionais, especializados e redes sociais, que resultou em um volume de 3.552 matérias selecionadas.

Quadro 20 - Síntese das atividades Relações Institucionais no exercício de 2023

Produto	Quantidade
Boletim de Monitoramento Legislativo - ALEPA	15
Relatórios de perfil de agentes públicos	89 ¹
Boletim "Monitoramento diário do DOE-PA"	*
Boletim "Resumo Diário do DOE-PA"	48
<i>Clipping</i> diário com monitoramento de <i>sites</i> institucionais, especializados e redes sociais	3.552 ²

Fonte: DECOM/ Cerimonial e Relações Institucionais (SCRI)/MPC/PA (2024)

7.3. Outras ações/atividades

Ainda no exercício de 2023, a equipe de comunicação foi designada para trabalhar na fase de planejamento de processos licitatórios estratégicos, os quais estão listados no Quadro 21 - Fase de planejamento em processos licitatórios abaixo.

Quadro 21 - Fase de planejamento em processos licitatórios

Processo	Etapas	Procedimento	Documentos gerados	Fiscalização
Alimentação	Planejamento da contratação	Estudo das necessidades	DFD (Documento de Formalização da demanda)	sim
Material gráfico				sim
Comendas		Levantamento das soluções disponíveis no mercado	Estudo Técnico Preliminar - ETP	sim

¹ Foram gerados 11 relatórios completos sobre titulares da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação Final da ALEPA; 14 relatórios completos sobre os líderes das bancadas partidárias da ALEPA; 4 relatórios completos de perfil dos novos dirigentes do TCM-PA para o biênio 2023-2024; 3 relatórios completos de perfil dos novos dirigentes do TJ-PA para o biênio 2023-2025; 14 relatórios completos sobre Senadores da República; 2 relatórios completos sobre o perfil de agentes públicos estaduais; e 41 relatórios resumidos sobre o perfil dos Deputados Estaduais da 61ª. Legislatura da Alepa – 2023 a 2026. O aumento expressivo do número de relatórios gerados em 2023, em comparação ao ano anterior (quando foram produzidos 22 relatórios), deveu-se ao fato de terem ocorrido mudanças no corpo dirigente de instituições do Estado do Pará e devido às atividades de representação do MPC-PA junto ao Senado Federal e outras instituições públicas.

² São acompanhados, diariamente, 20 sites institucionais, 28 sites especializados na divulgação de matérias ligadas à política local e 284 perfis de instituições e agentes públicos nas redes sociais (Facebook, Instagram e X).

Audiovisual		Estimativa de preços	Pesquisa de mercado	sim
Becas		Especificação detalhada do objeto e das condições de sua execução e aceitação	Análise de Risco	sim
Bandeiras			Termo de Referência ou Projeto Básico.	sim
Seminário MP de Contas e Sociedade	-	-	Termo Aditivo	sim

Fonte: DECOM/MPC/PA (2024)

7.3.1. Participação em projetos

Nos últimos dois anos, o DECOM participou de projetos estratégicos para a comunicação do órgão com a sociedade e com outras instituições, dentre eles, destacamos o trabalho realizado à frente da organização do II Seminário MP de Contas e Sociedade, a participação na comissão para elaboração da Política de Sustentabilidade do órgão e, ainda, no projeto do novo Relatório de Gestão do órgão.

7.4. Resultados obtidos e oportunidades de melhoria

Resultados/êxitos	Oportunidades de melhorias
Aprimoramento das estratégias de comunicação jornalística	Participar de forma mais ativa dos projetos de gestão: desde a concepção até a finalização
Aprimoramento da comunicação publicitária institucional do órgão	Fortalecimento do trabalho de análise de risco
Aprimoramento da atuação estratégica da comunicação	Ampliar a presença da gestão da comunicação em reuniões estratégicas de interesse institucional do órgão
Aumento dos produtos de comunicação: Manual Critérios de Noticiabilidade, Anuário, Comunica MPC-PA, Minuta da Resolução da Política de Comunicação do órgão	Aumentar a força de trabalho da equipe de comunicação do órgão, especialmente na parte publicitária
Aumento do conhecimento por parte da sociedade sobre o MPC-PA, a partir de campanhas de comunicação humanizada	
Crescimento orgânico do MPC-PA nas redes sociais, com a participação ativa dos seguidores no engajamento dos conteúdos produzidos	
Aprimoramento da comunicação interna, a partir da padronização de fluxos internos acerca dos trabalhos de responsabilidade da comunicação	

8. SECRETARIA PROCESSUAL (SECPROC)

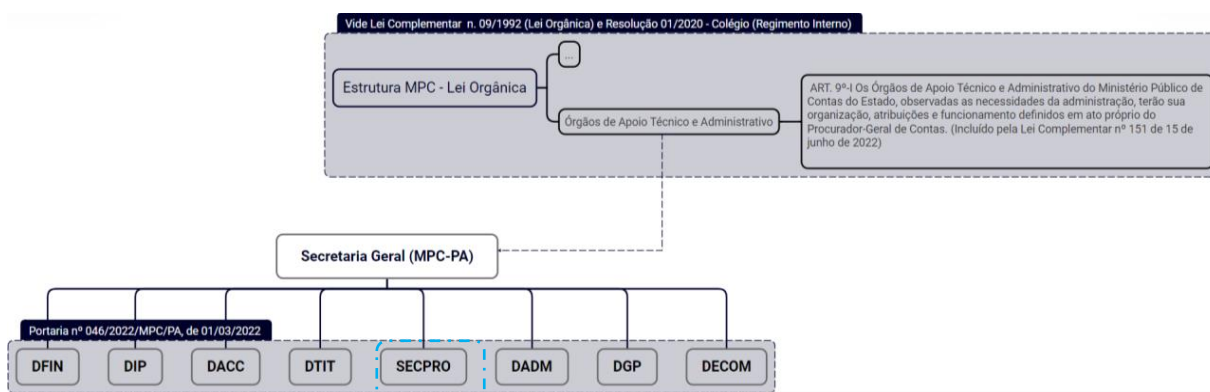
8.1. Sobre a SECPROC

8.1.1. Atribuições e competências

Na estrutura administrativa do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA, Conforme estabelece o artigo 9º da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, de 01/03/2022 (*Quadro de Organização Estrutural dos órgãos e serviços de apoio técnico e administrativo do Ministério Público de Contas do Estado do Pará MPC/PA*), dentre as suas competências está a de planejar, organizar, distribuir e executar as atividades de tramitação dos processos finalísticos³ no âmbito do MPC/PA, bem com elaborar relatórios, compilar dados estatísticos e demais informações pertinentes à área de atuação⁴. Além destas, outras podem ser acessadas no documento completo [aqui](#).

8.1.2. Posição da SECPROC na estrutura organizacional do MPC/PA

Figura 20 – Recorte da estrutura organizacional do MPC/PA



Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

8.2. Ações/Atividades realizadas pela SECPROC em 2023

Sendo a distribuição processual a atividade precípua desenvolvida pela SecProc esta é realizada por meio de sistema informatizado, de forma automática e aleatória, através de sorteio, entre as Procuradorias de Contas, com ressalva aos casos de competência privativa do Procurador-Geral de Contas, de acordo com as regras estabelecidas no Regimento Interno⁵ e em outros atos normativos do MPC-PA⁶.

Assim, os dados estatísticos são obtidos a partir do sistema eletrônico DIPRO 4.0, que registra toda a movimentação dos processos que ingressaram no MPC/PA vindos do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PA, bem como os procedimentos administrativos internos instaurados pelos Órgãos de Execução ou mediante provocação de quaisquer dos Órgãos de

³ São considerados processos finalísticos os oriundos do TCE-PA e os internos aqueles de fiscalização do MPC-PA.

⁴ Também dispostas nos arts. 47 e 48, da Resolução nº 01/2020 –MPC-PA - Colégio (Alterada pela Resolução nº 29/2022 MPC-PA-Colégio).

⁵ Resolução nº 01/2020 do Colégio - (Alterada pela Resolução nº 29/2022).

⁶ Resolução nº 01/2023, Resolução nº 03/2022 (Alterada pela Resolução nº 07/2022), Resolução nº 20/2022 - todas do Colégio de Procuradores.

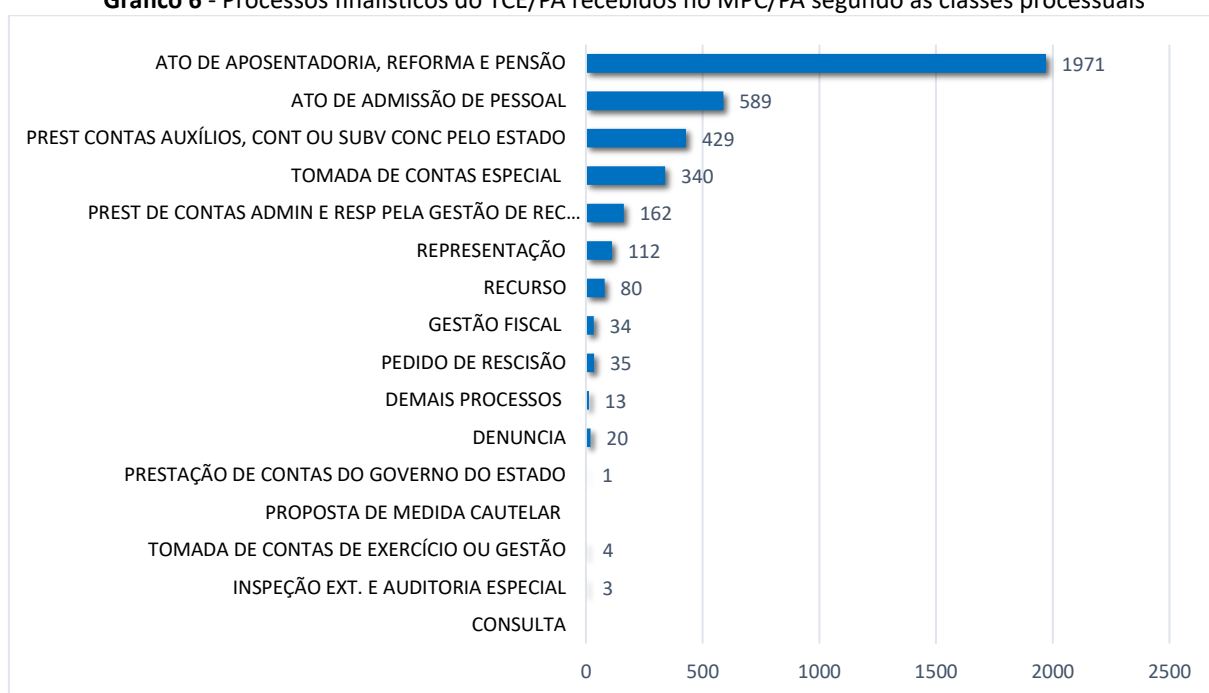
Administração Superior do MPC/PA ou ainda aqueles recebidos por meio de requerimentos, denúncias e demais informações e autuados como Procedimento Informativo.

8.2.1. Movimentação processual

8.2.1.1. Processos finalísticos oriundos do TCE/PA

Em 2023, ingressaram **3.793** (três mil setecentos e noventa e três) processos finalísticos oriundos do Tribunal de Contas do Estado - TCE/PA, sendo que **3.035** (três mil e trinta e cinco) novos⁷ e **758** (setecentos e cinquenta e oito) em caráter de retorno⁸, conforme discriminado por classes processuais no Gráfico 6 - Processos finalísticos do TCE/PA recebidos no MPC/PA segundo as classes processuais no exercício 2023, abaixo.

Gráfico 6 - Processos finalísticos do TCE/PA recebidos no MPC/PA segundo as classes processuais



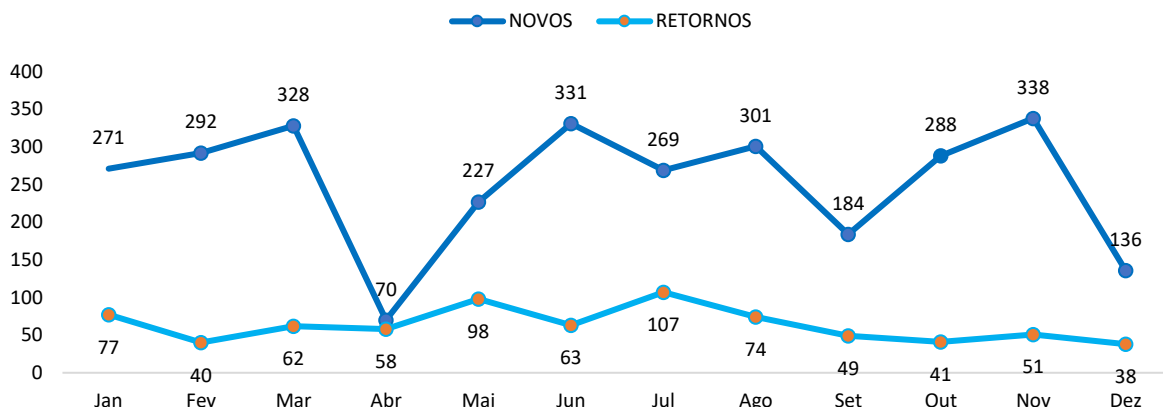
Fonte: Dados obtidos a partir do Sistema DIPRO 4.0/SECPRO/MPC-PA (2024)

O detalhamento dos processos recebidos neste *parquet* de contas em 2023 é possível ser visualizado no Gráfico 7 - Estatística mensal de processos em 2023, abaixo. Os processos “novos” representaram **80%** do total da demanda sendo que os meses de maior movimentação se deu em março, junho e novembro.

⁷ Consideram-se “distribuídos” os processos inéditos no MPC/PA classificados como “novos”.

⁸ Processos já submetidos à distribuição anterior, mas que retornam ao *Parquet* de Contas por motivos vários.

Gráfico 7 - Estatística mensal de processos em 2023

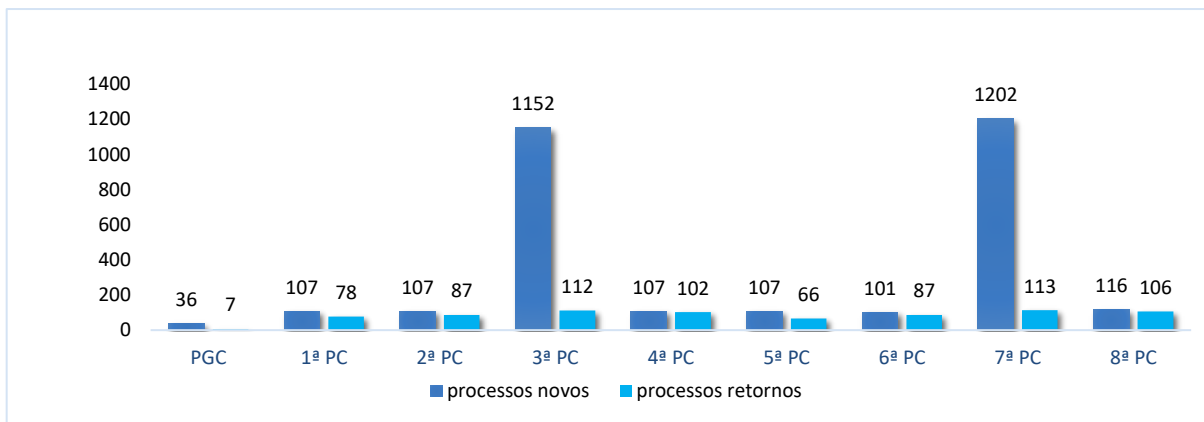


Fonte: Dados obtidos a partir do Sistema DIPRO 4.0/SECPRO/MPC-PA (2024)

8.2.1.2. Processos finalísticos TCE/PA conclusos às Procuradorias de Contas

Quanto aos processos remetidos pela Corte de Contas e recebidos no MPC/PA, pode-se verificar no Gráfico 8 - Estatística de processos recebidos pelas procuradorias abaixo como o volume processual apurado foi distribuído⁹ e/ou encaminhado¹⁰ às Procuradorias de Contas, consoante critérios estabelecidos nas Resoluções nº 01/2020, nº 01/2023 e nº 03/2022 do Colégio de Procuradores de Contas (Alterada pela Resolução nº 07/2022 – MPC/PA – Colégio).

Gráfico 8 - Estatística de processos recebidos pelas procuradorias



Fonte: Dados obtidos a partir do Sistema DIPRO 4.0/SECPRO/MPC-PA (2024)

Como demonstrado, o maior volume da distribuição processual concentrou-se nas 3ª e 7ª Procuradorias. A Resolução do Colégio nº 03/2022¹¹ – MPC/PA – Colégio conferiu àqueles Órgãos de Execução competências exclusivas para apreciarem processos relativos a atos sujeitos a registro (admissão de pessoal, aposentadoria, reforma e pensão), inclusive os recursos cabíveis e eventuais pedidos de rescisão e denúncias ou representações a eles concernentes.

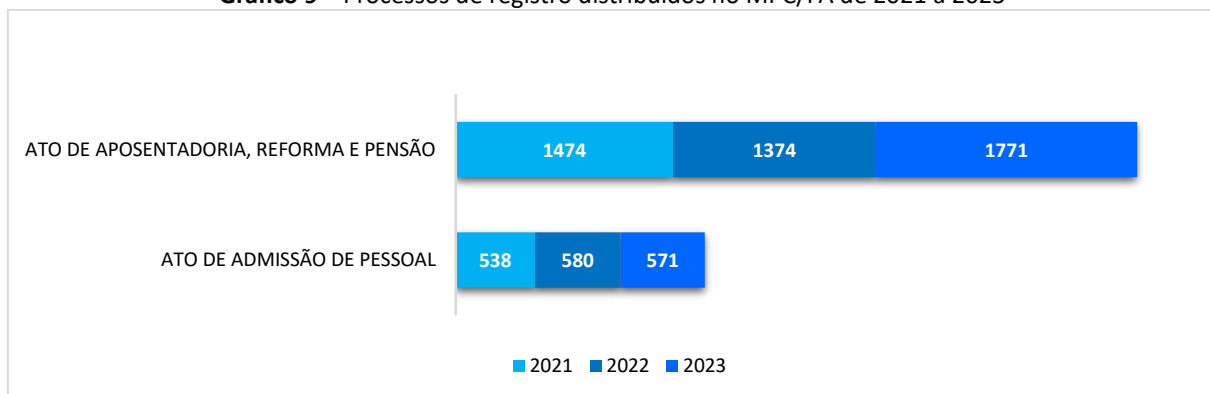
⁹Regra geral, os processos novos são distribuídos mediante sorteio, de forma automática e aleatória, às procuradorias com atribuição para conhecimento da matéria com exceção àqueles previstos no Art. 2º, §1º da Resolução nº 01/2023 – MPC/PA – Colégio.

¹⁰ Processos de retorno nos quais seja identificada a prevenção de determinada Procuradoria de Contas.

¹¹ Alterada pela Resolução nº 07/2022 – MPC/PA – Colégio, revogou as Resoluções nº 21/2018 e nº 01/2021 – MPC/PA – Colégio passando a competência antes atribuída às 4ª e 7ª para as 3ª e 7ª Procuradorias de Contas.

Assim, os processos de registro¹² são os que vêm ocupando parcela cada vez maior daqueles encaminhados do TCE/PA ao MPC/PA para distribuição, observando-se certo crescimento se comparado a anos anteriores como demonstrado no Gráfico 9 – Processos de registro distribuídos no MPC/PA de 2021 a 2023 abaixo.

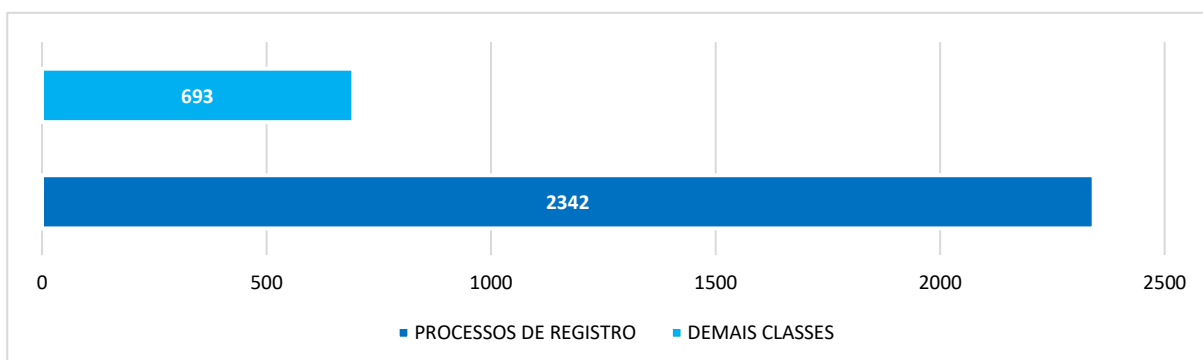
Gráfico 9 – Processos de registro distribuídos no MPC/PA de 2021 a 2023



Fonte: Dados obtidos a partir do Sistema DIPRO 4.0/SECPRO/MPC-PA (2024)

Em 2023, a proporcionalidade em relação às demais classes de processo é assim representada em percentuais no Gráfico 10 – Comparativo entre os processos de registro e as demais classes de processos a seguir.

Gráfico 10 – Comparativo entre os processos de registro e as demais classes de processos



Fonte: Dados obtidos a partir do Sistema DIPRO 4.0/SECPRO/MPC-PA (2024)

A Procuradoria-Geral de Contas recebeu os processos de competência privativa do chefe da instituição, consoante o previsto no Art. 8º, inciso XIII, da Resolução nº 01/2020 – MPC/PA – Colégio. Por sua vez, a 4ª Procuradoria de Contas, cujo titular exerceu a chefia do MPC/PA no exercício em análise, esteve inserida na distribuição ordinária de processos durante todo o período em razão de designação de membro substituto para atuar na referida procuradoria¹³.

Ressalte-se que, do total de processos do TCE/PA recebidos e analisados, o tempo médio de permanência nas Procuradorias de Contas foi de **10,97 dias**¹⁴.

¹² Inclusive apenas os processos “novos” que se submetem à distribuição por sorteio.

¹³ Portaria nº 073/2022.

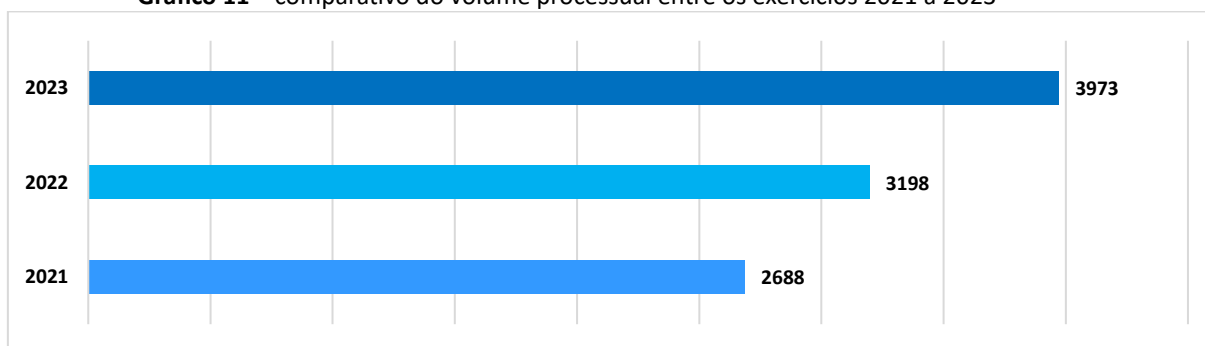
¹⁴ Fonte: Sistema de Autuação, Distribuição e Controle de Processos – DIPRO 4.0.

Por todo o exposto, quanto aos dados acima levantados, observa-se equilíbrio na distribuição processual decorrente do critério de equidade aplicado¹⁵, sendo que as diferenças quantitativas se devem aos afastamentos legais dos membros titulares dos órgãos de execução, bem como às designações de competências específicas aos órgãos de execução¹⁶.

8.2.1.3. Comparativo do volume processual exercício 2023 com exercícios anteriores

O Gráfico 11 – comparativo do volume processual entre os exercícios 2021 a 2023 abaixo apresenta a variação da carga processual nos últimos 3 (três) anos. Com isso, verifica-se um significativo aumento do volume processual ano a ano.

Gráfico 11 – comparativo do volume processual entre os exercícios 2021 a 2023



Fonte: Dados obtidos a partir do Sistema DIPRO 4.0/SECPRO/MPC-PA (2024)

8.2.1.4. Procedimentos administrativos internos de fiscalização

O Órgão Ministerial de Contas, além de sua atuação como fiscal da lei, também desenvolveu suas competências de forma proativa, de ofício ou mediante provocação de terceiros, por meio de procedimentos internos de fiscalização promovendo a instauração de Procedimento Informativo – PI, Procedimento Preliminar – PP e Procedimento de Acompanhamento – PA, nos termos da Resolução nº 20/2022 – MPC/PA – Colégio.

A Tabela 22 - Estatística processual de procedimentos internos por procuradoria, abaixo apresenta o quantitativo de processos instaurados pelas procuradorias bem como requerimentos; representações e demais informações recebidas na Ouvidoria do MPC-PA e atuadas pela Secretaria Processual.

¹⁵Aplica-se o princípio do equilíbrio quantitativo aos processos “novos” recebidos no MPC/PA.

¹⁶ Resolução do Colégio nº 03/2022 (Alterada pela Resolução nº 07/2022 do Colégio); Resolução nº 01/2020 – MPC/PA – Colégio (Alterada pelas Resoluções 05/2021, 05/2022 e 29/2022 do Colégio).

Tabela 22 - Estatística processual de procedimentos internos por procuradoria

Procuradoria	PI	PP	PA
PGC	-	-	-
1ª PC	1	2	3
2ª PC	1	-	-
3ª PC	2	-	-
4ª PC	-	-	-
5ª PC	1	-	1
6ª PC	3	-	2
7ª PC	1	-	-
8ª PC	2	1	1
TOTAL	11	3	7

Fonte: Dados obtidos a partir do Sistema DIPRO 4.0/SECPRO/MPC-PA (2024)

Assim, no exercício 2023, foram autuados **21 (vinte e um)** procedimentos internos de fiscalização do MPC/PA.

8.3. Encaminhamento dos Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado à Procuradoria Geral do Estado – PGE/PA

Conforme preceitua o art. 67 da Lei Orgânica da Corte de Contas (LC nº 081/2012), bem como o art. 11, III, da Lei Orgânica deste *Parquet* especializado (LC nº 09/1992), o MPC/PA tem como uma de suas competências encaminhar à Procuradoria Geral do Estado – PGE/PA os acórdãos prolatados pela Corte de Contas no sentido de promover o devido ressarcimento ao erário estadual os débitos e multas fixados nesses títulos executivos.

Em 2023, referida atuação ainda ocorreu no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 09/2019¹⁷ – MPC-TCE-PGE-IEPTB, de 05/11/2019, firmado entre o Ministério Público de Contas do Estado, o Tribunal de Contas do Estado, a Procuradoria Geral ao Estado e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos Brasil – Seção Pará, que está no 3º Termo Aditivo e prorrogou sua vigência de 06/11/2023 a 05/11/2025.

No referido exercício, o MPC/PA remeteu à PGE/PA 2 (dois) lotes de acórdãos que corresponderam ao 6º e 7º lotes do acordo. O primeiro, enviado em 06/03, contendo 133 (cento e trinta e três) títulos¹⁸ com débitos, no valor histórico total de R\$ 44.187.674,20 e multas, no valor histórico total de R\$ 758.727,80. O segundo, enviado em 13/09, contendo 53 (cinquenta e três) títulos, com débitos no valor histórico total de R\$ 13.424.283,53 e multas, no valor histórico total de R\$ 400.127,36, conforme apresentados os dados na Tabela 23 – Consolidação dos acórdãos 2023 a seguir.

¹⁷ Tem como objeto a promoção da célere e eficaz recuperação dos créditos públicos vinculados à atividade jurisdicional do TCE/PA por meio da remessa para protesto das decisões prolatadas (Acórdãos e Resoluções).

¹⁸ Está contido o lote de 65 (sessenta e cinco) acórdãos que restaram do exercício de 2022 para serem encaminhados à PGE/PA, na primeira remessa de 2023, com débito no valor histórico total de R\$ 7.567.740,54 e multas no valor histórico total de R\$ 292.113,91.

Tabela 23 – Consolidação dos acórdãos 2023

ACÓRDÃOS TCE/PA - GLOSAS E MULTAS acordo de Cooperação Técnica nº 09/2019			
Período	N. de acórdãos	Glosas (R\$)	Multas (R\$)
2022/2023 - 6º LOTE	133	R\$ 44.187.674,20	R\$ 758.727,80
2023 - 7º LOTE	53	R\$ 13.424.283,53	R\$ 400.127,36
Total	186	R\$ 57.611.957,73	R\$ 1.158.855,16

Fonte: Dados obtidos a partir do Sistema DIPRO 4.0/SECPRO/MPC-PA (2024)

8.4. Participação dos membros nas Sessões Plenárias do TCE-PA

Em 2023, o Ministério Público de Contas participou de todas as sessões plenárias da Corte Estadual de Contas, no exercício da competência descrita no inciso II do art. 11 de sua Lei Orgânica - Lei Complementar Nº 09, de 27/01/1992, totalizando 82 (oitenta e duas) sessões, sendo 81 (oitenta e uma) ordinárias e 1 (uma) extraordinária, conforme a Tabela 24 – Participação dos membros MPC/PA nas sessões do TCE/PA – 2023 a seguir.

Tabela 24 – Participação dos membros MPC/PA nas sessões do TCE/PA – 2023

Mês	Sessões		Processos em pauta	Membros							
	Ordinária	Extraord.		Silaine	Felipe	Guilherme	Patrick	Stephenson	Deila	Stanley	Danielle
Jan	6		81				5		1		
Fev	7		134	1		1	4			1	
Mar	9		216		1		1	6			1
Abr	7		182	1		1	3		1	1	
Mai	9	1	248	1	1	1	2	3	1	1	
Jun	8		237		1		4			1	2
Jul	4		118			1	1	2			
Ago	6		316		1		5				
Set	7		317			2	1	1	1	1	1
Out	7		285		1	2	2		1	1	1
Nov	6		158	1			3			1	1
Dez	5		151		2	1	2				
Total	81	1	2.443	4	7	9	33	12	5	7	6

Fonte: Dados obtidos a partir do Sistema DIPRO 4.0/SECPRO/MPC-PA (2024)

8.5. Resultados obtidos e oportunidades de melhoria

Resultados/êxitos	Oportunidades de melhorias
Utilização do novo Sistema DIPRO 4.0 que realiza a distribuição dos processos finalísticos (TCE e MPC) analisados pelos membros titulares das Procuradorias, bem como realiza toda a gestão dos mesmos, armazenando dados para estatísticas e relatórios.	Melhor eficiência na distribuição processual;
Os dados obtidos a partir do DIPRO 4.0 e os relatórios produzidos contribuíram para o desenvolvimento das atividades finalísticas do órgão, subsidiando a alta gestão na tomada de decisão.	Melhoria na gestão dos processos finalísticos;

	Produção de relatórios mais detalhados e específicos referentes às procuradorias e aos membros;
--	---

9. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES (DTIT)

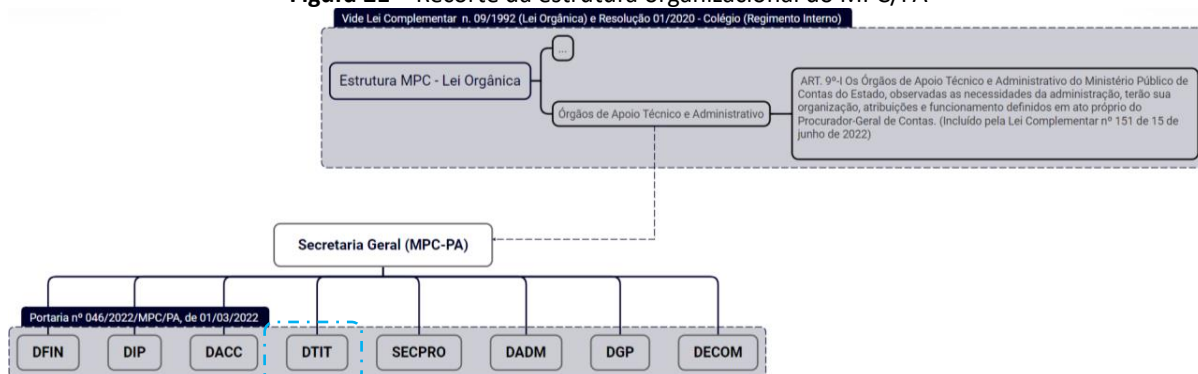
9.1. Sobre o DTIT

9.1.1. Atribuições e competências do DTIT

As responsabilidades do DTIT são as atividades e o desenvolvimento de soluções que envolvem recursos de tecnologia da informação e de comunicações visando a produção, o armazenamento, a transmissão, o acesso, a segurança e o uso de informações geradas ou processadas no MPC-PA. Conforme estabelece o artigo 8º da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, de 01/03/2022 (*Quadro de Organização Estrutural dos órgãos e serviços de apoio técnico e administrativo do Ministério Público de Contas do Estado do Pará MPC/PA*), dentre as suas competências está a de planejar, organizar, dirigir e elaborar as práticas e soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Ministério Público de Contas. Além desta, outras podem ser acessadas no documento completo [aqui](#).

9.1.2. Posição do DTIT e de suas seções na estrutura de organização do MPC/PA

Figura 21 – Recorte da estrutura organizacional do MPC/PA

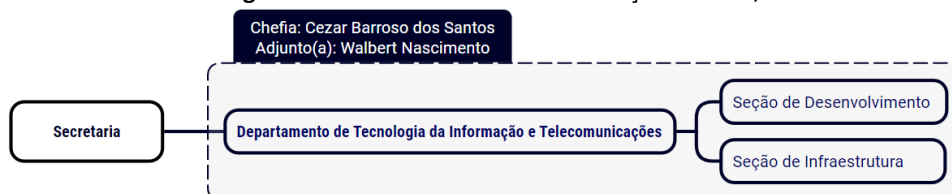


Fonte: Elaboração própria, com base em documentos institucionais (2024)

9.1.3. Escopo das demais áreas de atuação do DTIT/ MPC/PA

Conforme §1º e §2º do 8º da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, o DTIT ainda conta com a Seção de Desenvolvimento, responsável pela execução, manutenção e desenvolvimento dos sistemas informatizados próprios; e a Seção de Infraestrutura, responsável pelo acionamento e supervisão do suporte técnico dos sistemas adquiridos e equipamentos de informática utilizados no órgão, conforme Figura 22 – Recorte das áreas de atuação do DTIT/MPC-PA.

Figura 22 – Recorte das áreas de atuação do DTIT/MPC-PA



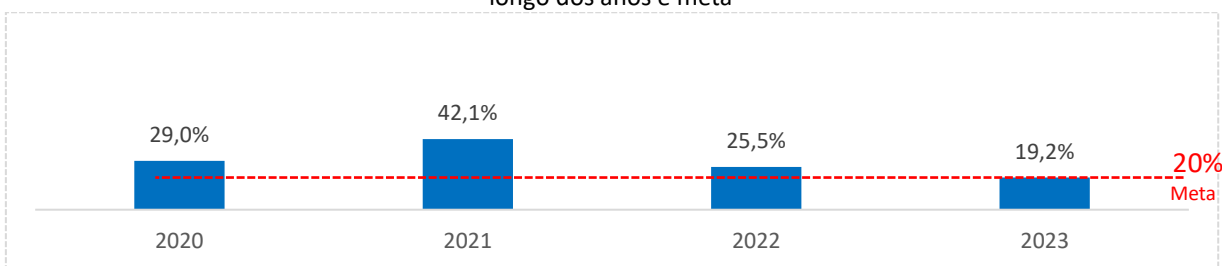
Fonte: Elaboração própria, com base em documentos institucionais (2024)

9.2. Ações/Atividades realizadas pelo DTIT em 2023

9.2.1. Aplicação de recursos em TI: Índice de aplicação de recursos em TI (bens e serviços)

Esse índice mede o percentual de aplicação do orçamento empenhado nas ações de TI em relação ao orçamento empenhado em outras despesas correntes e em investimentos, com exceção dos gastos de outras despesas correntes ligados a pessoal (auxílios alimentação e saúde), conforme demonstrado no Gráfico 12 – execução do orçamento ao longo dos anos e meta, abaixo.

Gráfico 12 – Execução do orçamento de TI em relação a outras parcelas do orçamento do órgão ao longo dos anos e meta



Fonte: DIP/DFIN (2024)

9.2.2. Contratações mais relevantes em TI em 2023

Dentre as contratações, conforme demonstrado no Quadro 22 – Contratações mais relevantes em TI em 2023, destacam-se a renovação dos contratos da Fábrica de Software e de Contagem de Ponto de Função, além da participação na Locação do Imóvel não Residencial.

A manutenção dos serviços da fábrica de softwares, é essencial para garantir a qualidade, a segurança e a eficiência dos sistemas existentes e das novas soluções desenvolvidas, considerando o crescente aumento de demandas soluções tecnológicas para conservar a qualidade e auxiliar o aumento da eficiência das atividades da Instituição. Estes serviços envolvem desde correções de falhas, desenvolvimento de melhorias, até a adaptação e a evolução dos sistemas de acordo com as demandas e as necessidades do MPC-PA, contribuindo para a satisfação dos usuários, a redução de custos operacionais, a melhoria contínua dos processos e a inovação tecnológica.

No Processo de Locação de Imóvel, não residencial, o Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações contribuiu elaborando as especificações dos equipamentos que compõem a infraestrutura básica de Informática, garantindo que o espaço seja adequado às necessidades de T.I., como: servidores de rede, que armazenam e processam os dados da instituição, o cabeamento, que interliga os computadores e dispositivos à rede, e os roteadores de Wifi, que permitem o acesso sem fio à rede. Após a entrega destes equipamentos, o DTIT também realizou as configurações iniciais para que a infraestrutura de T.I. ficasse funcional, pronta para ser utilizada pelo MPC-PA, cuidando ainda de sua manutenção, visando garantir o bom funcionamento e a eficiência dos serviços de TI.

Quadro 22 – Contratações mais relevantes em TI em 2023

Contrato	Tipo	Objeto	Vigência	Valor Global	Finalidade
24/2023	Nova	Contratação de acesso à Internet – 300Mbps – link principal	36 meses	R\$ 61.999,92	Disponibilizar tecnologia essencial para a execução das atividades do MPC-PA.
25/2023	Nova	Contratação de acesso à Internet – 300Mbps – link secundário	36 meses	R\$ 61.632,00	Disponibilizar redundância de tecnologia essencial para a execução das atividades do MPC-PA, visando mitigar impactos nos serviços prestados por este Órgão, durante falhas no link principal de acesso à internet.
26/2023	Nova	Serviços de Telefonia Fixa Comutada	36 meses	R\$ 63.934,56	Disponibilizar a tecnologia de telefonia fixa, possibilitando diversos benefícios, como agilidade e praticidade na comunicação entre os diversos setores da instituição, e acessibilidade do público externo ao MPC-PA.
19/2022	Renovação	Sistemas da PRODEPA	12 meses	R\$ 311.868,24	Disponibilizar acessos simultâneos aos Sistemas Financeiros do Estado do Pará para fiscalização e execução orçamentária, ao sistema patrimonial do Estado – SIMAS, para fiscalização e levantamentos de preços contratados, e ao <i>SAP Business Objects</i> , para levantamento de dados orçamentários e financeiros para embasar estudos técnicos nas áreas meio e fim do Órgão.
34/2023	Nova	Sistemas da PRODEPA	12 meses	R\$ 22.827,09	Disponibilizar redundância do link de acesso aos sistemas da PRODEPA, visando mitigar impactos nas atividades desempenhadas por este Órgão, durante falhas no link principal.
02/2022	Renovação	Fábrica de Software	12 meses	R\$ 697.420,00	Prestação de serviços técnicos especializados em desenvolvimento e sustentação dos sistemas corporativos mantidos pelo MPC-PA
03/2022	Renovação	Contagem de Pontos de Função	12 meses	R\$ 61.040,00	Prestação de serviços de contagem e aferição de Pontos de Função oriundos dos serviços realizados pela Fábrica de Software

Fonte: – Elaboração própria/DTIT, com base em dados institucionais (2024).

As contratações de Tecnologia de Informação e Telecomunicações do MPC/PA, no exercício de 2023, conforme demonstrado na Tabela 25 – Origem das contratações de Tecnologia de Informação e Telecomunicações em 2023, a seguir, foram originadas dos seguintes procedimentos.

Tabela 25 – Origem das contratações de Tecnologia de Informação e Telecomunicações em 2023

Especificação	Quantidade de eventos				
	2019	2020	2021	2022	2023
I – Licitações:	1	6	5	3	2
Pregão Eletrônico	-	6	5	3	2
II – Adesão à Atas de Registro de Preços	-	1	0	1	2
III – Contratações diretas	-	3	1	2	-
Inexigibilidade de licitação	-	-	-	-	-
Dispensa de licitação (*)	1	3	1	2	1
TOTAL GERAL (I+II+III)	1	10	6	5	5

Fonte: Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios – DACC-MPC/PA.

(*) Inclui Dispensa por cotação eletrônica e dispensa tradicional;

Como se pode observar, na Tabela 25 – Origem das contratações de Tecnologia de Informação e Telecomunicações do em 2023 acima pode ser observado o esforço deste Departamento para realizar uma melhor distribuição das contratações ao longo dos exercícios, visando otimizar os orçamentos financeiros e a utilização da estrutura administrativa necessária. Neste sentido, quando possível, foram formalizadas adesões às atas de registros de preços e contratos mais longos, mantendo a observação da vantajosidade econômica e eficiência das soluções ou serviços objetos desses instrumentos.

9.2.3. Principais desenvolvimentos e resultados em 2023

Os projetos realizados pela Fábrica de Softwares contratada pelo MPC-PA, no exercício de 2023, mobilizaram recursos financeiros da ordem de **R\$ 471.411,79** (quatrocentos e setenta e um mil quatrocentos e onze Reais e setenta e nove centavos). Dentre estes destacam-se:

- **Sistema DIPRO** - que realiza a distribuição equânime dos processos analisados pelos membros da Instituição, guardando estatísticas sobre estes. No início do Exercício de 2023 foi disponibilizada a versão 4.0, onde foi realizado a migração dos processos do DIPRO 3.0 para o novo sistema, atualização de tecnologias, contemplando diversas funcionalidades para atender as demandas atuais, como processos internos, registros das atividades das unidades envolvidas, descentralização dos registros no sistema, dentre outras. Ao longo deste Exercício, o Sistema foi consolidado, sendo implementadas melhorias sugeridas pelos usuários, pequenas correções, implementação de módulos de parâmetros e relatórios.
- **Sistema SGP** – ferramenta que permite gerenciar as informações dos servidores, membros e colaboradores da Instituição, tais como dados pessoais, histórico profissional, remuneração, benefícios, treinamentos, avaliações de desempenho, entre outros. O desenvolvimento deste software tem como objetivo o atendimento da legislação vigente, integração com o sistema eSocial e fácil disponibilização de informações solicitadas por outros Órgãos que

possuam esta competência, obedecendo os layouts requeridos. Neste Exercício, foi desenvolvido a interação deste com o sistema de segurança do MPC-PA, e os módulos de Cadastro, Portarias e Histórico Funcional, incluindo um maior detalhamento, visando atender as solicitações de outros Órgãos, e maior automação, com o objetivo de aumentar a eficiência, a qualidade e a segurança dos processos do Departamento de Gestão de pessoas, reduzindo os custos e os erros humanos.

- **Sistema eSocial** – que realiza a transmissões de informações solicitadas pelo sistema do governo federal que visa unificar as informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais dos empregadores, simplificando e agilizando o cumprimento das obrigações legais, reduzindo a burocracia e evitando inconsistências de dados. Neste Exercício foram implementada módulo da 4ª Fase, alterações de layouts ajustando aos requisitos do Governo Federal e melhorias solicitadas pelos usuários do Departamento de Gestão de Pessoas.
- **Site da Internet do MPC-PA** – ao longo do Exercício de 2023 foram realizadas manutenções no site do MPC-PA na internet, além disso, foi iniciado o projeto de transparência ativa, objetivando facilitar formas melhores e mais eficazes de disponibilização das informações públicas, possibilitando um melhor controle social.
- **Site da Intranet do MPC-PA** – durante o Exercício de 2023 foram realizadas melhorias no site intranet do MPC-PA, dentre elas o novo recolhimento digital de ponto de presença sem a necessidade do uso de infraestrutura física de relógio e medidas de segurança, coleta de bens do imposto de renda.

A distribuição dos recursos envolvidos nos principais projetos relatados está demonstrada na Tabela 26 - Recursos envolvidos nos principais projetos em 2023, abaixo.

Tabela 26 - Recursos envolvidos nos principais projetos em 2023

Projetos	Valor investido
DIRPO	R\$ 244.836,99
SGP/eSOCIAL	R\$ 74.801,25
Sustentação (eSOCIAL, Site da Internet, Site da Intranet)	R\$ 151.773,55
Total	R\$ 471.411,79

Fonte: Departamento de Tecnologia da I – DACC-MPC/PA.

(*) Inclui Dispensa por cotação eletrônica e dispensa tradicional.

9.2.4. Renovação e atualização do parque de ativos de TI em 2023

Foram realizadas aquisições para **renovação do parque tecnológico**, mantendo a meta de atualização deste, de forma eficiente e econômica, utilizando, quando possível, atas de registro de preços, diminuindo o gasto administrativo e acelerando o processo de aquisição. Essas medidas, junto com processos licitatórios bem-sucedidos, resultaram, no final do Exercício, em uma economia de **7,7%** em relação ao valor previsto, conforme demonstrado na Quadro 23 - Recursos utilizados na renovação do parque tecnológico.

Quadro 23 - Recursos utilizados na renovação do parque tecnológico em 2023

Especificação	Valores
Valor previsto	R\$ 589.795,49
Valor contratado	R\$ 544.400,65
Economia gerada	R\$ 45.394,84
% de economia	7,7%

Fonte: Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios – DACC-MPC/PA.

Um das metas do Planejamento Estratégico 2019-2024, era manter a atualização de, no mínimo, 80% do parque tecnologia no final do Exercício de 2023. Após a análise dos dados no Final do Exercício, foi constatado que o objetivo foi alcançado, com o resultado de 87,73% de um total de 693 ativos de T.I.

9.2.5. Suporte ao usuário

O DTIT tem como objetivo principal oferecer um serviço de qualidade aos usuários da Instituição, buscando solucionar os problemas e dúvidas que surgem no uso dos sistemas e equipamentos. Para isso, o departamento conta com uma equipe de suporte qualificada e ágil, que atende os chamados por meio de um sistema online, telefone ou presencialmente, conforme a demanda e a urgência. Além de resolver os chamados, detalhados na Tabela 27 – número de atendimentos em 2023 por área demandante, o departamento de informática também trabalha na melhoria contínua dos processos e sistemas, identificando as rotinas que podem ser automatizadas para facilitar o trabalho dos usuários e reduzir a dependência do suporte. Dessa forma, o departamento busca proporcionar maior autonomia e eficiência às unidades da Instituição, contribuindo para o cumprimento da sua missão.

Tabela 27 – número de atendimentos em 2023 por área demandante

Área demandante	Número de atendimentos
2ª PC	2
3ª PC	1
5ª PC	4
7ª PC	2
8ª PC	4
CAO	54
CEAF	38
DACC	4
DADM	3
DECOM	3
DGP	28
DFIN	1
DIP	16
DTIT	22
GABOC	1
GABPGC	57
SECPRO	4
Total	244

Fonte: Elaboração própria/DTIT/MPC-PA (2024).

9.3. Outras ações/atividades

9.3.1. Participação na Comissão de implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Durante o exercício de 2023, o DTIT esteve representado na reunião da Comissão de Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, onde foi revisado o Plano de Ação, ficando Este Departamento responsável pela conclusão do *Data Mapping*, com as informações sobre quais sistemas os dados estão em tratamento, se ocorre transferência internacional de dados, e as outras informações indicadas por esta Comissão para sua avaliação.

Além disso, ficou acordado na reunião que o DTIT irá submeter, através do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação, as Normas Complementares à Política de Segurança da Informação, para apreciação.

Após o trabalho de conclusão do Data Mapping, a Comissão deverá iniciar a realização da Análise de Riscos, para a sequência de tarefas contempladas no Plano de Ação.

9.3.2. Participação na Comissão Gestão Documental

A participação do DTIT na Comissão de Gestão Documental visa dar suporte técnico para implantação da gestão documental. Nesse aspecto, o Departamento tem sido consultado sobre a implantação do software de processo administrativo eletrônico PAE 4.0. Os trabalhos da comissão consistem na elaboração de um plano de classificação de documentos, com a sinalização das funções, subfunções, assuntos e subassuntos finalísticos deste órgão ministerial, bem como a indicação da temporalidade de guarda e descarte, com base em metodologia arquivística apresentada pela Secretaria de Planejamento e Administração – SEPLAD e Arquivo Público do Estado do Pará. Essas funcionalidades estão presentes no PAE 4.0, mas também serão aplicadas aos documentos físicos. A Comissão está em vias de finalização dos assuntos finalísticos, para posterior encaminhamento à SEPLAD. Recentemente foi aprovada a lista de assuntos finalísticos na 1ª. Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores, conforme Ata de 26 de janeiro de 2024.

9.3.3. Participação na Comissão para elaboração do Plano de Logística Sustentável

O DTIT possui representante nesta Comissão onde foram solicitadas tarefas de levantamento de equipamentos e consumo de materiais relativos a sua área de atuação, notadamente sobre serviços de impressão e telecomunicações. Verifica-se que a demanda envolve aspectos técnicos de contratação de bens e serviços de informática obedecendo aos critérios legais de sustentabilidade e adequação dessas aquisições ao planejamento da instituição sobre mitigação dos impactos ambientais causados pelo uso de tais recursos. O PLS está em desenvolvimento e conta ainda com a orientação de servidores da área de planejamento do Tribunal de Contas do Estado – TCE-PA, inclusive, por meio de Termo de Cooperação firmado entre as instituições.

9.3.4. Participação na Comissão de Gestão por Competências

Nesta Comissão o DTIT tem auxiliado com suporte às atividades de organização de oficinas, bem como intermediação de soluções fornecidas por meio do Termo de Cooperação (TC) assinado entre o MPC-PA e a FADESP. Nele, há a previsão de cessão para uso do Software GESTCOM, software que dá suporte à aplicação da metodologia de aferição de lacunas de competências e seu respectivo mapeamento neste órgão ministerial. O software foi cedido em dezembro de 2023 e já foi instalado no ambiente computacional do MPC-PA. No momento está aguardando sua utilização por meio da exportação de dados a ser realizada do ambiente de gestão da GESTCOM.

9.4. Resultados obtidos e oportunidades de melhoria

Resultados/êxitos	Oportunidades de melhorias
Adesão aos serviços de nuvem, com a disponibilização de ferramentas do Microsoft 365, entre as quais ferramentas de produtividade: MS Word, MS Excel, MS PowerPoint, OneDrive, Sharepoint, Serviço de Correio MS Exchange e MS Teams.	Intensificar o número de treinamentos nas ferramentas de produtividade, de modo a gerar efeitos de aprimoramento no cenário de ambiente de trabalho compartilhado.
Reformulação da infraestrutura de rede, aumentando com a disponibilidade e redundância de informações.	Modernização de cibersegurança
Realização de testes automatizados e de integração.	Aprimorar a aplicação de testes de integração e testes unitários nos sistemas em desenvolvimento pela Fábrica de Software.
Transferência do ambiente de homologação da Fábrica para o MPC-PA. Com um ambiente de homologação interno, a empresa pode garantir um controle mais eficaz sobre a qualidade do software. Isso permite que os testes sejam conduzidos de acordo com os padrões do MPC-PA e suas especificações.	Aprimorar o atendimento de requisitos regulatórios (LGPD, IgrePrev, TCE) nos sistemas em desenvolvimento.
Proposição de framework de Governança de TIC para a alta gestão, para estimular o alinhamento entre estratégia de negócios e estratégia de TIC.	Implementação da Página Interna do DTIT, com os artefatos de governança de TIC, devidamente aprovados pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação.
Iniciado o processo de implantação de sistema de gestão de ativos de informática por meio de software de código aberto (GLPI). Demandas correção nos projetos DIPRO e Sustentação já são gerenciados via esse Sistema, com acesso dos Project Owners de cada um dos projetos.	Expandir o acesso, com treinamento dos demais usuários do MPC-PA, de modo a centralizar todas as demandas de suporte no sistema, permitindo gerar estatísticas de aprimorar o atendimento. Criar base de conhecimento com soluções aplicadas.

10. ASSESSORIA JURÍDICA (ASJUR)

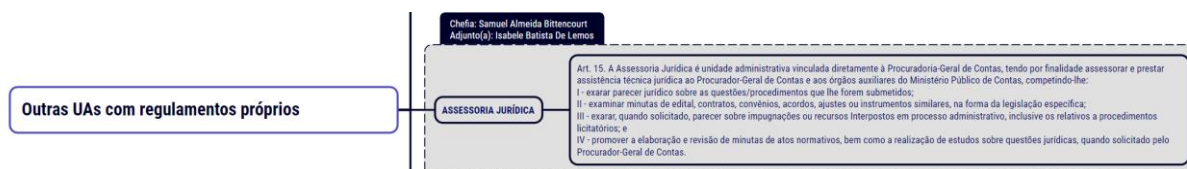
10.1. Sobre a ASJUR

10.1.1. Atribuições e competências da Assessoria Jurídica

Conforme estabelece o artigo 15º da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, de 01/03/2022 (*Quadro de Organização Estrutural dos órgãos e serviços de apoio técnico e administrativo do Ministério Público de Contas do Estado do Pará MPC/PA*), dentre as suas competências está a de exarar parecer jurídico sobre as questões/procedimentos que lhe forem submetidos no âmbito do Ministério Público de Contas. Além desta, outras podem ser acessadas no documento completo [aqui](#).

10.1.2. Posição da ASJUR e de suas seções na estrutura de organização do MPC/PA

Figura 23 – Recorte da estrutura organizacional do MPC/PA



Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

10.2. Ações/Atividades de assessoramento jurídico realizadas em 2023:

10.2.1. Pareceres Jurídicos exarados em 2023

Ao longo de 2023 foram exarados **158 (cento e cinquenta e oito)** pareceres jurídicos, assim distribuídos ao longo dos quatro trimestres e por assunto, conforme demonstrado na Tabela 28 – Pareceres Jurídicos exarados em 2023 pelo ASJUR por assunto, abaixo.





Tabela 28 – Pareceres Jurídicos exarados em 2023 pelo ASJUR por assunto

Assunto	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri	Total
Consulta	2	2	5	6	15
Pessoal	6	12	9	5	32
Convênios/cooperação	3	1	6	6	16
Inexigibilidade	4	10	8	4	26
Dispensa	1	3	2	7	13
Contrato	5	8	11	11	35
Adesão ARP	4	0	3	1	8
Processo Sancionador	0	2	0	1	3
Pregão	0	1	4	4	9
Recursos/impugnações	0	0	1	0	1
Subtotal	25	39	49	45	158
%	15,82%	24,68%	31,01%	28,48%	100%

Fonte: Elaboração própria/ASJUR (2024)

Quantidade de pareceres exarados nos últimos quatro anos

Tabela 29 – Quantidade de pareceres jurídicos exarados nos últimos quatro anos pela ASJUR

Ano	Quantidade	Status*
2020	223	
2021	175	
2022	155	
2023	158	
Total	711	-

Fonte: Elaboração própria/ASJUR (2024)

*Com relação ao quantitativo de pareceres jurídicos exarados nos anos de 2020 (**223**) e 2021 (**175**), o número de manifestações de 2022 e 2023 representou considerável redução. Essa redução se deu, principalmente, em razão da elaboração de 14 (quatorze) pareceres jurídicos referenciais, sobretudo em matéria de pessoal e suprimento de fundos, que em muito ajudaram na racionalização dos trabalhos do setor, canalizando as atenções do departamento para os processos de contratação do órgão, que geralmente necessitam de um olhar mais cuidadoso e criterioso, dada sua relevância.

Os pareceres referenciais exarados pela ASJUR e aprovados pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Contas foram:

- Parecer Referencial 01/2022 - Inclusão de dependentes para fins de imposto de renda;
- Parecer Referencial 02/2022 - Auxílio Saúde;
- Parecer Referencial 03/2022 - Renovação contrato estagiários;
- Parecer Referencial 04/2022 - Gratificação de Titulação;
- Parecer Referencial 05/2022 - Conversão de licença-prêmio em pecúnia;
- Parecer Referencial 06/2022 Progressão por antiguidade;
- Parecer Referencial 07/2022 - Revisão Auxílio Saúde;
- Parecer Referencial 08/2022 - Suprimento de fundos;
- Parecer Referencial 09/2022 - Auxílio Natalidade;
- Parecer Referencial 10/2022 - Conversão em pecúnia férias vencidas;
- Parecer Referencial 11/2022 - Atualização Auxílio-Saúde;
- Parecer Referencial nº 12/2022 - Conversão de Licença-prêmio Membro;
- Parecer Referencial nº 13/2022 - Conversão em pecúnia férias vencidas – Membro;
- Parecer Referencial nº 14/2022 - Conversão em pecúnia férias vencidas - Servidor – Revisão.

10.2.2. Trabalhos consultivos em 2023

Paralelamente à elaboração de pareceres, destaca-se a atuação consultiva do setor, na análise de documentos e orientação jurídica dos membros e servidores do MPC/PA, bem como participação de reuniões de alinhamento e direcionamento com os demais departamentos, sobretudo no trato de questões atinentes à procedimentos licitatórios.

10.3. Outras ações/atividades

10.3.1. Participação em comissões

Destaca-se também a participação dos componentes do setor nas seguintes comissões especiais e grupos de trabalho do órgão:

- Comissão Especial para viabilizar a aplicação da Lei n. 14.133/2021 no âmbito do MPC/PA, Portaria n° 133/2022/MPC/PA;
- Grupo de Trabalho para a implementação da Política de Gestão Documental do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, Portaria n° 501/2022/MPC/PA;
- Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, com a finalidade de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA;
- Comissão Especial de normatização do procedimento sancionatório, Portaria n° 099/2022/MPC/PA;
- Comissão Especial para a realização dos estudos e levantamentos necessários à adequação dos processos do Ministério Público de Contas do Estado do Pará às exigências da Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Portaria n° 119/2021/MPC/PA;

10.3.2. Participação em eventos de capacitação

Os integrantes da ASJUR participaram dos seguintes eventos de capacitação:

- Congresso Nacional de Liderança e Governança em licitações e Contratos, realizado em Brasília/DF, nos dias 06 a 10 de fevereiro;
- 18º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública, realizado em Brasília/DF, nos dias 11 e 12 de maio;
- 10º Contratos Week, realizado em Foz do Iguaçu-PR, nos dias 12 a 16 de junho;
- 4º Congresso de Compras Públicas, realizado em Foz do Iguaçu-PR, nos dias 06 a 11 de agosto.

10.4. Resultados obtidos e oportunidades de melhoria

Resultados/êxitos	Oportunidades de melhorias
Celeridade e qualidade dos pareceres exarados	Elaboração de Pareceres Referenciais a respeito da temática de licitações e contratações
Celeridade e qualidade das consultorias jurídicas	Proposição de instrumentos de governança para a instituição

11. CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL (CEAF)

11.1. Sobre o CEAF

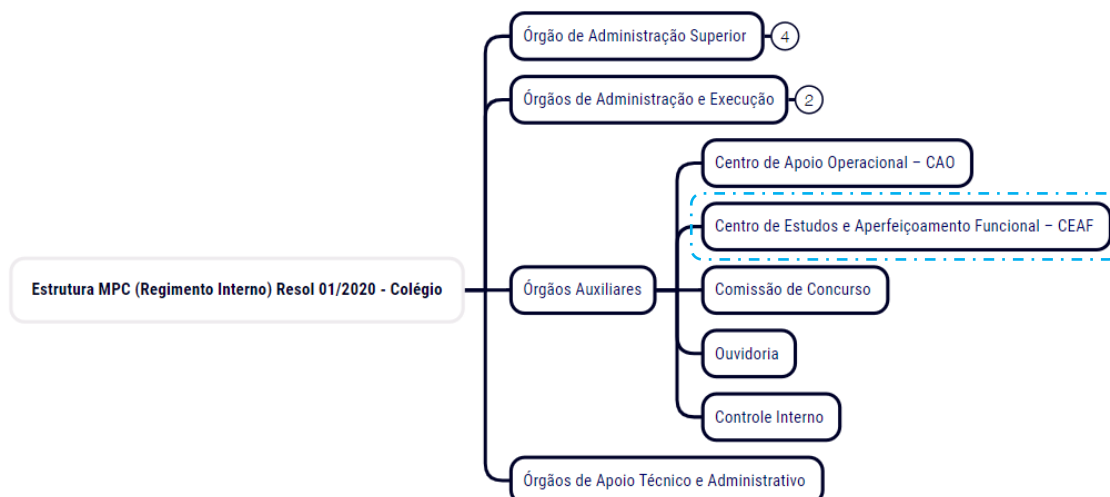
11.1.1. Atribuições e competências do CEAF

Conforme estabelece o artigo 3º da Resolução nº 06/2023/MPC/PA – Colégio, de 17/02/2023 (*Dispõe sobre a organização, sobre as atribuições e sobre o funcionamento do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)*), compete ao CEAF como órgão auxiliar do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, promover cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos, publicações e congêneres, visando ao aprimoramento cultural, profissional e funcional dos membros e servidores da Instituição, bem como à melhor execução de seus serviços e à otimização, disponibilização, utilização e operacionalidade dos recursos materiais, tecnológicos, humanos e financeiros do órgão, para o melhor desempenho das funções institucionais, inclusive através da capacitação de outros agentes públicos e da sociedade civil em geral. Além destas competências, outras podem ser acessadas no documento completo [aqui](#).

11.1.2. Posição do CEAF na estrutura organizacional do MPC/PA

Conforme ilustrado na Figura 24 – Recorte da estrutura organizacional do MPC/PA, a Estrutura Geral do MPC/PA é composta de Órgão de Administração Superior, Órgão de Administração e Execução e Órgãos Auxiliares, estando o Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF neste último.

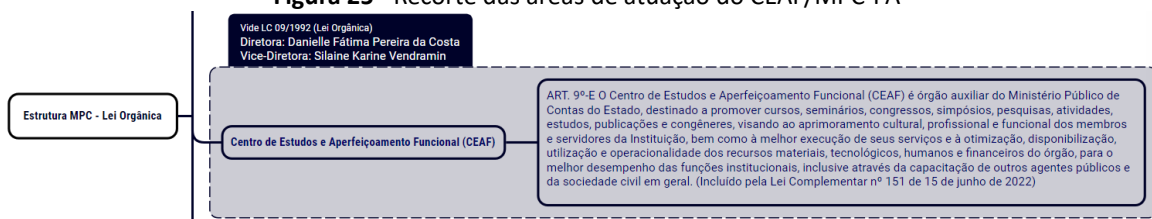
Figura 24 – Recorte da estrutura organizacional do MPC/PA



Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

Conforme ilustrado na Figura 25 – Recorte das áreas de atuação do CEAF/MPC-PA, é um órgão auxiliar voltado para a promoção do desenvolvimento dos servidores e membros do MPC, visando assim o alinhamento dos interesses institucionais.

Figura 25 –Recorte das áreas de atuação do CEAF/MPC-PA



Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

11.2. Ações/Atividades realizadas pelo CEAF em 2023

11.2.1. Ações de Capacitação

O CEAF como centro responsável pela promoção do desenvolvimento de membros e servidores do MPC /PA efetivou, em 2023, a emissão de **1.196** (mil e cento e noventa e seis) certificados, conforme domostrado na Tabela 30 – Eventos de desenvolvimento/capacitação realizados pelo CEAF, quantitativo esse que resultou em 90,33% de qualificação, superando a meta estabelecida de realizar 60% dos cursos previstos.

Tabela 30 – Eventos de desenvolvimento/capacitação realizados pelo CEAF

Tipo	Quantidade	Inscritos	Concluintes	Índice % de Capacitação
Cursos de Desenvolvimento Genérico	07	329	309	93,9
Cursos de Desenvolvimento Técnico	06	492	461	93,7
Cursos de Desenvolvimento Gerencial	12	503	415	82,5
Total	25	1.324	1.196	90,3

Fonte: Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF (2024)

11.2.2. Informativo de Cursos Autoinstrucionais em 2023

Os três informativos de cursos da Tabela 31 – Informativo de Cursos visaram informar os servidores sobre as diversas oportunidades de treinamento disponíveis em 2023. Em cada uma dessas publicações, o CEAF disponibilizou um compilado de informações sobre cursos, oficinas e palestras, gratuitamente oferecidos por diversas instituições públicas e privadas.

Tabela 31 – Informativo de Cursos

Tipo	Quantidade de Cursos	Carga Horária
Informativo nº 12, de 18 de abril de 2023	13	253
Informativo nº 13, de 25 de agosto de 2023	16	301
Informativo nº 14, de 15 de dezembro de 2023	17	370
Total	46	924

Fonte: Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF (2024)

11.2.3. Programa de Mestrado Profissional em Direito e Desenvolvimento da Amazônia – PPGDDA/UFPA.

O Programa de Mestrado Profissional em Direito e Desenvolvimento da Amazônia (PPGDDA/UFGA) tem o objetivo de propiciar a pesquisa aprofundada nas áreas de interesse institucional, conforme descreve o §4º do art. 19 da Resolução nº06/2023 – MPC/PA – Colégio.

Tabela 32 – Seleção dos servidores para programa de mestrado em direito

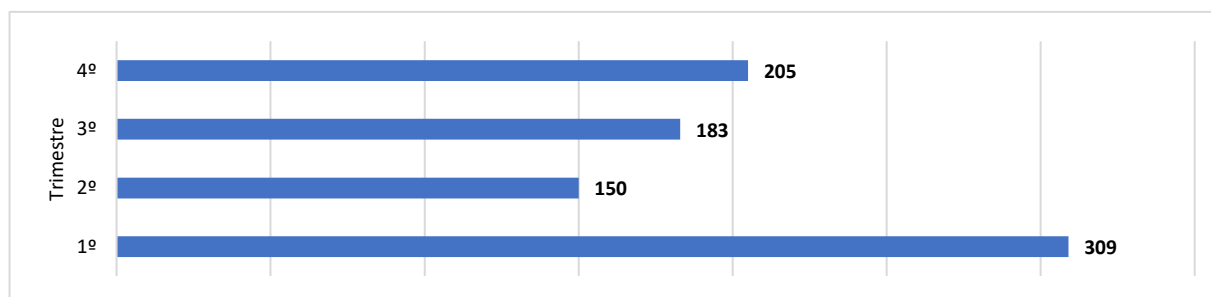
Tipo	Vagas Ofertadas	Vagas Preenchidas	%
Seleção Complementar de Discente – 03/2023	2	2	100,0
Seleção de Discente – 04/2023	1	1	100,0
Total	3	3	100,0

Fonte: Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF (2024)

11.2.4. Volume processos e procedimentos *(Elaboração de estudos e planos, monitoramento e avaliação de Pertinência temática)*

De acordo com o artigo 4º da Resolução nº 06/2018 – MPC/PA – Conselho, alterada pela Resolução nº 15/2023 - MPC/PA – Conselho, que regulamenta a quota da Gratificação de Desempenho e Produtividade – GDP referente à participação em cursos, eventos e treinamentos relacionados com as atividades administrativas ou de controle externo; uma das competências do CEAF é a análise e opinião quanto à pertinência programática dos cursos para fins de obtenção da quota de Gratificação de Desempenho e Produtividade – GDP, por isso **847** processos foram analisados no ano de 2023, conforme distribuição por trimestre que pode ser visualizado no Gráfico 13 – Quantidade de processos tramitados no CEAF em 2023.

Gráfico 13 – Quantidade de processos tramitados no CEAF em 2023



Fonte: Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF (2024)

11.3. Resultados obtidos e oportunidades de melhoria

Resultados/êxitos	Oportunidades de melhorias
Divulgação de todos os informativos planejados;	Manter parceria com a UFGA para oferta de vagas de mestrado
Preenchimento de 100% das vagas dos mestrados em direito;	Realizar 100% dos cursos planejados no Plano Anual de capacitação
Disponibilização/execução de 25 cursos contratados diretamente pelo Centro;	Realizar a meta no indicador estratégico de 60% de cursos estabelecidos no Plano Anual de Capacitação
Alcance do índice geral de capacitação acima de 90% ;	Implementar os sistemas de apoio à aprendizagem (Ex.Moodle e Sigaa)
Manteve-se o mínimo de 45 horas anuais de treinamento por servidor;	Contratação das trilhas de aprendizagem.
	1 Estagiário
	Divisão adequada das tarefas entres os servidores lotados no centro.

	Espaço e mobília adequados para realização de eventos de capacitação, bem como uma sala de treinamento com computadores.
	Material de expediente (Pasta, canetas e etc.) para os eventos promovidos pelo CEAF.

12. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL (CAO)

12.1. Sobre o CAO

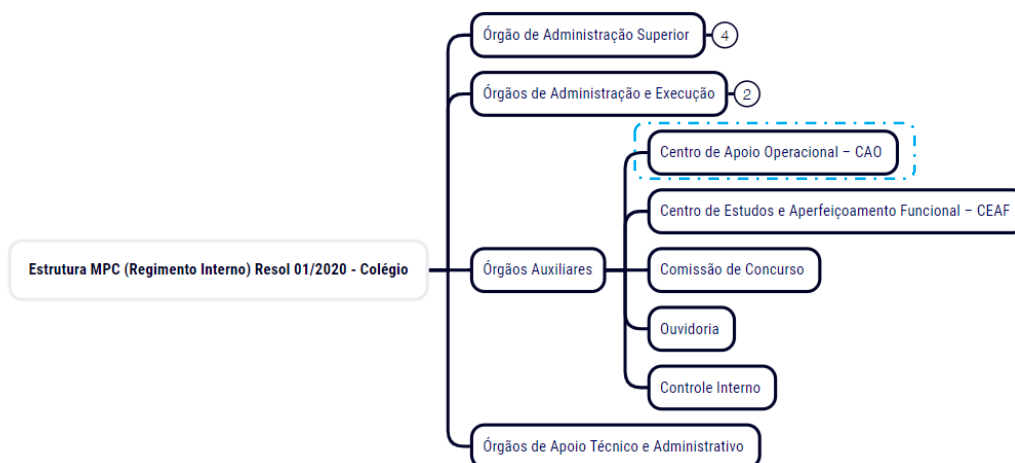
12.1.1. Atribuições e competências da CAO

Conforme estabelece o artigo 9-D da Lei complementar 09 de 27/01/1992 (*Lei Orgânica*), e o artigo 31 da Resolução nº 01/2020 – MPC/PA – Colégio de 07/03/2020 (*Regimento Interno*), dentre as suas competências está a de subsidiar, com elementos técnico-especializados, através de pesquisas, relatórios, gráficos, coletas de dados, análises técnicas e outros meios afins, as Procuradorias de Contas para melhor desempenho das atividades do Ministério Público de Contas. Além desta, outras podem ser acessadas no documento completo [aqui](#).

12.1.2. Posição do CAO na estrutura organizacional do MPC/PA

Conforme ilustrado na Figura 26 – Recorte da estrutura organizacional do MPC/PA, a Estrutura Geral do MPC/PA é composta de Órgão de Administração Superior, Órgão de Administração e Execução e Órgãos Auxiliares, estando o Centro de Apoio Operacional – CAO neste último.

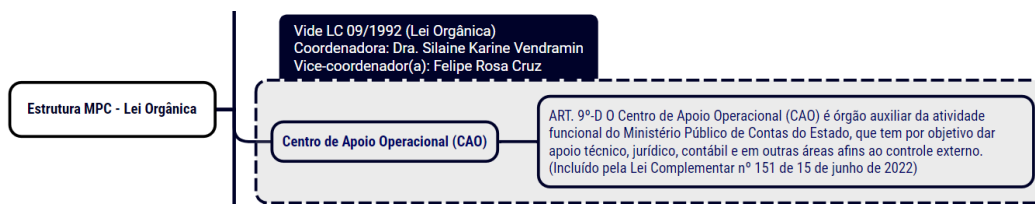
Figura 26 – Recorte da estrutura organizacional do MPC/PA



Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

Como órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público de Contas, que tem por objetivo dar apoio técnico, jurídico, contábil e em outras áreas afins ao controle externo, conforme ilustrado na Figura 27 –Recorte das áreas de atuação do CAO/MPC-PA, a seguir.

Figura 27 –Recorte das áreas de atuação do CAO/MPC-PA



Fonte: Elaboração própria/DIP (2024) com base em documentos institucionais (2024)

12.2. Considerações iniciais

O presente relatório de atividades apresenta a análise das ações desempenhadas por este Centro de Apoio Operacional (CAO) no exercício de 2023, com base no Plano Bial de Gestão (2019-2024) do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA) – instrumento voltado à definição das ações e das metas a serem planejadas, organizadas e perseguidas pela Administração deste *Parquet*, na correspondente gestão, nos termos da Resolução nº 18/2018 – MPC-PA – Colégio, de 04 de dezembro de 2018 e revisado no final de 2021 pela Resolução nº 07/2021 – MPC-PA – Colégio, de 06 de dezembro de 2021 e no Plano de Ação do CAO.

O referido relatório está em observância ao disposto no art. 31, inciso I, 32, V e 33, I e III da Resolução nº 01/2020 – MPC/PA – Colégio, que trata das atribuições do Centro de Apoio Operacional

12.2.1. Fonte do relatório de atividades

O relatório de atividades teve como fontes o Plano Estratégico – 2019-2024 do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA), Plano Bial de Gestão – 2022-2024 do MPC-PA, o Plano de Ação, o Programa de Trabalho e a Relação de Atividades deste Centro de Apoio Operacional (CAO).

12.2.2. Alinhamento às atividades institucionais do MPC/PA

No intuito de posicionar o CAO como setor estratégico de inteligência criativa e assessoramento institucional do MPC-PA, é apresentado o alinhamento do Centro de Apoio Operacional.

12.2.2.1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030

Inicialmente, destaca-se que este Centro de Apoio Operacional (CAO) está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ou Objetivos Mundiais para o Desenvolvimento Sustentável), que são uma coleção de 17 metas globais, estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas e, também, são parte da Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas: "Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

Inicialmente, destaca-se que este Centro de Apoio Operacional (CAO) está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ou Objetivos Mundiais para o Desenvolvimento Sustentável), que são uma coleção de 17 metas globais, estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas e, também, são parte da Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas: "Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

Especificamente, o CAO alinha-se ao **Objetivo 16:**

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Nesse contexto, considerando a relação entre os objetivos e as metas, o CAO notadamente se empenha em cumprir e alcançar as seguintes metas:

16.6 *Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;*

16.10 *Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.*

Ao realizar cotidianamente o monitoramento das ações do Governo Estadual através da triagem no Diário Oficial do Estado (DOE), a avaliação da transparência dos órgãos e entidades do Pará, a fiscalização dos contratos, convênios e demais instrumentos que disciplinam a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado, o CAO se figura como departamento estratégico ao contribuir para o favorecimento da atuação das Procuradorias que integram o MPC-PA em matéria de transparência pública e fiscalização do uso e aplicação dos recursos públicos.

O desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes (interna e externamente), o acesso público à informação e a proteção das liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional, nos moldes das metas do Objetivo 16 dos ODS, é reflexo da atuação pragmática, constante e dinâmica do Centro de Apoio Operacional do Parquet Paraense. O debate e a reflexão diária realizada pelos seus integrantes em torno de temas, decisões e ocorrências afetas ao mister do MPC-PA, exprimem o compromisso do CAO com a defesa da ordem jurídica, por meio do exercício do controle externo, para a correta e efetiva aplicação dos recursos públicos estaduais em prol da sociedade e para a boa gestão do dinheiro público.

Tais metas refletem o compromisso da ONU e seus parceiros no Brasil para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Ministério Público de Contas do Estado do Pará está na esteira dos 17 ODS, os quais espelham desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo.

12.2.2.2. Regimento Interno do MPC/PA

Quanto ao Regimento Interno do MPC-PA, o Centro de Apoio Operacional é classificado como órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público de Contas, e tem por objetivo dar apoio técnico, jurídico, contábil e em outras áreas afins ao controle externo.

12.2.2.3. Plano Estratégico 2019-2024 (Resolução Nº 18/2018)

O Plano Estratégico dispõe dos elementos fundamentais em que se baseia o Planejamento Estratégico de uma organização, composto por:

Missão institucional: *é a razão de ser da instituição, informando o que a organização faz, por que faz, para quem faz e qual impacto espera produzir no destinatário.*

Visão de futuro: *indica onde a organização pretende chegar.*

Valores: *representam os princípios que norteiam as ações e a conduta da organização.*

O MPC-PA, por meio do seu Plano Estratégico (2019-2024), estabeleceu como missão: A defesa da ordem jurídica, por meio do exercício do controle externo, para a correta e efetiva aplicação dos recursos públicos estaduais em prol da sociedade; e como visão: Ser reconhecido pela sociedade como instituição ministerial de contas autônoma e indispensável ao exercício do controle externo que contribui efetivamente para a boa gestão dos recursos públicos.

O CAO se alicerça na missão, na visão e nos valores que orientam a atuação proativa deste Parquet de Contas, de modo que conduz ações com vistas a contribuir com os processos de melhoria da prestação de serviços ao cidadão, subsidiando as atividades funcionais do MPC-PA com compromisso republicano, ímpeto democrático e conduta exemplar e pragmática no âmbito da gestão pública paraense.

12.2.2.4. Plano de Gestão 2022-2024

O Plano Bienal de Gestão do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA) é o instrumento voltado à definição das ações e das metas a serem planejadas, organizadas e perseguidas pela Administração do MP de Contas paraense durante a gestão correspondente da Procuradoria-Geral de Contas.

O Plano de Gestão é estruturado em objetivos estratégicos, ações estratégicas, iniciativas e contextos. O CAO, nesse contexto, se insere no objetivo estratégico: FORTALECER O RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL, através da ação estratégica: Firmar cooperação com órgãos de controle e instituições, visando contribuir para o aprimoramento da gestão das políticas públicas, iniciativa 11: Verificar, junto ao CAO e às Procuradorias de Contas, se há necessidade de obtenção de informação, e, caso positivo, buscar a ampliação da capilaridade do MPC no Estado do Pará através da celebração de Termo(s) de Cooperação.

Além da mencionada acima, há o alinhamento à ação estratégica: Elaborar agenda de atuação pedagógica em conjunto com órgãos de controle, com foco na educação e na cidadania, iniciativa 12: Elaborar agenda de atuação pedagógica para o biênio 2022- 2024 em conjunto com órgãos de controle, com foco na educação e na cidadania; Nesse contexto: com a atualização dos produtos voltados para a atuação pedagógica/educativa promovida pelo Centro de Apoio Operacional - CAO (iniciativa 07).

Outro objetivo estratégico que se relaciona ao CAO é: FOMENTAR A TRANSPARÊNCIA E CONTRIBUIR PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, por meio da ação estratégica: Elaborar relatório de acompanhamento da transparência para subsidiar a atuação finalística das Procuradorias de Contas, iniciativa 04: Elaborar relatórios de acompanhamento da transparência através de coleta de dados em Portais de Transparência. Nesse contexto, os relatórios de acompanhamento da transparência são produtos consolidados do CAO que buscam levantar informações que subsidiem, no fomento à transparência e ao aprimoramento da gestão pública, a atuação das Procuradorias de Contas.

Finalmente, a ação estratégica: APRIMORAR O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL, por meio da elaboração do plano de aprimoramento do CAO, com foco em acesso a sistemas, desenvolvimento de soluções de TI, capacitação, aquisição de equipamentos e consolidação dos produtos da atuação proativa, representa a oxigenação e o caráter dinâmico da sua atuação.

12.2.2.5. Plano de Aprimoramento do CAO (2022-2023)

A respeito da implementação do Plano de Aprimoramento do CAO, destaca-se que as ações estabelecidas para o exercício de 2023 foram alinhadas e realizadas com base no referido plano.

Acerca da estrutura operacional, sobre a capacitação continuada dos servidores do CAO, foram elaborados requerimentos de cursos e treinamentos ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, englobando as áreas de auditoria, direito, controle externo, políticas públicas, licitações e contratos e sistemas como o SIGPLAN e Business Object (BO).

A respeito do plano de treinamento dos servidores do CAO, destaca-se que esta atribuição ficou a cargo do CEAF, o qual ficou responsável pela elaboração do plano geral de capacitação dos servidores do MPC, considerando as especificidades de cada departamento do órgão.

12.3. Ações/Atividades realizadas pelo CAO em 2023

12.3.1. Escopo da atuação do CAO em 2023

Quadro 24 – produtos/ações previstas e realizadas pelo CAO em 2023



Item	Produto/Ação	Previsto	Realizado (<i>status</i>)
Radar das contratações	Boletim Radar das Contratações	50 previstos	50 realizados
Radar dos convênios	Boletim Radar dos Convênios	Publicação semestral	Realizado (1º semestre)
Radar dos termos de fomento	Boletim Radar dos Termos de Fomento	Publicação semestral	Realizado (1º semestre)
Banco de jurisprudência (TCU)	Documento Banco do TCU	Publicação semanal	46 realizados
Banco de jurisprudência (STF e STJ)	Documento Banco do STF e STJ	Publicação mensal	24 realizados
Banco de jurisprudência (TCE)	Documento Banco do TCE	Publicação semestral	Realizado (1º semestre)
Boletim Ministerial	Documento Boletim Ministerial	Publicação trimestral	4 realizados
Estudos Técnicos	Documento Estudo Técnico	Semestral	3 realizados (OSS, Obras paradas e Convênios)
Relatório Portal da Transparência	Documento Relatório de Transparência	Critério da Assessoria Técnica/Processos Recebidos (10). No mínimo 5/ano	15 realizados (FCP, NGPR, PMPA, SEAP, SECULT, SEDAP, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEGUP, SEFA, SEMAS, SESP, UEPA)
Notas Técnicas / Processos PAP	Processos recebidos	Sob demanda	23 realizados
Relatório de Acompanhamento do PPA	Relatório de Acompanhamento	Critério da Assessoria Técnica (1)	1 realizado

Levantamento para as Contas de Governo	Levantamento Técnico	Critério da Assessoria Técnica	Não demandado
Monitoramento das Renúncias Fiscais	Planilha de Monitoramento das Renúncias Fiscais	Diário	Realizado
Boletim de Renúncia Fiscal	Documento Boletim de Renúncia Fiscal	Anual	Realizado
Cartilha Pedagógica	Documento Cartilha Pedagógica	1 (Prestação de Contas de Convênio). 1/ano	Realizado
Informativos do MPC para jurisdicionados	Documento Informativos do MPC	Produto novo*	5 Realizados
Acordo/Convênios	Participação / Proposta	-	Acordo de Coop. c/ CGE/PA; Acordo com TJPA: 1ª Infância; Acordo de Coop. c/ CNPGC/MAPBIOMAS; Acordo de Coop. c/ TCM/PA - Sist. Argus; Acesso à informações/banco de dados MPContas

Fonte: CAO/MPC-PA (2024)

12.3.2. Metas previstas pelo CAO (2022-2023)

Quadro 25 – status de execução dos produtos/ações previstas pelo CAO em 2023

Ano	Ações previstas	Ações realizadas	% execução	Status
2022	131	133	101,53	
2023	146	177	121,23	

Fonte: CAO/MPC-PA (2024)

12.4. Resultados obtidos e oportunidades de melhoria

Resultados/êxitos	Oportunidades de melhorias
O CAO entregou 177 produtos em 2023 (sendo 31 a mais do que o previsto)	Otimizar a divulgação/disponibilização dos produtos/publicações
10 Relatórios de avaliação de Transparência Pública dos órgãos estaduais previstos. Foram realizados 15 no total	Estabelecer maior frequência de reavaliação, assim como continuar com ações junto aos órgãos avaliados
Previsão de Realização de 2 Estudos Técnicos. Foram realizados 3 no total.	Avaliar a adequação dos temas dos estudos às principais finalidades das procuradorias
Participação do CAO nos Acordos de Cooperação do MPC	Avaliar melhor adequação e participação efetiva nas discussões relacionadas temas aos acordos de cooperação
Levantamento de obras paralisadas de escolas estaduais/obras do PAC	Possibilidade de dar continuidade/acompanhamento nas ações propostas pela SEDUC

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o ano de 2023, o Ministério Público de Contas do Estado do Pará colecionou significativos avanços, visando, sempre, a melhoria da sua capacidade de atendimento e da qualidade dos serviços prestados à população. Dentre as principais realizações é possível destacar:

i) **Expansão Física do Órgão:** no ano de 2023, o MPC/PA, ao concluir com sucesso a aquisição de uma nova sede, onde atualmente estão lotadas as Procuradoria de Contas, avançou significativamente em seu processo de expansão. O local foi criteriosamente selecionando visando facilitar o acesso da população e otimizar a logística interna, bem como garantir atendimento aos padrões de segurança, acessibilidade e conforto exigidos.

ii) **Ampliação da Infraestrutura Tecnológica:** foram realizados investimento na modernização da infraestrutura tecnológica, incluindo a instalação de novos servidores, redes de comunicação, sistemas informatizados e aparato de segurança, com o objetivo de prestar suporte ao aumento da demanda decorrente da expansão física.

iii) **Convocação de Servidores Aprovados em Concurso Público:** no ano de 2023, assim como durante o ano de 2022, foi dada continuidade ao processo de fortalecimento do quadro de servidores do órgão, por meio da convocação de candidatos aprovados em concurso público. Por intermédio de uma análise criteriosa das necessidades de pessoal de cada setor do órgão, foram identificadas áreas prioritárias para a convocação, que ocorreu de forma gradativa e sempre observando a disponibilidade orçamentária para custeio de pessoal.

iv) **Capacitação de membros e servidores:** no decorrer do ano de 2023, o MPC/PA promoveu consideráveis investimentos em programas de capacitação, visando garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

v) **Atualização dos Procedimentos Licitatórios para a Nova Lei de Licitações:** atuando na vanguarda da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), o MPC/PA uma revisão e atualização dos procedimentos licitatórios adotados, com o objetivo de garantir a conformidade com as novas disposições legais e promover uma maior transparência e eficiência nos processos de contratação pública. Ao promover uma detalhada revisão da legislação interna do órgão, foram identificando os pontos que necessitavam de ajustes para se adequarem às novas exigências da legislação vigente.

Feitas tais considerações, é possível concluir que o Ministério Público de Contas do Estado do Pará, no decorrer do ano de 2023, demonstrou sólido compromisso com a melhoria contínua da prestação dos serviços à sociedade. As ações listadas no corpo da presente exposição descortinam, de modo candente, o empenho em promover uma gestão pública eficiente, transparente e voltada ao cumprimento do mister constitucional de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais indisponíveis, para construção de uma sociedade livre, equitativa, justa e solidária.

REFERÊNCIAS

ESTADO DO PARÁ. **Lei Complementar nº 09, de 27 de janeiro de 1992**: Lei Orgânica do Ministério Público de Contas do Estado do Pará. Belém, 1992.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ. **Resolução n. 01/2020**: Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado do Pará. Belém, 2020.

_____. **Resolução n. 06/2023/MPC/PA – Colégio**: Dispõe sobre a organização, sobre as atribuições e sobre o funcionamento do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público de Contas do Estado do Pará. Belém, 2020.

_____. **Portaria n. 046/2022/MPC/PA**: Redefine o Quadro de Organização Estrutural dos órgãos e serviços de apoio técnico e administrativo do Ministério Público de Contas do Estado do Pará e dá outras providências. Belém, 2022.

ANEXO I – AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PLANO PLURIANUAL (exercício 2023)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS
DOS PROGRAMAS DO PPA 2020-2023

Exercício 2023

LISTA DE SIGLAS

PPA – Plano Plurianual

LOA – Lei Orçamentária Anual

LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias

DFIN – Departamento de Finanças e Orçamento

DIP – Departamento de Inovação e Planejamento

DACC – Departamento de Aquisições Compras e Convênios

DADM – Departamento Administrativo

DGP – Departamento de Gestão de Pessoas

SECPRO – Secretaria Processual

DECOM – Departamento de Comunicação

DTIT – Departamento de Tecnologia e Telecomunicações

ASJUR – Assessoria Jurídica

CEAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

CAO – Centro de Apoio Operacional

NLLC - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

PCA – Plano de Contratações Anual

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6
2. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO – DEFESA DA ORDEM JURÍDICA NO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO	6
3. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PLANO PLURIANUAL (Exercício 2023)	8
3.1. OBJETIVO: Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais	8
3.1.1. AÇÃO 8957 – Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo.....	11
3.1.2. AÇÃO 8757 – Implementação das Ações de Publicidade Institucional do MPC-PA.....	18
3.2. OBJETIVO: Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI) do MPC-PA	20
3.2.1. AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI do MPC-PA.....	22
3.2.2. AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI do MPC-PA	25
3.3. OBJETIVO: Viabilizar a Gestão Administrativa do MPC-PA	26
3.3.1. AÇÃO 8749 - Assistência Médica e Odontológica do MPC-PA.....	27
3.3.2. AÇÃO 6004 - Concessão de Auxílio Alimentação do MPC-PA	28
3.3.3. AÇÃO 8748 - Capacitação de Membros e Servidores do MPC-PA	28
3.3.4. AÇÃO 8753 - Implementação de Ações de Infraestrutura Predial do MPC-PA.....	30
3.3.5. AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas do MPC-PA.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
Anexo I – Quadro-resumo da avaliação física e financeira das ações do programa temático (exercício 2023)	34
Anexo II – Quadro-resumo da avaliação física e financeira das ações do programa temático (exercício 2022)	35
Anexo III – Quadro-resumo da avaliação física e financeira das ações do programa temático (exercício 2021)	36
Anexo IV – Quadro-resumo da avaliação física e financeira das ações do programa temático (exercício 2020)	37

APRESENTAÇÃO

A Constituição Federal brasileira estabeleceu e aprimorou os instrumentos de planejamento e orçamento que sustentam a ação estatal, provendo os meios para a concretização dos direitos dos cidadãos e a manutenção do Estado Democrático de Direito. Um deles, talvez o mais relevante, é o Plano Plurianual (PPA). Com duração de quatro anos e uma estrutura que envolve não apenas valores orçamentários, mas também produtos e metas físicas em cada Ação, é no PPA que estão os meios para a efetivação dos planejamentos estratégicos de cada órgão e entidade pública, de cada ente e da nação.

No Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA), é muito clara a ligação do PPA com os objetivos estratégicos do órgão e com os resultados esperados para o órgão autônomo que defende a ordem jurídica no sistema de controle externo. As Ações ali presentes refletem esses objetivos tanto formalmente, em seus títulos, quanto materialmente, em seu conteúdo de produtos e valores.

Em cumprimento ao artigo 52 da Lei 9.649/2022, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 do Estado do Pará, e aos princípios da publicidade e transparência, o MPC-PA apresenta o Relatório de Avaliação dos Resultados dos Programas do PPA 2020-2023, referente ao exercício 2023, compilando as principais informações relativas à consecução de seu mister institucional.

O presente documento mostra, então, os resultados físicos e financeiros do Programa “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo” fixado no PPA 2020-2023 do Estado do Pará, quanto ao ano de 2023, e tem por objetivo a constante avaliação dos processos implementados no órgão, bem como a prestação de contas das atividades desempenhadas pelo órgão ministerial de contas estadual.

Prestando contas à sociedade paraense dos seus recursos aplicados no Ministério Públicos de Contas estadual, ela poderá verificar os resultados advindos por meio da prestação de serviços e da atuação diária e exitosa do MPC-PA na defesa da correta execução do orçamento estadual, do equilíbrio fiscal e da efetivação das políticas públicas.

Patrick Bezerra Mesquita
Procurador-Geral de Contas
Biênio 2022-2024

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento anual do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (UG **370101**) para o exercício financeiro de 2023 fixou a Despesa em **R\$ 59.135.142**, que, após as alterações ocorridas durante o exercício, foi reduzido para **R\$ 57.978.516**, dos quais foram empenhados **R\$ 55.136.438**. Assim, apresentou um saldo não mobilizado de **R\$ 2.842.079** sem, entretanto, deixar de atender as necessidades do órgão, dentro dos ditames legais, conforme demonstrado na Tabela 1 - Execução orçamentária do MPC-PA 2023 (em R\$).

Tabela 1 - Execução orçamentária do MPC-PA 2023 (em R\$)

Especificação	UG: 370101
ORÇAMENTO INICIAL	59.135.142,00
(+) Suplementações	9.401.336,00
(-) Cancelamento de Dotação	9.401.336,00
(+) Movimento de Crédito	0
(-) Contenção de crédito	1.156.625,73
(=) Autorização Final	57.978.516,27
(-) Valor Empenhado	55.136.437,68
(=) Crédito Orçamentário Disponível (Economia Orçamentária)	2.842.078,59

Fonte: DFIN (2024).

2. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO – DEFESA DA ORDEM JURÍDICA NO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO

O programa temático “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo” engloba todas as ações necessárias à consecução das competências do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, conforme disposto nos arts. 1º e 11 da Lei Complementar Estadual nº 09, de 27 de janeiro de 1992 (Lei Orgânica do MPC-PA), atualizada pela Lei Complementar Estadual nº 106, de 21 de julho de 2016 e pela Lei Complementar nº 151 de 15 de junho de 2022.

As ações planejadas para o período referem-se tanto à viabilização da infraestrutura e dos recursos necessários à operacionalização das atividades finalísticas, quanto à valorização e capacitação dos recursos humanos (membros e servidores) disponíveis, chegando até à atuação preventiva e pedagógica com atividades voltadas diretamente à sociedade.

A avaliação das ações que compõem o programa leva à conclusão de que o resultado foi positivo, com o atendimento das principais metas de forma eficiente e com economia de recursos do erário estadual. Os resultados de maior destaque em 2023 foram:

- Análise e emissão de parecer em **3.793 processos** oriundos do TCE-PA, incluindo processos novos e retornos;

- Com as alterações normativas internas ocorridas em 2022, que substituiu os Procedimentos Apuratórios Preliminares (PAP's) e as Notícias de Fato (NF's) pelos Procedimentos Informativos (PI's), Procedimentos Preliminares (PP's) e pelos Procedimentos de Acompanhamento (PA's), foram realizados **21** procedimentos de Atuação Proativa (processos administrativos internos de fiscalização);
- Encaminhamento (com todo o subsídio necessário) para cobrança, por parte da PGE-PA, de um lote contendo **186** acórdãos, no valor histórico global de **R\$ 57.611.957,73**, além de multas, no montante nominal de **R\$ 1.158.855,16**;
- Realização da **terceira** temporada do programa “Diálogos com o MPC-PA”, com **01** episódio, com o intuito de atender **ao objetivo** estratégico do órgão de “*estimular o controle social e a participação da sociedade nas ações de controle externo*”
- Realização do **II Seminário MP de Contas e Sociedade**, com a capacitação de cerca de **400** agentes públicos de diversos órgãos do estado do Pará e de outros estados na temática “federalismo e renúncia fiscal”, através da promoção do debate entre renomados especialistas do controle externo brasileiro, da comunidade jurídica e da academia, sobre a perspectiva da política fiscal no país e de seus reflexos na execução de políticas públicas voltadas à sociedade, em áreas como, saúde, educação, arrecadação e segurança;
- Lançamento da **Revista do Ministério Público de Contas do Estado do Pará**, com periodicidade semestral, confeccionada com o apoio da Editora Forum e que reuniu trabalhos científicos e pareceres de grande interesse e repercussão na atualidade do controle externo nacional;
- Capacitação e valorização dos membros e servidores da casa para cumprimento de suas atribuições de forma mais célere e eficiente.

Esse programa temático é formado por 03 objetivos, que, por sua vez, desdobram-se em 09 ações, além de 01 indicador de resultado e 01 indicador de processo, conforme demonstrados no Quadro 1 – Programa temático, indicadores e objetivos abaixo.

Quadro 1 – Programa temático, indicadores e objetivos

PPA 2020 – 2023 MPC-PA					
PROGRAMA TEMÁTICO (do PPA Estadual):		Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais			
DIRETRIZ:		Gestão Pública Presente			
INDICADOR DE RESULTADO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA			UNIDADE DE MEDIDA 2023
		ÍNDICE	ANO	FONTE	
Quantidade de Procedimentos Apuratórios Autuados	Unidade	12	12/2018	CAO	12
INDICADOR DE PROCESSO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA			UNIDADE DE MEDIDA 2023
		ÍNDICE	ANO	FONTE	
Percentual de Processos nos quais o MPC atua como Custos Legis com Permanência igual ou inferior a 15 dias	%	-	-	Sec Processual	80%

OBJETIVO
Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais
Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)
Viabilizar a Gestão Administrativa

Fonte: SEPLAD/Lei 8.966/2019(PPA 2020-2023).

3. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PLANO PLURIANUAL (Exercício 2023)

A seguir os objetivos, as ações e os indicadores serão descritos, analisados e avaliados quanto aos resultados alcançados.

3.1. OBJETIVO: Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais

Esse é o objetivo mais diretamente relacionado aos objetivos estratégicos finalísticos e às atribuições legais do MPC-PA, cujas competências estão delineadas nos arts. 1º e 11 da Lei Complementar Estadual nº 09, de 27 de janeiro de 1992 (Lei Orgânica do MPC-PA), atualizada pela Lei Complementar Estadual nº 106, de 21 de julho de 2016 e pela Lei Complementar nº 151 de 15 de junho de 2022, *in verbis*:

[...]

Art. 1º - Ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará, compete promover e fiscalizar o cumprimento e a guarda da Constituição e das Leis, no que se referir à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, da competência do Tribunal de Contas do Estado.

[...]

Art. 11 - Ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará, compete:

I - promover a defesa da ordem jurídica, guardando a Constituição e as Leis, fiscalizando sua execução, requerendo perante o Tribunal de Contas do Estado as medidas e providências do interesse da Justiça, da Administração e do Erário Público, bem como outras definidas em Lei ou que decorram de suas funções;

II - fazer-se representar nas sessões do Tribunal de Contas do Estado e dizer do direito, oralmente ou por escrito, sobre os assuntos sujeitos à apreciação do Tribunal, sendo obrigatória a sua audiência nos atos de admissão de pessoal, concessão inicial de aposentadoria, pensão, reforma, prestação ou tomada de contas e outros que a Lei indicar;

III - promover junto à Procuradoria Geral da Fazenda Estadual ou a qualquer outro órgão indicado por Lei, o ressarcimento devido ao Erário Público pelos débitos e multas fixados pelo Tribunal;

IV - interpor os recursos permitidos em Lei;

V - executar as competências previstas nesta Lei ou em outros diplomas legais.

Diversos são os instrumentos de atuação do MPC-PA para o atingimento desse objetivo, quais sejam, dentre outros: a emissão de pareceres nos processos de contas perante o Tribunal

de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), a instauração de procedimentos de atuação proativa (processos administrativos internos de fiscalização), além do constante acompanhamento dos atos de gestão estadual.

Faz-se importante ressaltar que, além dos processos do TCE-PA em que o MPC-PA se manifesta como *custos legis*, pronunciando-se nos autos através de parecer, as atividades do MPC-PA transbordam essa atuação, em direção a uma atuação proativa nas limitações de suas atribuições legalmente estabelecidas.

Com efeito, nos processos que tramitam no TCE-PA, cabe audiência do MPC-PA sempre que o Tribunal Pleno assim decidir e, obrigatoriamente, naqueles relativos a admissões de pessoal (exceto para cargos de livre nomeação), aposentadorias, reformas, pensões, prestações e tomadas de contas, denúncias, representações, gestão fiscal, fiscalização de contratos, inspeções extraordinárias, auditorias especiais e obrigações comuns dos órgãos jurisdicionados; além das contas do Governo do Estado; prestações e tomadas de contas dos auxílios, contribuições ou subvenções concedidas pelo Estado; recursos; pedidos de rescisão; e propostas de medida cautelar, conforme disposto no art. 86 do Regimento Interno da Corte de Contas (Ato nº. 63, de 17/12/2012, com alterações posteriores).

Ademais, outra vertente desse objetivo é estimular o controle social por meio do aumento do alcance das mídias sociais institucionais, utilizando-se, portanto, do “ambiente” virtual no qual a sociedade atual marca presença.

Na sequência, tem-se a avaliação individualizada de cada uma das ações que compõem esse objetivo, conforme Quadro 2 – Objetivo, compromissos regionais e ações seguir:

Quadro 2 – Objetivo, compromissos regionais e ações

OBJETIVO			
Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais			
COMPROMISSO REGIONAL			
Analisar em no máximo 15 dias, 80% dos processos recebidos no ano, até 2023			
Autuar 48 Procedimentos Apuratórios até 2023			
Aumentar em 25% o alcance das redes sociais do MPC até 2023			
AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	ÓRGÃO EXECUTOR
Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo	Processos Custos Legis	Un	MPC-PA
Implementação de Ações de Publicidade Institucional	Publicidade Institucional Implementada	%	MPC-PA

Fonte: SEPLAD/Lei 8.966/2019(PPA 2020-2023).

O exercício de 2023 foi o último ano do PPA 2020-2023. Na análise dos Compromissos Regionais assumidos pelo MPC-PA há quatro anos para o Objetivo de “Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos

Estaduais”, é possível perceber o notório êxito do órgão no atingimento das metas estabelecidas para cada um deles.

Compromisso Regional 1: Analisar em no máximo 15 dias, 80% dos processos recebidos no ano, até 2023

O Compromisso Regional 1 é associado ao objetivo *contribuir para a defesa da ordem jurídica e estimular o controle social no âmbito do controle externo dos recursos estaduais* foi assumido visando a celeridade processual e o cumprimento das regras regimentais dos processos que tramitam perante o Tribunal de Contas do Estado. O resultado obtido superou a meta estabelecida, demonstrando o compromisso do MPC-PA com a eficiência em sua atuação, conforme demonstrado na Tabela 2 – Tempo médio de permanência dos processos recebidos pelo MPC-PA.

Tabela 2 – Tempo médio de permanência dos processos recebidos pelo MPC-PA

Ano	Quantidade média de dias para análise dos processos recebidos pelo MPC-PA
2020	13,61 dias
2021	7,71 dias
2022	9,83 dias
2023	10,97 dias
Média 2020-2023	10,53 dias
Meta	15,00 dias

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do SECPRO/DIRPRO/MPC-PA (2024).

Compromisso Regional 2: Autuar 48 Procedimentos Apuratórios até 2023

O Compromisso Regional 2 está associado à atuação proativa do MPC-PA. Conforme enunciado anteriormente, a atuação do órgão ministerial de contas do estado transborda o rol de processos *custos legis*, abarcando também a instauração de procedimentos apuratórios proativos. Nesse sentido, até 2022, havia os Procedimentos Apuratórios Preliminares (PAP) e Notícias de Fato (NF), os quais, sob a égide da Resolução nº 20/2022 – MPC-PA – Colégio que revogou as resoluções nº 07/2017 e 03/2020, foram substituídos pelos procedimentos: Procedimento Informativo (PI), Procedimento Preliminar (PP) e Procedimento de Acompanhamento (PA), que seguem rito próprio e, portanto, não são condição de procedibilidade para o exercício das demais funções institucionais. Para atender a esse Compromisso Regional, o MPC-PA envidou esforços que superaram a meta, demonstrando o compromisso com a atuação proativa em prol da correta aplicação dos recursos públicos, conforme demonstrado na Tabela 3 – Procedimentos apuratórios autuados longo dos anos do PPA 2020-2023.

Tabela 3 – Procedimentos apuratórios autuados longo dos anos do PPA 2020-2023

Ano	Quantidade planejada	Quantidade executada	% executado
2020	12	28	233,33%
2021	12	17	141,67%
2022	12	47	391,67%
2023	12	21	175,00%
Total	48	113	235,42%

Fonte: Elaboração própria, com base de dados da Corregedoria/DIPRO/MPC-PA (2024).

Com isso, é possível observar que, para além do compromisso regional, a atuação deste *Parquet* de contas superou em **135,42%** do planejado para os 4 anos, com destaque para o ano de 2022 no qual atingiu **391,67%**.

Compromisso regional 3: Aumentar em 25% o alcance das redes sociais do MPC até 2023

Quanto a esse compromisso regional, a partir de 2020 foi possível fazer o acompanhamento do alcance dessas redes sociais, conforme demonstrado na Tabela 4 – Seguidores nas redes sociais e incremento ao longo dos anos.


Tabela 4 – Seguidores nas redes sociais e incremento ao longo dos anos do PPA 2020-2023

Ano	Facebook			Instagram			Total todas as mídias	Incremento	
	Seguidores	Incremento	%	Seguidores	Incremento	%	Seguidores	Total	%
2020	-	-	-	1308	-	-	1308	1308	100%
2021	2102	-	-	2012	704	54%	4114	4114	315%
2022	3300	1198	57%	3289	1277	63%	6589	2475	60%
2023	3400	100	3%	4706	1417	43%	8106	1517	23%
Total	3400	1298	62%	4706	3398	260%	8106	6798	520%

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do DECOM/MPC-PA (2024).

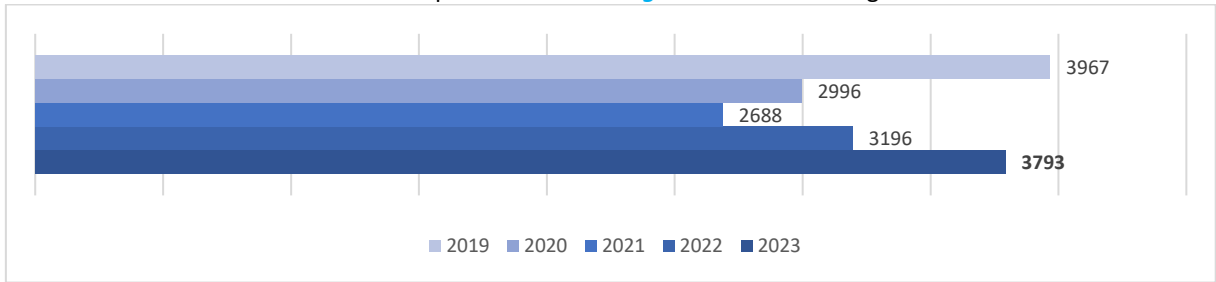
É possível observar que, para além do compromisso regional, apenas nessas duas plataformas/mídias sociais/redes sociais houve um aumento de **520%** ao longo dos anos. Cabe ressaltar, ainda que o MPC-PA conta com outra mídia social de *streaming*, o seu canal no YouTube (@mpcpa) que conta com 273 inscritos.

3.1.1. AÇÃO 8957 – Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO				STATUS
Dotação Atualizada 2023	Execução 2023	Execução financeira (%)	Produto / Unidade de Medida	Programação 2023	Execução 2023	Execução física (%)	
R\$ 42.276.020	R\$ 42.205.344	99,8%	Processos Custos Legis	2.800	3.793	135,5%	

No exercício de 2023, ingressaram **3.793** processos, sendo que **3.035** novos e **758** em caráter de retorno. Esses processos novos representam quase 80% do total dessa demanda, sendo que a maior carga processual ocorreu nos meses de março (390), junho (394) e novembro (389). Destaca-se que a quantidade analisada desse ano fica atrás apenas de 2019, quando comparada a série histórica de todos os anos abrangidos pelo PPA, como pode ser visualizado no Gráfico 1 - Total de processos *custos legis* analisados ao longo dos anos, abaixo.

Gráfico 1 - Total de processos *custos legis* analisados ao longo dos anos

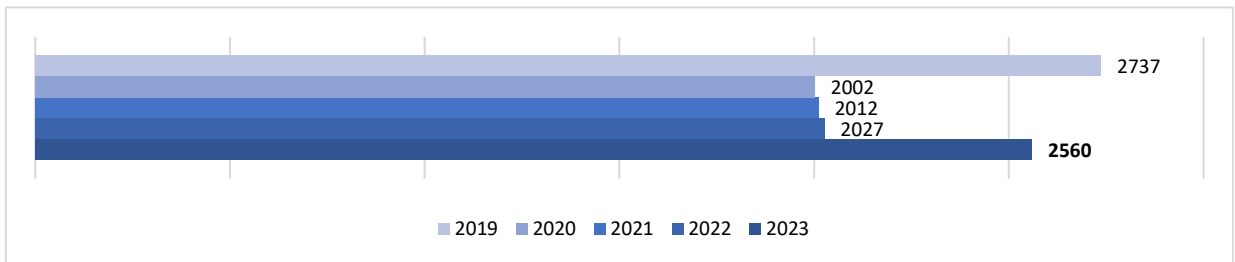


Fonte: Elaboração própria, com base de dados da Corregedoria/DIPRO/MPC-PA (2024).

Essa carga processual representa a atuação *custos legis* deste *Parquet* de contas, em que se classificam em processos de **registro**, processos de **contas**, processos de **fiscalização** e processos de **gestão fiscal**.

A maior carga analisada em 2023 é referente aos processos de **registro** (admissão de pessoal, aposentadoria, reforma e pensão) com 67% do total ou 2.560 processos, em números absolutos, conforme destacado no Gráfico 2 – Volume de processos de registro analisados ao longo dos anos do PPA -2020-2023.

Gráfico 2 – Volume de processos de registro analisados ao longo dos anos do PPA -2020-2023

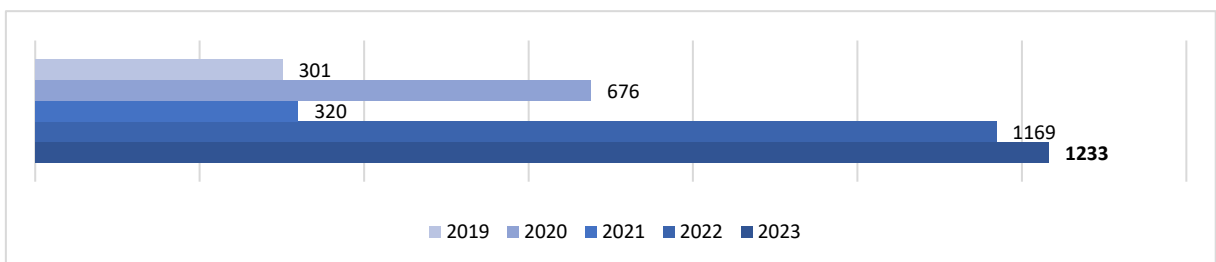


Fonte: Elaboração própria, com base de dados da Corregedoria/DIPRO/MPC-PA (2024).

Desses, cerca de 77% foram processo acerca de **inatividade** e 23% de **admissão** de pessoal, envolvendo **7.601** interessados.

Quanto aos processos **de contas**, foram analisados **1.233** processos, conforme apresentado no Gráfico 3 - Montante analisado nos processos de contas ao longo dos anos.

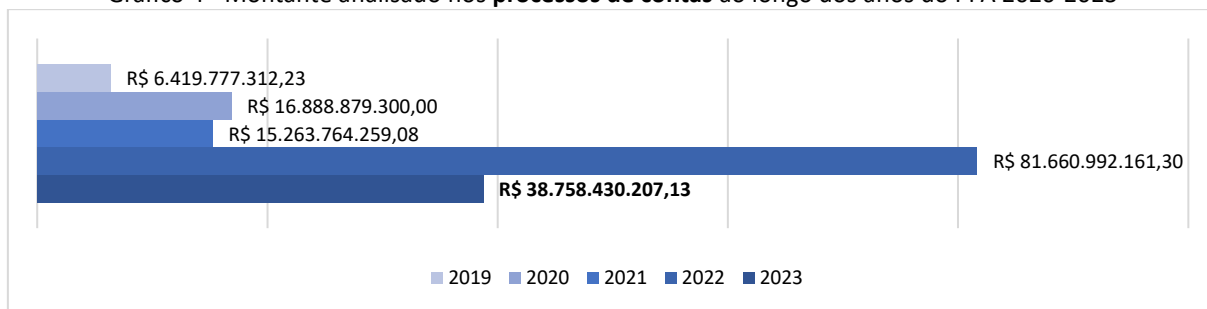
Gráfico 3 - Montante analisado nos **processos de contas** ao longo dos anos



Fonte: Elaboração própria, com base de dados da Corregedoria/DIPRO/MPC-PA (2024).

O montante analisado nesses processos orbita em torno de **R\$38,8 bilhões**. Eles são relativos à prestação de contas dos administradores e responsáveis pela gestão de recursos públicos estaduais; prestação de contas dos auxílios, contribuições ou subvenções concedidas pelo estado; tomada de contas de exercício ou gestão e tomada de contas especial. Como pode ser visualizado no Gráfico 4 - Montante analisado nos processos de contas ao longo dos anos, 2023 foi um dos anos com maior volume de recursos quando comparada a série histórica, ficando atrás apenas do ano de 2022, *outlier* justificado pela quantidade de recursos destinados ao combate e prevenção da Covid19.

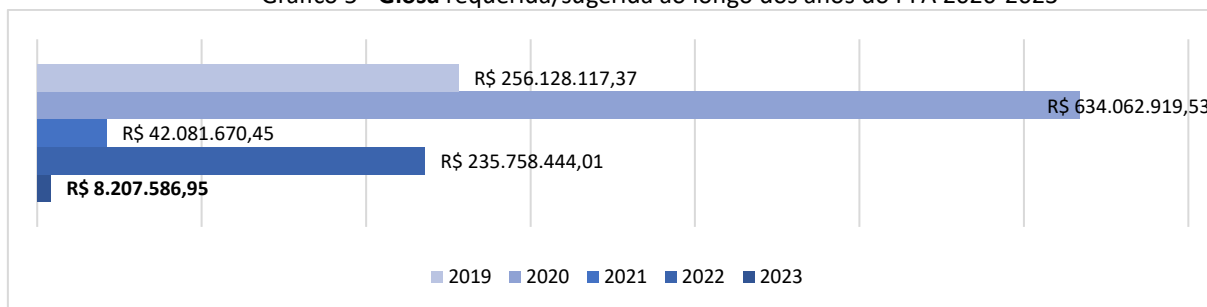
Gráfico 4 - Montante analisado nos **processos de contas** ao longo dos anos do PPA 2020-2023



Fonte: Elaboração própria, com base de dados da Corregedoria/DIPRO/MPC-PA (2024).

Desses valores globais submetidos ao crivo fiscalizatório do MPC-PA, as glosas requeridas (montante de recursos públicos que, segundo a análise dos membros do MPC-PA, devem ser revertidos aos cofres estaduais) ultrapassaram o volume de **R\$8,2 milhões**, conforme valores apresentados no Gráfico 5 - Glosa requerida/sugerida ao longo dos anos, abaixo.

Gráfico 5 - **Glosa** requerida/sugerida ao longo dos anos do PPA 2020-2023



Fonte: Elaboração própria, com base de dados da Corregedoria/DIPRO/MPC-PA (2024).

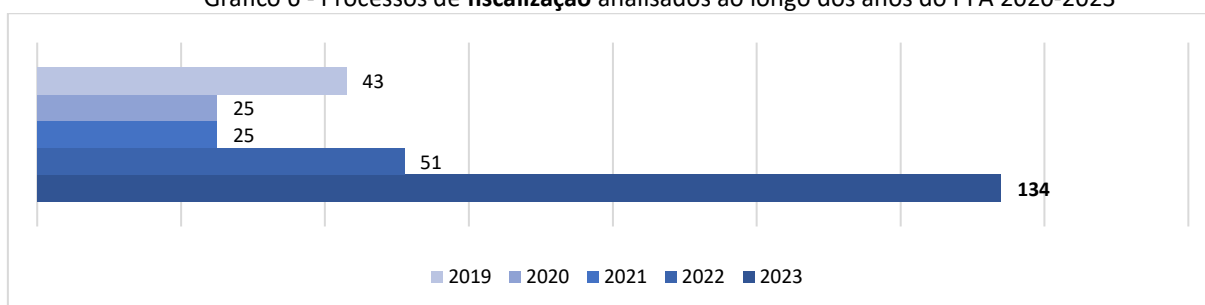
Destaca-se, no entanto, ao analisar dados históricos, que o ano de 2020 foi o da pandemia da Covid-19, com envio de grande quantitativo de recursos públicos, acompanhados de perto por este órgão ministerial. Já em 2021, conforme o relatório da Corregedoria da época, cerca de 80% dos processos enviados para análise do MPC-PA foram de registro de pessoal, os quais não envolvem glosas. No exercício de 2022, houve o novo entendimento do STF e do TCU acerca da prescrição quinquenal e em 2023 foi editada Resolução do TCE/PA

sobre o mesmo assunto, o que atingiu numerosos processos no TCE/PA, o que pode ter afetado também o valor total de glosas requerido.

Por fim, além da imputação de débitos aos responsáveis nos processos em que foram identificadas práticas de atos de gestão ilegais, ilegítimas e antieconômicas que resultaram em danos ao erário, foram sugeridas multas em **170 processos**.

Quanto aos processos de **fiscalização** (levantamentos, auditorias, inspeções, acompanhamentos e monitoramentos e ainda as representações e denúncias), foram analisados **134** processos, conforme destacado na séria histórica representada no Gráfico 6 - Processos de fiscalização analisados ao longo dos anos.

Gráfico 6 - Processos de **fiscalização** analisados ao longo dos anos do PPA 2020-2023

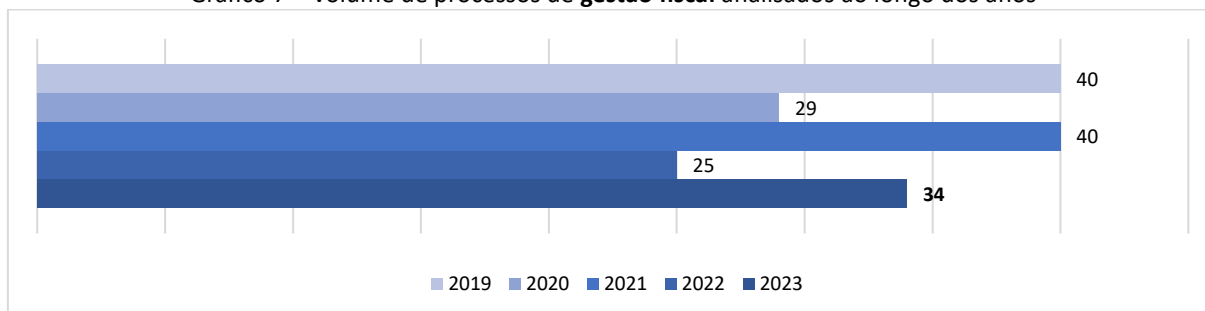


Fonte: Elaboração própria, com base de dados da Corregedoria/DIPRO/MPC-PA (2024).

É possível observar que em 2023 houve o maior quantitativo de processos analisados ao longo de execução do PPA, dos quais **5** deles foram feitos pedidos de conversão em Tomada de Contas Especial (TCE) e **26** expedições recomendações.

Nos processos de **gestão fiscal** (analisar o cumprimento das normas relacionadas à gestão do Estado, particularmente as dispostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) -, bem como o acompanhamento e avaliação das leis orçamentárias - LOA e LDO), em 2023 foram analisados **34** processos, conforme demonstrado no Gráfico 7 – Volume de processos de gestão fiscal analisados ao longo dos anos, a seguir.

Gráfico 7 – Volume de processos de **gestão fiscal** analisados ao longo dos anos

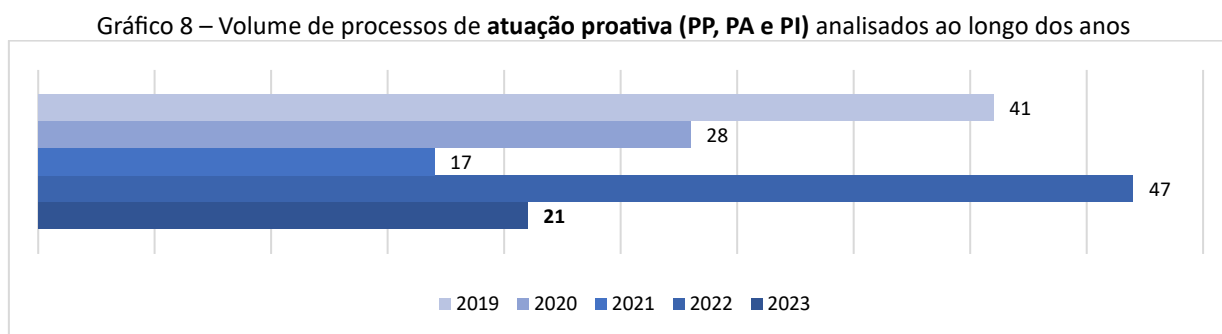


Fonte: Elaboração própria, com base de dados da Corregedoria/DIPRO/MPC-PA (2024).

O destaque é que desses processos analisados, **80%** são referentes a RGF, **14%** a RREO e, adicionalmente, foram analisados processos referentes a 1 LOA e 1 LDO. As providências suscitadas em processos de gestão fiscal foram **3** recomendações.

No que diz respeito aos processos de **atuação proativa** deste *Parquet* de contas, que são classificados em **processos administrativos internos de fiscalização (PP, PA e PI)** – procedimentos administrativos internos de fiscalização que seguem rito próprio e, portanto, não são condição de procedibilidade para o exercício das demais funções institucionais -; e **representações** – possui finalidade de apurar possíveis irregularidades e/ou ilegalidades na utilização dos recursos estaduais.

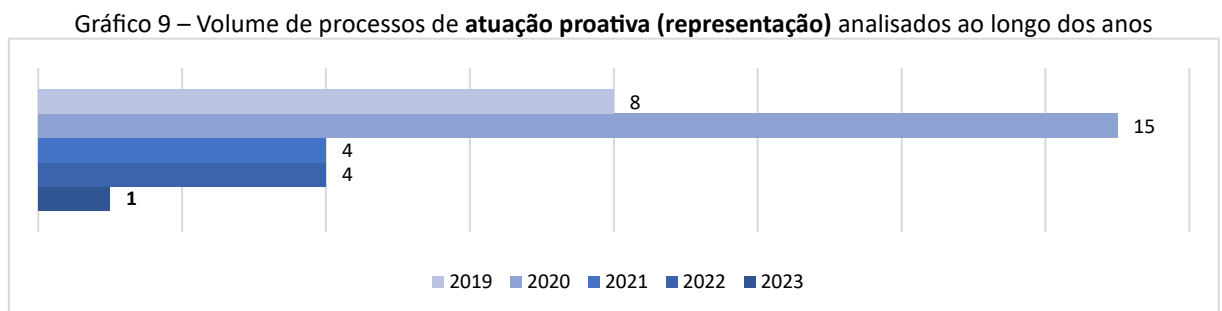
Em 2023, foram **21** processos administrativos internos de fiscalização autuados, sendo **3** PP's, **7** PA's e **11** PI's, destes, **6** foram oriundos da ouvidoria. O Gráfico 8 – Volume de processos de atuação proativa (PP, PA e PI) analisados ao longo dos anos demonstra o volume de processos da série histórica acerca dessa atuação proativa ao longo dos anos.



Fonte: Elaboração própria, com base de dados da Corregedoria/DIPRO/MPC-PA (2024).

Cabe ressaltar que, sob a égide da Resolução nº 20/2022 – MPC-PA – Colégio que revogou as resoluções nº 07/2017 e 03/2020, os Procedimentos Apuratórios Preliminares (PAP) e Notícias de Fato (NF) foram substituídos pelos PI, PP e PA.

Por fim, quanto aos processos de **representação**, foi autuado 1 processo dessa modalidade a fim de apurar possíveis irregularidades e/ou ilegalidades na utilização dos recursos estaduais. A série histórica de representações ao longo da execução do PPA pode ser visualizada no Gráfico 9 – Volume de processos de atuação proativa (representação) analisados ao longo dos anos, abaixo.



Fonte: Elaboração própria, com base de dados da Corregedoria/DIPRO/MPC-PA (2024).

Dentre as competências do MPC-PA, está a de promover junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE-PA), o ressarcimento devido ao erário estadual decorrentes dos débitos e multas determinados pelo TCE/PA, conforme aduz o art. 67 da Lei Orgânica daquela Corte (LC nº 081/2012), assim como o art. 11, III, da Lei Orgânica deste *Parquet* especializado (LC nº 09/1992). Acerca dessa competência, no ano de 2023, **186** Acórdãos do TCE-PA foram remetidos à PGE/PA para cobrança judicial, o que corresponde a **R\$ 57.611.957,73** em imputações de débitos e a **R\$ 1.158.855,16** em aplicações de multas. A Tabela 5 – Série histórica de acórdãos do TCE-PA remetidos à PGE/PA para cobrança judicial ao longo dos anos, demonstra a evolução ao longo dos anos o volume de acórdãos e o de recursos que o MPC-PA solicitou o ressarcimento devido ao erário estadual decorrentes dos débitos e multas.

Tabela 5 – Série histórica de **acórdãos** do TCE-PA remetidos à PGE/PA para cobrança judicial ao longo dos anos

Ano	Volume de acórdãos	Valores débitos	Valores Multas
2023	186	R\$ 57.611.957,73	R\$ 1.158.855,16
2022	45	R\$ 6.040.135,24	R\$ 261.450,24
2021	64	R\$ 14.658.207,69	R\$ 413.392,85
2020	117	R\$ 11.625.772,76	R\$ 792.350,99
2019	134	R\$ 39.723.863,24	R\$ 1.399.381,95
Total	546	R\$ 129.659.936,66	R\$ 4.025.431,19

Fonte: Elaboração própria, com base de dados da Corregedoria/MPC-PA (2024).

Destaca-se o maior volume histórico de acórdãos, e de recursos solicitado o devido ressarcimento ao erário estadual por este *Parquet* de contas.

Também faz parte do escopo dessa ação (e da missão institucional do órgão) a participação nas sessões plenárias do TCE-PA. Em 2023, o MPC-PA participou de todas as sessões do TCE-PA, que foram **81** ordinárias com **2.442** processos em pauta e **1** extraordinária com **1** processo, **totalizando 2.443**.

Por fim, cabe destacar que, com a edição da Resolução n. 344 em 11 de outubro de 2022 pelo Tribunal de Contas da União, a qual estabeleceu critérios e procedimentos acerca do exame da prescrição e regulamentou os efeitos no processo de controle externo, e, que com isso, pôs fim às discussões sobre a (im)possibilidade da prescrição da pretensão ressarcitória e punitiva no âmbito dos Tribunais de Contas, bem como com a edição da Resolução TCE nº 19.503/2023 a qual dispõe em seu artigo 11 que, no caso da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória, o processo deverá ser arquivado; e que este órgão ministerial de contas acompanhou por meio do Enunciado Ministerial nº 10/2023; dos 929 processos analisados, diversos deles estavam prescritos, com valores que orbitam em torno de **R\$13 bilhões**. Esses dados podem ser visualizados por Procuradoria na Tabela 6 – Prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento em 5 (cinco) anos de processos, vide Resolução nº 344/2022.

Tabela 6 – **Prescrição** das pretensões punitivas e de ressarcimento em 5 (cinco) anos de processos

Procuradoria	Prescritos	Processos analisados	Valores
1ª	98	163	R\$ 12.890.103.506,50
2ª	78	151	R\$ 24.599.624,80
3ª	-	-	R\$ 0,00

4ª	80	166	R\$ 13.250.947,70
5ª	70	128	R\$ 10.894.562,39
6ª	82	155	R\$ 41.301.455,61
7ª	-	-	R\$ 0,00
8ª	83	164	R\$ 15.004.234,50
PGC	1	2	R\$ 0,00
Total	492	929	R\$ 12.995.154.331,50

Fonte: Elaboração própria, com base de dados da Corregedoria/DIPRO/MPC-PA (2024).

Ademais, cabe ressaltar que os processos analisados pelas 3ª e 7ª Procuradorias de Contas, pelo fato de serem específicos de análise de registro de pessoal, foram excluídos desta análise; ademais, o conceito de glosa não é aplicável a essa classe processual.

Por fim, para ter acesso aos dados aqui apresentados de forma detalhada, é possível conferir o relatório da corregedoria, na aba *relatórios*, clicando [aqui](#).

Principais Resultados/Justificativa

Dos pontos de vista financeiro e físico, a execução desta Ação alcançou satisfatória aderência aos valores programados. O número de processos finalísticos superou as expectativas inicialmente previstas para 2023. Esse resultado deve-se à execução das atividades finalísticas do órgão, quais seja, todas aquelas detalhadas anteriormente (atuação *custos legis*, atuação de procedimentos apuratórios, participação nas sessões do TCE-PA, interposição de recursos, medidas cautelares, requerimentos, pedidos de rescisão, dentre outras), com o uso intensivo de recursos humanos, insumo principal dos produtos gerados pelo MPC-PA.

Além dos servidores e membros, o MPC-PA possui um Programa de Estágio, que se destina ao estágio não obrigatório, de caráter pedagógico e supervisionado, de alunos de graduação e pós-graduação dos cursos de Direito, de Administração, de Contabilidade, Comunicação Social, Tecnologia da Informação (Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Engenharia de Computação ou Análise e Desenvolvimento de Sistemas) e de outras áreas afins às funções ministeriais e necessárias à boa gestão do órgão.


Ademais, na parte do esforço do *Parquet* de Contas dedicada ao estímulo do controle social, em 2023, último ano do PPA 2020-2023, foi mantida a iniciativa de destaque iniciada em 2021, qual seja, o programa “Diálogos com o MPC-PA”, ação prevista dentro da iniciativa estratégica de “realização de seminários, debates e encontros técnicos com a sociedade”. Foi realizado 01 evento pela internet, sem custo terceirizado para o órgão (a não ser a utilização dos próprios membros e servidores). O tema abordado foi: “A importância da Imprensa no Controle social” e a mediação do debate foi conduzida pelo Ouvidor do MPC-PA, Dr. Stanley Botti Fernandes.

A realização do II Seminário MP de Contas e Sociedade certamente foi o ponto alto da atuação pedagógica do órgão e utilizou recursos da ação 8957. Com o tema “Federalismo e Renúncias Fiscais”, o evento realizado no Teatro Maria Sylvia Nunes, no Complexo da Estação das Docas contou com a participação de mais de 400 agentes públicos de todo o Brasil e as

palestras dos ministros do Tribunal de Contas da União Antônio Anastasia e Bruno Dantas, além de outros renomados nomes do cenário do controle externo nacional.

A interação do órgão nas redes sociais – atividade desenvolvida exclusivamente por pessoal interno – também justificou o cumprimento da execução física programada da ação, com destaque para o crescimento do número de seguidores das redes sociais do MPC-PA.

3.1.2. AÇÃO 8757 – Implementação das Ações de Publicidade Institucional do MPC-PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO				STATUS
Dotação Atualizada 2023	Execução 2023	Execução financeira (%)	Produto / Unidade de Medida	Programação 2023	Execução 2023	Execução física (%)	
R\$ 58.478	R\$ 58.478	100,0%	Publicidade Institucional Implementada	100,0%	100,0%	100,0%	

As ações de publicidade institucional consistem no desenvolvimento, aprovação e veiculação do conteúdo previsto no plano bianual de ações de comunicação.

O Departamento de Comunicação Institucional (DECOM) – conforme artigo 12 da Portaria nº 046/2022/MPC/PA, de 01/03/2022 (*Quadro de Organização Estrutural dos órgãos e serviços de apoio técnico e administrativo do Ministério Público de Contas do Estado do Pará MPC-PA*), é responsável, dentre outras competências, por propor, coordenar, implementar e acompanhar as políticas e diretrizes relativas à comunicação institucional do Ministério Público de Contas junto aos diversos públicos de interesse do órgão.

Com a edição dessa portaria, o DECOM passou a contar eixos de atuação e cuja execução das suas atividades ficam a cargo das seções de Jornalismo e Publicidade, e de Cerimonial e Relações Institucionais. E um dos êxitos implementação das ações de publicidade institucional tem sido a utilização das mídias digitais, como *Instagram*, *Facebook* e *Youtube* para maior alcance da sociedade paraense em geral. Resultado disso está demonstrado na Tabela 7 – Seguidores nas redes sociais e incremento ao longo dos anos abaixo.

Tabela 7 – Seguidores nas redes sociais e incremento ao longo dos anos

Ano	Facebook			Instagram			Total todas as mídias	Incremento	
	Seguidores	Incremento	%	Seguidores	Incremento	%	Seguidores	Total	%
2020	-	-	-	1308	-	-	1308	1308	100%
2021	2102	2102	-	2012	704	54%	4114	4114	315%
2022	3300	1198	57%	3289	1277	63%	6589	2475	60%
2023	3400	100	3%	4706	1417	43%	8106	1517	23%
Total	3400	1298	62%	4706	3398	260%	8106	6798	520%

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do DECOM/MPC-PA (2024).

Como informado anteriormente, apenas nessas duas plataformas/mídias sociais/redes sociais houve um aumento de **520%** ao longo dos anos. Além dessas ações, na subseção principais resultados/justificativa a seguir são apresentados demais ações implementadas pelo MPC-PA por meio do DECOM.

Principais Resultados/Justificativa

Para a *implementação das ações de publicidade institucional* o MPC-PA, por meio do DECOM, executa suas atividades em três grandes eixos - Jornalismo e Publicidade; Cerimonial; e Relações Institucionais. Na Tabela 8 – Quantidade de ações/atividades executadas para implementação das ações de publicidade institucional abaixo é possível observar a quantidade de ações planejadas e executadas no ano de 2023.

Tabela 8 – Quantidade de ações/atividades executadas para implementação das ações de publicidade institucional

Eixo de atuação	Ações executadas
Jornalismo e Publicidade	500
Cerimonial	844
Relações Institucionais	3.704
Total	5.048

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do DECOM/MPC-PA (2024).

No eixo de atuação **comunicação jornalística** foram executadas **52** ações de publicações de notícias (internet e intranet), das quais resultaram em 14.098 acessos ao portal *web* do MPC-PA; **262 comunicados internos** solicitados por unidade do órgão, bem como pelo TCE-PA e outros órgãos; **186 de publicidade** na mídia social mais utilizada, sendo **119** publicações no *feed* e **67** no *reels* do *Instagram*.

Já no cerimonial, as ações se desdobram, dentre outras, em ações internas, eventos promovidos pelo MPC-PA, participação em eventos, participações em cerimônias diversas. Das 844 ações executadas, o destaque é para a expedição de correspondências, com 449 ações, sendo o maior volume.

Por sua vez, no campo das relações institucionais, as ações são voltadas para produção de boletins, relatórios, *clipping*, além do monitoramento diário do Diário Oficial do Estado. Destaca-se a elaboração de *clipping* diário com monitoramento de sites institucionais, especializados e redes sociais que resultou em um volume de **3.552** matérias selecionadas.

Além disso, na atuação deste *Parquet* de contas, se tem o objetivo estratégico “fortalecer o relacionamento interinstitucional” por meio da participação/promoção de eventos em conjunto com outros órgãos/instituições. Em 2023 foram considerados realizados/promovidos 2 eventos - curso *Vícios e erros grosseiros na aplicação da nova lei de licitações*”, realizado pelo MPC-PA e pelo TCE-PA; e II *Seminário MP de Contas e Sociedade: realizado pelo MPC-PA em parceria com TCE-PA e a UFPA*.

Ademais, cabe destacar que ao longo desse PPA houve um constante alinhamento entre o planejado e executado, em alguns casos, resultados da meta física com menor dispêndio de recursos financeiros, conforme demonstrado no Quadro 3 - Série histórica de aderência da execução da ação 8957 ao longo do PPA 2020-2023 abaixo.

Quadro 3 - Série histórica de aderência da execução da ação 8957 ao longo do PPA 2020-2023

Ano	Aderência da execução da Ação 8957 ao longo do PPA 2020-2023 (%)	
	Orçamentária	Física
2020	0%	500%
2021	0%	250%
2022	57%	100%
2023	100%	100%

Fonte: DECOM/Relatórios PPA-2020-2023 do MPC-PA 2020, 2021,2022 (2024).

3.2. OBJETIVO: Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI) do MPC-PA

O Mapa Estratégico do MPC-PA para o período 2019-2024 está dividido em quatro perspectivas que representam o encadeamento lógico de sua estratégia de atuação. Cada uma contém um conjunto de objetivos estratégicos que retrata os principais desafios a serem enfrentados no alcance de sua visão e no cumprimento de sua missão.

A perspectiva de “Pessoas, Aprendizado e Inovação” engloba tudo o que se refere à gestão de pessoas, tecnologia da informação, comportamento organizacional e infraestrutura logística do MPC-PA. Nessa perspectiva está inserido o objetivo “Implantar a Governança de TI”, cujo contexto é dotar o MPC-PA de meios e soluções tecnológicas adequadas para atender às demandas internas e externas.

Cabe ao Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações - DTIT realizar as atividades e soluções que envolvam recursos de computação visando a produção, o armazenamento, a transmissão, o acesso, a segurança e o uso de informações geradas ou processada por este *Parquet* Especializado de Contas.

Com isso, o objetivo de “Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)” foi concebido a partir de diagnóstico feito na elaboração do Plano Estratégico 2019-2024 do MPC-PA, quando foram identificadas, no ambiente interno, a necessidade de destaque das iniciativas relacionadas à melhoria dos recursos de informática do MPC-PA com atualização do parque tecnológico, o desenvolvimento de sistemas que suportem as atividades administrativas e atividades-fim e implantação da governança de TI.

Destacam-se as duas ações que foram contempladas no planejamento orçamentário. A primeira “Implementação das Soluções de TI” que diz respeito à implantação, aprimoramento e integração de sistemas de informação e/ou de processo eletrônico no âmbito do MPC-PA. A segunda, “Modernização da Infraestrutura de TI”, refere-se à atualização do parque tecnológico, envolvendo rede, *software* e *hardware*, elementos fundamentais para o bom funcionamento do órgão.

Na sequência, tem-se a avaliação individualizada de cada uma das ações que compõem esse objetivo, conforme quadro síntese seguir:

Quadro 4 – Objetivo, Compromissos Regionais e Ações

OBJETIVO			
Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)			
COMPROMISSO REGIONAL			
Disponibilizar 80% das Soluções de TI Planejadas até 2023			
Modernizar 85% do Parque Tecnológico, até 2023			
AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	ÓRGÃO EXECUTOR
Implementação das Soluções de TI	Solução Disponibilizada	%	MPC-PA
Modernização da Infraestrutura de TI	Parque Tecnológico modernizado	%	MPC-PA

Fonte: SEPLAD/Lei 8.966/2019(PPA 2020-2023).

Analisando os compromissos regionais desenhados para o Objetivo de Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI), o MPC-PA alcançou expressivos resultados, mesmo levando em consideração as intensas e rápidas mudanças que ocorrem nessa temática.

Compromisso Regional 1: Disponibilizar 80% das soluções de TI planejadas até 2023

Esse compromisso regional envolveu a entrega de novos sistemas e o aprimoramento de outros já existentes no órgão, conforme lista de soluções levantadas nos diversos setores do MPC-PA e priorizada pela alta administração.

A lista inicial contemplou a entrega de 13 soluções diversas de TI, conforme quadro abaixo.

Quadro 5 – Lista e ano de disponibilização das soluções de TI

Nr. Solução	Solução de TI	Ano de entrega
1	Desenvolvimento de sistema usado na Ouvidoria do MPC-PA	2019
2	Desenvolvimento de sistema web de cadastro e monitoramento do Planejamento Estratégico e Planejamento de Gestão, objetivando registro e monitoramento eficiente das ações planejadas	2019
3	Atualização do framework (abstração de códigos comuns entre vários projetos de software) e sistema de segurança da Intranet e da Internet do MPC-PA	2022
4	Implantação do processo administrativo eletrônico, observado a implantação do sistema de processo eletrônico do TCE-PA, incluindo a digitalização dos processos em papel	2022
5	Aprimoramento do DIPRO, sistema usado para tramitação interna dos processos oriundos do TCE-PA	2023
6	Configuração de ambiente de rede virtualizando aplicações e replicando o ambiente com infraestrutura da segunda sede do órgão	2023
7	Aquisição de softwares disponíveis no mercado	2023
8	Aquisição de chaves de certificado digital usadas como ferramentas de apoio aos servidores e membros	2023
9	Aprimoramento do Sistema de Gestão de Pessoas (SGP)	*

10	Aprimoramento do sistema usado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	*
11	Desenvolvimento de sistema de gestão de patrimônio	*
12	Desenvolvimento de sistemas e aplicativos para a atividade finalística	*
13	Aperfeiçoamento da interface digital do MPC-PA (site, intranet e demais interfaces de apoio)	*

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do DTIT/MPC-PA (2024).

*Soluções com entregas parciais

A pandemia certamente foi o fator principal na postergação das entregas inicialmente previstas pelo setor responsável pela temática. A necessidade de readequação da infraestrutura de TI para permitir o acesso remoto, a implantação do processo eletrônico e a expansão física elevaram-se na lista de prioridades dos servidores envolvidos no assunto e justificou a entrega das soluções em um nível abaixo da meta prevista.

Compromisso Regional 2: Modernizar 85% do Parque Tecnológico até 2023

Já esse compromisso regional envolveu manter o parque tecnológico do MPC-PA, ou seja, o conjunto de equipamentos de TI, de telecomunicações e de apoio em um patamar de atualização que pudesse atender satisfatoriamente à missão do órgão.

Dessa forma, os resultados obtidos durante o PPA 2020-2023 para esse compromisso mostraram-se acima da meta estabelecida.

Quadro 6 – Série histórica do índice de modernização do parque tecnológico

Ano	Índice de modernização do parque tecnológico (%)
2020	68,41%
2021	85,00%
2022	83,60%
2023	87,73%

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do DTIT/MPC-PA (2024)

3.2.1. AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI do MPC-PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			STATUS
Dotação Atualizada 2023	Execução 2023	Execução financeira (%)	Produto / Unidade de Medida	Programação 2023	Execução 2023	Execução física (%)
R\$ 1.544.325	R\$ 1.401.261	90,7%	Solução Disponibilizada	80,0%	61,5%	76,9%

Essa ação foi idealizada para abarcar a programação dos recursos necessários para a implementação e melhoria nos sistemas de informação do MPC-PA.

As soluções de TI foram previstas no planejamento setorial do DTIT para o período de 2019-2024 e, por isso, alguns itens previstos para o ano de 2019 também devem ser contabilizados para apuração da meta física (uma vez que ela é calculada pelo acúmulo

percentual das soluções implantadas em relação à base total para o período citado acima). Com isso, dentre outras soluções que podem surgir ao longo da execução do PPA vigente, as soluções de TI previstas foram as seguintes:

- Aquisição de *softwares* disponíveis no mercado;
- Contratação de chaves de certificado digital usados como ferramentas de apoio aos servidores e membros;
- Desenvolvimento de sistema usado na ouvidoria do MPC-PA;
- Implantação de sistema *web* de cadastro e monitoramento do planejamento estratégico e planejamento de gestão, objetivando registro e monitoramento eficiente das ações planejadas;
- Atualização do *framework* (abstração de códigos comuns entre vários projetos de *software*) e sistema de segurança da intranet e da internet do MPC-PA;
- Migração para o fornecimento e gerenciamento da rede remota, pavimentando o caminho para a possível implantação futura do teletrabalho;
- Implantação do processo administrativo eletrônico, observando a implantação do sistema de processo eletrônico do TCE-PA, incluindo a digitalização dos processos em papel;
- Aprimoramento do DIPRO, sistema usado para tramitação interna dos processos oriundos do TCE-PA;
- Aprimoramento do sistema de gestão de pessoas;
- Aprimoramento do sistema usado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF);
- Desenvolvimento de sistema para gestão de patrimônio permanente e de consumo, incluindo o gerenciamento de estoque;
- Desenvolvimento de sistemas para a atividade finalística;
- Aperfeiçoamento da interface digital do MPC-PA (sítio eletrônico, intranet e demais interfaces de apoio).

Principais Resultados/Justificativa

Os projetos realizados pela Fábrica de *Softwares* contratada pelo MPC-PA, no exercício de 2023, mobilizaram recursos financeiros da ordem de **R\$ 471.411,79**. Houve uma dedicação muito grande da equipe na continuidade do desenvolvimento do sistema DIPRO 4.0 -sistema de Autuação, Controle e Distribuição de Processos – que tem como objetivo atender às necessidades atuais dos usuários que executam a atividade finalística do órgão. No início do exercício de 2023, foi disponibilizada a versão 4.0, na qual foi realizada a migração dos processos do DIPRO 3.0 para o novo sistema, atualização de tecnologias, contemplando diversas funcionalidades para atender às demandas atuais, como processos internos, registros das atividades das unidades envolvidas, descentralização dos registros no sistema, dentre outras. Ao longo de 2023, o sistema foi consolidado, sendo implementadas melhorias sugeridas pelos usuários, pequenas correções, implementação de módulos de parâmetros e de relatórios.

O desenvolvimento do novo SGP (Sistema de Gestão de Pessoas) também avançou, o que envidou (e está envidando) elevados esforços. O Sistema de Gestão de Pessoas – SGP -

versão 1.0 tem o objetivo de substituir diversos sistemas que realizam hoje a gestão das informações de pessoal por um único sistema moderno, em plataforma *Web*, que promova as informações necessárias ao e-Social, às auditorias do TCE-PA e ao Sistema do IGEPREV, melhorando a tecnologia utilizada no dia a dia pela maioria dos usuários, para gestão de suas informações, reduzindo o esforço gasto com estas operações e resultando em mais tempo disponível para as atividades finalísticas. Em 2023, foi desenvolvida a interação do SGP com o sistema de segurança do MPC-PA, e foram elaborados os módulos de Cadastro, Portarias e Histórico Funcional, incluindo um maior detalhamento, visando atender às solicitações de outros órgãos, além de maior automação, com o objetivo de aumentar a eficiência, a qualidade e a segurança dos processos do Departamento de Gestão de Pessoas, reduzindo os custos e os erros humanos.

O sistema e-Social, terceiro projeto em andamento, já tinha *software* assinador e controle de arquivos do tipo XML gerados e enviados, ambos desenvolvidos em 2021. Ao longo do ano de 2022, foram desenvolvidos os módulos geradores de cada tipo de arquivo, referentes às fases 1, 2 e 3. Foi realizado, ainda, o acompanhamento do preenchimento dos dados e o envio tempestivo nas fases supracitadas. No ano de 2023, foram implementados o módulo da fase 4, as alterações de *layouts* ajustando-os aos requisitos do Governo Federal e as melhorias solicitadas pelos usuários do Departamento de Gestão de Pessoas.

Foram realizadas também modificações no site do órgão na internet, no *layout* de algumas páginas e funcionalidades internas, bem como ajustes relacionados à Lei de Acesso à Informação (acessibilidade e pesquisa rápida textual, dentre outras), além de manutenções rotineiras na intranet do órgão e contratação da *Microsoft* para disponibilização de licenças *Office* e todo o seu pacote de novas ferramentas auxiliares para apoio na gestão de processos.

Dessa forma, para contabilização da execução física dessa ação, foi considerada a mesma base de entregas de 2020. As entregas previstas para 2023 foram naturalmente afetadas pela curva de aprendizado exigida na utilização da solução de Fábrica de Software, bem como pela inflexão informacional que está sendo trazida pelas ferramentas *Microsoft*. Tais fatos impactaram positivamente no atingimento das metas orçamentária e física, demonstrando a evolução institucional nessa temática.


Por fim, quando olhamos o histórico da aderência da execução orçamentária e física, se observa que esta é crescente ao longo dos anos regidos por esse PPA, como pode ser observado a seguir no Quadro 7 - Série histórica de aderência da execução da ação 8752 ao longo do PPA 2020-2023, demonstrando o foco crescente da parte física, apesar dos problemas trazidos pela pandemia nos anos de 2020, 2021 e 2022 e pela maturação do uso da Fábrica de Software.

Quadro 7 - Série histórica de aderência da execução da ação 8752 ao longo do PPA 2020-2023

Ano	Aderência da execução da Ação 8752 ao longo do PPA 2020-2023 (%)	
	Orçamentária	Física
2020	5,31%	58%
2021	18,50%	69%
2022	20,29%	77%
2023	90,73%	62%

Fonte: DGP/Relatórios PPA-2020-2023 do MPC-PA 2020, 2021,2022 (2024).

3.2.2. AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI do MPC-PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO				STATUS
Dotação Atualizada 2023	Execução 2023	Execução financeira (%)	Produto / Unidade de Medida	Programação 2023	Execução 2023	Execução física (%)	
R\$ 447.499	R\$ 427.743	95,6%	Parque Tecnológico modernizado/ Percentual	85,0%	87,7%	103,2%	

Esta ação, assim como a de *Implantação de Soluções de TI*, foi oriunda de uma necessidade identificada na análise do ambiente interno quando da elaboração do Plano Estratégico 2019-2014 do MPC-PA: a atualização do parque tecnológico do órgão.

Dependente dos recursos de TI, em sentido amplo, a missão institucional do MPC-PA só pode ser cumprida a contento com um parque tecnológico moderno e eficiente. E esse parque, no MPC-PA, é diversificado e composto por equipamentos que vão desde computadores (*desktops* e *notebooks*) até *switches*, passando por *nobreaks* e servidores.

A métrica usada para aferição considerou o parque de ativos e consiste na verificação do nível percentual de atualização desses ativos segundo critérios de vida útil definidos pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações – DTIT.

Principais Resultados/Justificativa

Seguindo a Ação de Modernizar a Infraestrutura de TI do Planejamento Estratégico 2019-2024, foi feita a aquisição de equipamentos para suportar o crescimento de pessoal do órgão e a renovação do parque tecnológico existente, o que demandou recursos financeiros para esta finalidade, conforme demonstrado no Quadro 8 - Recursos utilizados na renovação do parque tecnológico em 2023.

Com isso, em 2023, foram adquiridos *notebooks*, *switches*, impressoras, monitores e computadores *desktops*.

Quadro 8 - Recursos utilizados na renovação do parque tecnológico em 2023

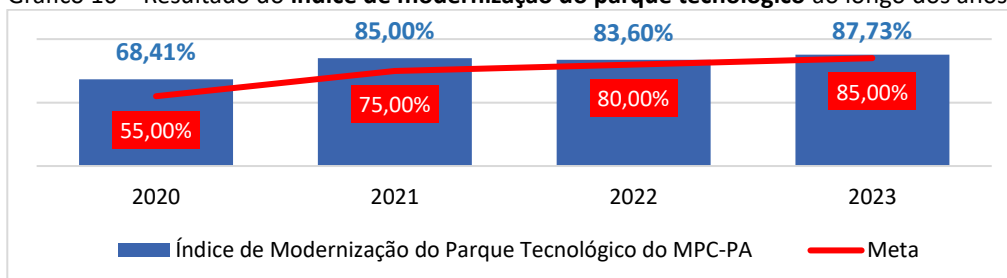
Especificação	Valores
Valor previsto	R\$ 589.795,49
Valor contratado	R\$ 544.400,65
Economia gerada	R\$ 45.394,84
% de economia	7,7%

Fonte: Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios – DACC-MPC-PA.

O índice de modernização do parque de ativos de TI consiste na medição de qual o percentual dos ativos em uso que estão atualizados conforme critérios de idade. Os equipamentos foram divididos em grupos e os critérios de idade foram aplicados em cada

grupo. Portanto, o índice reflete no percentual de itens que se encontram com vida útil menor do que a referência. Os resultados de cada ano do presente PPA estão representados no Gráfico 10 – Resultado do índice de modernização do parque tecnológico ao longo dos anos, abaixo.

Gráfico 10 – Resultado do **índice de modernização do parque tecnológico** ao longo dos anos



Fonte: Elaboração própria

3.3. OBJETIVO: Viabilizar a Gestão Administrativa do MPC-PA

Esse objetivo foi concebido a partir da revisão do PPA realizada em 2021 para reunir as Ações que apoiam a missão institucional do MPC-PA e o atingimento da sua visão, no que se refere à capacitação de membros e servidores. Reúne também iniciativas relacionadas à gestão de pessoas, incluindo a valorização do corpo funcional (desdobrada nas Ações de Assistência Médica e Odontológica, Concessão de Auxílio Alimentação). A manutenção desse objetivo proporcionará ao *Parquet* de Contas o contínuo aprimoramento de suas atividades institucionais uma vez que, o órgão recebe, processa e entrega como produto, em sentido amplo, informações de natureza intangível. E os recursos precípuos utilizados para o atingimento das missões institucionais são, inevitavelmente, nesse caso, recursos humanos.


Na sequência, no Quadro 9 – Objetivo, Compromissos Regionais e Ações tem-se a avaliação individualizada de cada uma das ações que compõem esse objetivo.

Quadro 9 – Objetivo, Compromissos Regionais e Ações

OBJETIVO			
Viabilizar a gestão administrativa			
COMPROMISSO REGIONAL			
Manter 90% de Execução das Ações de Capacitação até 2023			
Mapear 75% dos Procedimentos e Processos Internos até 2023			
AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	ÓRGÃO EXECUTOR
Assistência Médica e Odontológica	Pessoa Beneficiada	Un	MPC-PA
Concessão de Auxílio Alimentação	Pessoa Beneficiada	Un	MPC-PA
Capacitação de Membros e Servidores	Pessoa Capacitada	Un	MPC-PA
Implementação de Ações de Infraestrutura Predial	Obra Realizada	Un	MPC-PA
Operacionalização das Ações Administrativas	Serviço Realizado	Prc	MPC-PA

Fonte: SEPLAD/Lei 8.966/2019(PPA 2020-2023)

3.3.1. AÇÃO 8749- Assistência Médica e Odontológica do MPC-PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO				STATUS
Dotação Atualizada 2023	Execução 2023	Execução financeira (%)	Produto / Unidade de Medida	Programação 2023	Execução 2023	Execução física (%)	
R\$ 2.682.248	R\$ 2.682.248	100,0%	Pessoa Beneficiada / Unidade	105	112	106,7%	

Esta ação é um benefício concedido em pecúnia para o ressarcimento total ou parcial, limitado ao teto, dos pagamentos mensais efetivamente realizados a planos de saúde e outros prestadores de serviço para cobertura de despesas médicas e/ou odontológicas de titularidade de membros e servidores em atividade no MPC (inclusive os cedidos de outros órgãos, mediante opção expressa) e inativos, cumpridas as condições e critérios exigidos.

Principais Resultados/Justificativa

Na execução física do ano de 2023 (**112** pessoas beneficiadas), a utilização do auxílio, pelo menos uma vez ao longo do ano, foi contabilizada como pessoa beneficiada. Cabe destacar que, a meta física não levou em consideração a edição do projeto de lei dezembro de 2022, e sua aprovação no início de 2023, que criou novos cargos efetivos para o quadro de pessoal, cujas nomeações dos novos servidores ocorreram ao longo do ano de 2023.


Ademais, cabe destacar que ao longo desse PPA houve um constante alinhamento entre o planejado e executado, em alguns casos, resultados da meta física com menor dispêndio de recursos financeiros, conforme demonstrado no Quadro 10 - Série histórica de aderência da execução da ação 8749 ao longo do PPA 2020-2023 abaixo.

Quadro 10 - Série histórica de aderência da execução da ação 8749 ao longo do PPA 2020-2023

Ano	Aderência da execução da Ação 8749 ao longo do PPA 2020-2023 (%)	
	Orçamentária	Física
2020	62,57%	114%
2021	61,15%	99%
2022	75%	101%
2023	100%	106,67%

Fonte: DGP/Relatórios PPA-2020-2023 do MPC-PA 2020, 2021,2022 (2024).

3.3.2. AÇÃO 6004- Concessão de Auxílio Alimentação do MPC-PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO				STATUS
Dotação Atualizada 2023	Execução 2023	Execução financeira (%)	Produto / Unidade de Medida	Programação 2023	Execução 2023	Execução física (%)	
R\$ 4.859.118	R\$ 4.354.118	89,6%	Pessoa Atendida / Unidade	89	102	114,6%	

O auxílio-alimentação é destinado a todos os membros e servidores em atividade no MPC (inclusive os cedidos de outros órgãos, mediante opção expressa), desde que cumpridos os requisitos exigidos.

Principais Resultados/Justificativa

No planejamento da meta física, cabe ressaltar que não foi levada em consideração a edição do projeto de lei dezembro de 2022 e sua aprovação no início de 2023, elevando, portanto, o número de servidores efetivos do quadro de pessoal, cujas nomeações dos novos servidores ocorreram ao longo do ano de 2023.


Ademais, cabe destacar que ao longo desse PPA houve um constante alinhamento entre o planejado e executado, em alguns casos, resultados da meta física com menor dispêndio de recursos financeiros, conforme demonstrado no Quadro 11 - Série histórica de aderência da execução da ação 6004 ao longo do PPA 2020-2023 abaixo.

Quadro 11 - Série histórica de aderência da execução da ação 6004 ao longo do PPA 2020-2023

Ano	Aderência da execução da Ação 6004 ao longo do PPA 2020-2023 (%)	
	Orçamentária	Física
2020	89,68%	114%
2021	82,15%	99%
2022	95%	101%
2023	90%	114,60%

Fonte: DGP/Relatórios PPA-2020-2023 do MPC-PA 2020, 2021,2022 (2024).

3.3.3. AÇÃO 8748- Capacitação de Membros e Servidores do MPC-PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO				STATUS
Dotação Atualizada 2023	Execução 2023	Execução financeira (%)	Produto / Unidade de Medida	Programação 2023	Execução 2023	Execução física (%)	
R\$ 1.952.460	R\$ 1.952.460	100,00%	Ações de capacitação	24	25	104,17%	

Esta ação tem como objetivo promover a capacitação de membros e servidores do MPC-PA, e é conduzida pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF. É uma das ações mais importantes do objetivo de *viabilizar a gestão administrativa*.

O CEAF como centro responsável pela promoção do desenvolvimento de membros e servidores do MPC /PA efetivou, em 2023, a emissão de 1.185 certificados, quantitativo esse que resultou em 89,50% de qualificação, superando a meta interna estabelecida de realizar 60% dos cursos previstos, conforme demonstrado na Tabela 9 – Eventos de desenvolvimento/capacitação realizados pelo CEAF em 2023.

Tabela 9 – Eventos de desenvolvimento/capacitação realizados pelo CEAF em 2023

Tipo	Quantidade	Inscritos	Certificados emitidos	Índice de Capacitação (%)
Cursos de Desenvolvimento Genérico	07	329	309	93,92%
Cursos de Desenvolvimento Técnico	06	492	461	93,70%
Cursos de Desenvolvimento Gerencial	12	503	415	82,50%
Total	25	1.324	1.185	89,50%

Fonte: CEAF (2024)

Cabe ressaltar que, desses dados, o número de inscritos e certificados emitidos são cumulativos, portanto, alguns colaboradores participaram de mais de uma capacitação. Além disso, foram ofertadas capacitações em parceria com o TCE-PA para participação de servidores daquela corte de contas, bem como cursos específicos para capacitação de agentes públicos do Estado em geral.

Além dessas capacitações (cursos/palestras) de curta duração, o MPC-PA, em parceria com outros órgãos, oferta aos seus colaboradores a possibilidade de capacitação de longa duração no programa de mestrado profissional em direito e desenvolvimento da Amazônia (PPGDDA/UFGA), o qual tem o objetivo de propiciar a pesquisa aprofundada nas áreas de interesse institucional, conforme descreve o §4º do art. 19 da Resolução nº06/2023 – MPC-PA – Colégio, conforme dados da Tabela 10 – Seleção dos servidores para programa de mestrado em direito.

Tabela 10 – Seleção dos servidores para programa de mestrado em direito

Tipo	Vagas Ofertadas	Vagas preenchidas	%
Seleção Complementar de Discente – 03/2023.	2	2	100
Seleção de Discente – 04/2023	1	1	100
Total	3	3	100

Fonte: CEAF (2024)

Principais Resultados/Justificativa

Em 2023 foram divulgados todos os informativos planejados, foram preenchidas 100% das vagas dos mestrados em direito, e disponibilizados 25 cursos contratados obtendo um índice geral de capacitação acima de 89%. Neste sentido, este *Parquet* de contas, por e meio das ações executadas pelo CEAF, em 2023, alcançaram seus objetivos em cumprir a sua missão na busca permanente de capacitar membros e servidores do órgão.


Ademais, cabe destacar o avanço ao longo desse PPA no constante desenvolvimento das competências dos servidores e membros, conforme demonstrado no Quadro 12 - Série histórica de aderência da execução da ação 8748 ao longo do PPA 2020-2023

Quadro 12 - Série histórica de aderência da execução da Ação 8748 ao longo do PPA 2020-2023

Ano	Aderência da execução da Ação 8748 ao longo do PPA 2020-2023 (%)	
	Orçamentária	Física
2020	23%	42%
2021	37%	42%
2022	59%	58%
2023	100%	104%

Fonte: CEAf/ Relatórios PPA-2020-2023 do MPC-PA 2020, 2021,2022 (2024).

3.3.4. AÇÃO 8753- Implementação de Ações de Infraestrutura Predial do MPC-PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO				STATUS
Dotação Atualizada 2023	Execução 2023	Execução financeira (%)	Produto / Unidade de Medida	Programação 2023	Execução 2023	Execução física (%)	
R\$ 913.420	R\$ 713.814	78,2%	Obra Realizada / Unidade	1	1	100,0%	

Esta ação é uma inovação do PPA 2020-2023 do MPC-PA para suportar iniciativas estratégicas previstas no Planejamento Estratégico 2019-2024, quais sejam a implementação da Política de Segurança Institucional e seus desdobramentos.

A Política de Segurança Institucional prevê a melhoria das áreas e instalação da sede do MPC-PA, localizada em Belém/PA com a realização de obras nos sistemas físicos, elétricos, de lógica, eletrônicos, de combate a incêndio e de controle de acesso, dentre outros.

Além disso, a ação 8753 foi amadurecendo para concentrar os gastos com manutenção predial de todas as instalações do MPC-PA e os gastos com a execução de obras de reforma e ampliação.

Principais Resultados/Justificativa

Entre os principais resultados, destacam-se as manutenções preventivas e corretivas, sendo as de **equipamentos** com **212** ações/atividade desenvolvidas; as **predial** que foram executadas **conforme demanda** (impermeabilizações e tratamentos em telhados, lajes, rufos e calhas; manutenções elétricas; manutenções hidráulicas; pintura; substituição de esquadrias em madeira; substituição de forros em gesso e madeira; substituição de lâmpadas; substituição de louças sanitárias; substituição de piso intertravado; substituição telhas e madeiramento de telhado) e **trimestrais** (limpeza e desinfecção reservatórios de água).

Além disso, ocorreram diversas prestações de serviços que foram acompanhadas conforme necessidade, sendo: **mensal** (abastecimento de água – sede administrativa; análise

bacteriológica da água; cessão de policiais da PMPA; correspondência; energia elétrica – sede administrativa; gerenciamento de fornecimento de combustível; locação de estacionamento; locação sede das procuradorias; sanitização; serviço de limpeza e conservação); **trimestral** (controle de pragas); **anual** (seguro predial; seguro veicular); e **por escopo** (elaboração de projetos arquitetônicos e complementares).

Ademais, cabe destacar o avanço ao longo desse PPA no tocante à implementação de ações de infraestrutura predial para o melhor alinhamento entre o planejado e executado, tanto da meta física quanto orçamentária, conforme demonstrado no Quadro X - Série histórica de aderência da execução da ação 8753 ao longo do PPA 2020-2023.


O ano de 2023 foi marcado pela expansão física do órgão, com a realização de obras complementares à locação *built-to-suit* realizada para estabelecimento da nova sede das Procuradorias. Dessa forma, foi considerada completa a execução física daquilo que havia sido previsto para o ano de 2023.

Quadro 13 - Série histórica de aderência da execução da ação 8753 ao longo do PPA 2020-2023

Ano	Aderência da execução da ação 8753 ao longo do PPA 2020-2023 (%)	
	Orçamentária	Física
2020	1%	1%
2021	5%	5%
2022	11%	5%
2023	78%	100%

Fonte: DADM/ Relatórios PPA-2020-2023 do MPC-PA 2020, 2021,2022 (2024).

3.3.5. AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas do MPC-PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO				STATUS
Dotação Atualizada 2023	Execução 2023	Execução financeira (%)	Produto / Unidade de Medida	Programação 2023	Execução 2023	Execução física (%)	
R\$ 1.431.575	R\$ 1.340.971	93,7%	Serviço Realizado / Percentual	100,0%	100,0%	100,0%	

Esta ação tem como objetivo prover o órgão de infraestrutura física, tecnológica, de material, logística e de segurança adequadas para o desenvolvimento normal de suas atividades.

Principais Resultados/Justificativa

Durante o ano de 2023, o MPC-PA, com apoio do DADM, obteve significativos resultados em suas atividades, demonstrando seu compromisso com a eficiência e qualidade na gestão administrativa do órgão.

Dentre as diversas ações desenvolvidas, desacatam-se alguns dos resultados, tais como: elaboração e execução eficiente da expansão física, com a implantação da nova Sede

das Procuradorias; fiscalização efetiva contratos; elaboração de documentos da fase interna das licitações para novos processos e elaboração de documentos para renovações; gestão eficaz dos processos de aquisição de materiais, mobiliário e equipamentos; manutenção regular da frota de veículos e dos serviços de transporte; administração eficiente dos bens e recursos, incluindo a condução do levantamento e registro de todo o patrimônio institucional.

Ademais, cabe destacar o avanço ao longo desse PPA no tocante à operacionalização das ações administrativas para o melhor alinhamento entre o planejado e executado, tanto da meta física quanto orçamentária, conforme demonstrado no Quadro 14 - Série histórica de aderência da execução da ação 8515 ao longo do PPA 2020-2023

Quadro 14 - Série histórica de aderência da execução da ação 8515 ao longo do PPA 2020-2023

Ano	Aderência da execução da ação 8515 ao longo do PPA 2020-2023 (%)	
	Orçamentária	Física
2020	49,76%	30%
2021	51,19%	50%
2022	22%	50%
2023	94%	100%

Fonte: DADM/ Relatórios PPA-2020-2023 do MPC-PA 2020, 2021,2022 (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que o MPC-PA, assim como demais órgãos e entidades do Estado, enfrentou diversos desafios nos últimos 4 anos de execução do PPA 2020-2023, principalmente por conta ser um período atípico (pandêmico). Ao elaborar o PPA 2020-2023, ainda no ano de 2019, o diagnóstico realizado e a construção dos cenários, passos iniciais de qualquer tipo de planejamento, certamente não levou em conta esse episódio de ordem mundial que alterou bruscamente os rumos de todas as organizações do setor público e privado.

Em que pese isso, conseguiu administrar e executar os compromissos assumidos e entregar valor à sociedade por meio de sua missão institucional: *“Defender a ordem jurídica, por meio do exercício do controle externo, para a correta e efetiva aplicação dos recursos públicos estaduais em prol da sociedade.”*

Foram propostos objetivos e compromissos regionais desafiadores, bem como metas físicas que, com a nomeação de 100% dos cargos vagos e a chegada de novos servidores ao longo da execução deste PPA, foram exitosamente cumpridos esses objetivos e compromissos. Exemplos disso são os compromissos regionais assumidos de *“Analisar em no máximo 15 dias, 80% dos processos recebidos no ano, até 2023”*, *“Autuar 48 procedimentos apuratórios até 2023”* e *“Aumentar em 25% o alcance das redes sociais do MPC até 2023”* vinculados ao objetivo de *“Contribuir para a defesa da ordem jurídica e estimular o controle social no âmbito do controle externo dos recursos estaduais”*, os quais apresentaram excelentes resultados, tais como a média de dias para análise de processos, de 10,53 dias, os 113 procedimentos apuratórios autuados e o aumento de 520% no alcance das redes sociais.

Quanto aos compromissos regionais assumidos vinculados ao objetivo *“Implantar a governança da tecnologia da informação (TI)”* de *“Disponibilizar 80% das soluções de TI planejadas até 2023”* e *“Modernizar 85% do parque tecnológico até 2023”* houve um avanço significativo. Quanto ao primeiro, mais de 96% do compromisso foi atingindo, sendo entregues 76,90% soluções de TI planejadas; já o segundo, a meta estabelecida foi superada, com a modernização de 87,73% do parque tecnológico.

Além desses êxitos quanto aos compromissos regionais, cabe destacar que todas as ações do PPA, em 2023, tiveram uma média de execução física e financeira entre 80 e 100%, conforme demonstrados no Anexo I – Quadro-resumo da avaliação física e financeira das ações do programa temático (exercício 2023), e com uma média geral de execução de 99,43%.

Além dessa avaliação referente ao exercício de 2023, este relatório de avaliação, por ser o último do PPA 2020-2023, traz também avaliações da série histórica dos anos anteriores (2020, 2021, e 2022) que podem ser visualizadas ao longo deste relatório e com os quadros-sínteses nos anexos II, III e IV.

Uma inovação nesse tipo de avaliação que, apesar de um ciclo de grandes desafios por conta do período pandêmico que todos atravessou, o setor público tem uma crescente necessidade de se adequar às novas formas de trabalho e é imperativa a contínua busca por eficiência e celeridade em seus processos. E esses dois aspectos da melhoria permanente de qualidade dos produtos e serviços que devem ser entregues à sociedade perpassam, necessariamente, pelo aumento e incremento da qualidade dos resultados alcançados.

Ademais, a inteligência artificial como ferramenta de mineração de dados e elaboração de minutas de pareceres avançou significativamente, representando uma grande oportunidade para os órgãos de controle, que poderá ser implementada nos próximos anos.




Anexo I – Quadro-resumo da avaliação física e financeira das ações do programa temático (exercício 2023)

Objetivo	Ação	Produto/Un. de Medida	Meta Planejada		Meta Executada		Execução (%)		Status
			Física	Financeira ¹	Física	Financeira	Física	Financeira	\bar{x}
Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais	AÇÃO 8957 – Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo	Processos Legis/Qtde Custos	2.800	R\$ 42.276.020	3.793	R\$ 42.205.344	135,5%	99,8%	●
	AÇÃO 8757 – Implementação das Ações de Publicidade Institucional	Publicidade Institucional Implementada / %	100%	R\$ 58.478	100%	R\$ 58.478	100%	100%	●
Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)	AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI	Solução Apresentada/%	80%	R\$ 1.544.325	61,5%	R\$ 1.401.261	76,9%	90,73%	●
	AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI	Parque Tecnológico modernizado/%	85%	R\$ 447.499	87,7%	R\$ 427.743	103,2%	96%	●
Viabilizar a Gestão Administrativa	AÇÃO 8749 - Assistência Médica e Odontológica do MPC-PA	Pessoa Beneficiada / Qtde.	105	R\$ 2.682.248	112	R\$ 2.682.248	106,67%	100%	●
	AÇÃO 6004 - Concessão de Auxílio Alimentação do MPC-PA	Pessoa Atendida / Qtde.	89	R\$ 4.859.118	104	R\$ 4.354.118	114,60%	90%	●
	AÇÃO 8748 - Capacitação de Membros e Servidores do MPC-PA	Ações de Capacitação	24	R\$ 1.952.460	25	R\$ 1.952.460	104,17%	100%	●
	AÇÃO 8753 - Implementação de Ações de Infraestrutura Predial	Obra Realizada / Qtde.	1	R\$ 913.420	1	R\$ 713.814	100%	78,15%	●
	AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas do MPC-PA	Serviço Realizado / %	100%	R\$ 1.431.575	100%	R\$ 1.340.971	100%	94%	●
Média Status Geral							104,56%	94,30%	●

Legenda status: 0--| 50 ● ; 50--|80 ● ; 80--|100 ●

¹ Orçamento Geral do Estado (OGE) – Dotação Atualizada.

Anexo II – Quadro-resumo da avaliação física e financeira das ações do programa temático (exercício 2022) ²

Objetivo	Ação	Produto/Un. de Medida	Meta Planejada		Meta Executada		Execução (%)		Status
			Física	Financeira ³	Física	Financeira	Física	Financeira	\bar{x}
Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais	AÇÃO 8957 – Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo	Processos Legiis/Qtde Custos	2.800	R\$ 35.048.986	3.243	R\$ 30.956.147	116%	88%	
	AÇÃO 8757 – Implementação das Ações de Publicidade Institucional	Publicidade Institucional Implementada / %	100%	R\$ 415.000	100%	R\$ 237.782	100%	57%	
Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)	AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI	Solução Apresentada/%	70%	R\$ 3.568.930	54%	R\$ 724.181	77%	20%	
	AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI	Parque Tecnológico modernizado/%	80%	R\$ 765.000	84%	R\$ 107.953	14%	18,50%	
Viabilizar a Gestão Administrativa	AÇÃO 8749 - Assistência Médica e Odontológica do MPC-PA	Pessoa Beneficiada / Qtde.	87	R\$ 1.972.000	88	R\$ 1.484.928	101%	75%	
	AÇÃO 6004 - Concessão de Auxílio Alimentação do MPC-PA	Pessoa Atendida / Qtde.	87	R\$ 2.088.000	88	R\$ 1.981.553	101%	95%	
	AÇÃO 8748 - Capacitação de Membros e Servidores do MPC-PA	Ações de Capacitação	24	R\$ 1.201.745	14	R\$ 705.320	58%	59%	
	AÇÃO 8753 - Implementação de Ações de Infraestrutura Predial	Obra Realizada / Qtde.	1	R\$ 1.550.500	0,05	R\$ 167.674	5%	11%	
	AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas do MPC-PA	Serviço Realizado / %	100%	R\$ 2.453.141	50%	R\$ 534.436	50%	22%	
Média status Geral							49,50%	69,11%	

Legenda status: 0--| 50  ; 50--|80  ; 80--|100 

² Em 2021 o PPA passou por revisão, então algumas ações foram suprimidas ou criadas para melhor gestão dos recursos e metas.

³ Orçamento Geral do Estado (OGE) – Dotação Atualizada.

Anexo III – Quadro-resumo da avaliação física e financeira das ações do programa temático (exercício 2021)

Objetivo	Ação	Produto/Un. de Medida	Meta Planejada		Meta Executada		Execução (%)		Status
			Física	Financeira ⁴	Física	Financeira	Física	Financeira	
Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção	AÇÃO 8754 - Implementação das Ações de Defesa da Ordem Jurídica de Combate à Corrupção e à Má Gestão	Procedimento Apuratório Realizado / Unidade	12	R\$ 607.394	17	R\$ 3.560	142%	0,59%	●
	AÇÃO 8753 - Implementação de Ações de Infraestrutura Predial	Obra Realizada / Qtde.	1	R\$ 500.000,00	0,05	R\$ 22.848,86	5%	4,57%	●
	AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas do MPC-PA	Serviço Realizado / %	100%	R\$ 1.068.660,22	50%	R\$ 547.032,63	50%	51,19%	●
Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações de Controle Externo	AÇÃO 8755 – Implementação de Projetos para Estímulo e Promoção do Controle Social	Projeto Realizado / %	35%	R\$ 260.000,00	50%	R\$0,00	143%	0%	●
	AÇÃO 8756 – Implementação da Política de Comunicação	Política de Comunicação Implementada / %	40%	R\$ 205.000,00	50%	R\$ 1.659,00	125%	0,81%	●
	AÇÃO 8757 – Implementação das Ações de Publicidade Institucional	Publicidade Institucional Implementada / %	40%	R150.000,00	100%	R\$0,00	250%	0%	●
Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)	AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI	Solução Apresentada / %	60%	R\$ 2.012.504,00	41%	372.337,61	69%	18,50%	●
	AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI	Parque Tecnológico modernizado / %	75%	R\$ 1.306.885,00	85%	R\$ 267.083,90	103%	20,44%	●
Modernizar a Governança de Pessoas	AÇÃO 8747 – Administração de Recursos Humanos de Membros e Servidores	Pessoa Atendida / Qtde.	82	R\$ 27.476.946,00	81	R\$ 26.730.723,99	99%	90,68%	●
	AÇÃO 8749 - Assistência Médica e Odontológica do MPC-PA	Pessoa Beneficiada / Qtde.	82	R\$ 1.512.000,00	81	R\$ 924.570,19	99%	61,75%	●
	AÇÃO 8748 - Capacitação de Membros e Servidores do MPC-PA	Pessoa Capacitada	110	R\$ 591.287,00	38	R\$ 217.595,28	42%	38,80%	●
	AÇÃO 6004 - Concessão de Auxílio Alimentação do MPC-PA	Pessoa Atendida / Qtde.	82	R\$ 1.915.200,00	81	R\$ 1.573.385,00	99%	82,15%	●
	AÇÃO 8750 – Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho do MPC-PA	Pessoa Beneficiada / Qtde.	35	R\$ 145.000,00	0	R\$0,00	0%	0%	●
Média status Geral							94,31%	28,42%	●

Legenda status: 0--| 50 ● ; 50--|80 ● ; 80--|100 ●

⁴ Orçamento Geral do Estado (OGE) – Dotação Atualizada.

Anexo IV – Quadro-resumo da avaliação física e financeira das ações do programa temático (exercício 2020)

Objetivo	Ação	Produto/Un. de Medida	Meta Planejada		Meta Executada		% Execução		Status
			Física	Financeira ⁵	Física	Financeira	Física	Financeira	
Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção	AÇÃO 8754 - Implementação das Ações de Defesa da Ordem Jurídica de Combate à Corrupção e à Má Gestão	Procedimento Apuratório Realizado / Unidade	12	R\$ 259.394,00	28	R\$ 23.592,83	233%	9,10%	●
	AÇÃO 8753 - Implementação de Ações de Infraestrutura Predial	Obra Realizada / Qtde.	1	R\$ 500.000,00	0,01	R\$ 4.082,37	1%	0,81%	●
	AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas do MPC-PA	Serviço Realizado / %	100%	R\$ 893.258,90	30%	R\$ 444.490,71	30%	49,76%	●
Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações de Controle Externo	AÇÃO 8755 – Implementação de Projetos para Estímulo e Promoção do Controle Social	Projeto Realizado / %	25%	R\$ 260.000,00	25%	R\$ 0,00	100%	0%	●
	AÇÃO 8756 – Implementação da Política de Comunicação	Política de Comunicação Implementada / %	20%	R\$ 105.000,00	30%	R\$ 0,00	150%	0%	●
	AÇÃO 8757 – Implementação das Ações de Publicidade Institucional	Publicidade Institucional Implementada / %	20%	R\$ 150.000,00	100%	R\$ 0,00	500%	0%	●
Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)	AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI	Solução Apresentada / %	40%	R\$ 1.485.795,00	23%	R\$ 78.888,31	58%	5,31%	●
	AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI	Parque Tecnológico modernizado / %	55%	R\$ 854.175,00	68%	R\$ 28.052,20	124%	3,28%	●
Modernizar a Governança de Pessoas	AÇÃO 8747 – Administração de Recursos Humanos de Membros e Servidores	Pessoa Atendida / Qtde.	74	R\$ 27.916.233,00	84	R\$ 25.309.874,82	114%	90,66%	●
	AÇÃO 8749 - Assistência Médica e Odontológica do MPC-PA	Pessoa Beneficiada / Qtde.	74	R\$ 1.276.800,00	84	R\$ 798.884,91	114%	61,57%	●
	AÇÃO 8748 - Capacitação de Membros e Servidores do MPC-PA	Pessoa Capacitada	100	R\$ 155.000,00	42	R\$ 36.371,75	42%	23,47%	●
	AÇÃO 6004 - Concessão de Auxílio Alimentação do MPC-PA	Pessoa Atendida / Qtde.	74	R\$ 1.687.200,00	84	R\$ 1.513.063,55	114%	89,68%	●
	AÇÃO 8750 – Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho do MPC-PA	Pessoa Beneficiada / Qtde.	30	R\$ 65.000,00	0	R\$ 0,00	0%	0%	●
Média status geral							121,54%	25,66%	●

Legenda status: 0--| 50 ● ; 50--|80 ● ; 80--|100 ●

⁵ Orçamento Geral do Estado (OGE) – Dotação Atualizada.



MPC
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
ESTADO DO PARÁ